

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA
PÚBLICA**

TATIANA NASCIMENTO HEIM

**MODELO PARA AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA GLOBAL:
PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM ÍNDICE A PARTIR DOS PAÍSES
DO G20 POR MEIO DE UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA**

DISSERTAÇÃO

CURITIBA

2016

TATIANA NASCIMENTO HEIM

**MODELO PARA AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA GLOBAL:
PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM ÍNDICE A PARTIR DOS PAÍSES
DO G20 POR MEIO DE UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Governança Pública. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Gonçalves de Oliveira.

CURITIBA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

H467m Heim, Tatiana Nascimento
2016 Modelo para avaliação da governança global : proposta de criação de um índice a partir dos países do G20 por meio de uma análise bibliométrica / Tatiana Nascimento Heim.- 2016.
131 f.: il.; 30 cm

Texto em português, com resumo em inglês.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, Curitiba, 2016.
Bibliografia : f. 117-128.

1. Grupo dos Vinte. 2. Governança corporativa - Avaliação. 3. Índices. 4. Bibliometria. 5. Análise de conteúdo (Comunicação). 6. Indicadores econômicos. 7. Indicadores sociais. 8. Indicadores ambientais. 9. Administração pública - Dissertações. I. Oliveira, Antonio Gonçalves de, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública. III. Título.

CDD: Ed. 22 - 351

Biblioteca Central da UTFPR, Câmpus Curitiba



TERMO DE APROVAÇÃO

Título da Dissertação Nº 46

MODELO PARA AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA GLOBAL: PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM ÍNDICE A PARTIR DOS PAÍSES DO G20 POR MEIO DE UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

por

TATIANA NASCIMENTO HEIM

Esta dissertação foi apresentada às 10h00 do dia 19/02/2016 como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE em PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA PÚBLICA, Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho como:

- () Aprovado
- () Aprovado com restrições
- () Reprovado

Prof. Antônio Gonçalves de Oliveira, Dr.
(PPGPGP-UTFPR)

Prof. Anderson Catapan, Dr.
(PPGPGP-UTFPR)

Prof. Carlos Mello Garcias, Dr.
(PPGTU-PUCPR)

Prof. Luís Alexandre Carta Winter, Dr.
(PPGD-PUCPR)

Visto da Coordenação

Prof. Antônio Gonçalves de Oliveira, Dr.
Coordenador (PPGPGP)

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Programa -

AGRADECIMENTOS

Diferentes pessoas e instituições contribuíram de alguma maneira, para a realização desta pesquisa. Ainda que não seja possível manifestar o devido reconhecimento a estas, elas também fazem parte da minha gratidão.

Inicialmente, agradeço o Professor Antônio Gonçalves de Oliveira, não apenas por sua orientação ao desenvolvimento da pesquisa, mas também por sua dedicação, entusiasmo e pela liberdade de escolhas que proporciona aos seus orientandos. Ao Professor Luís Alexandre Carta Winter, por suas contribuições à orientação e atenção todos esses anos, e, principalmente, por ter despertado o meu amor pela pesquisa.

Agradeço ao meu Tio Décio por ter me estimulado nas minhas pesquisas, pelo companheirismo e, principalmente, pelo carinho. Agradeço também aos meus pais e minha irmã por todos os incentivos e pelas grandes doses de amor. Não posso deixar de citar os outros membros da família como Avós, Avôs, Tios, Tias, Primas e Primos que fazem com que tudo valha a pena! Ao Daniel pelo grande apoio, compreensão e a carinho. Aos meus amigos que, de alguma maneira direta ou indireta, colaboram para tornar minha vida e meu trabalho mais felizes.

RESUMO

HEIM, Tatiana Nascimento. **Modelo para avaliação da Governança Global:** proposta de criação de um índice a partir dos países do G20 por meio de uma análise bibliométrica. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

O objetivo geral desta dissertação é desenvolver um modelo para criação de um índice aplicável à mensuração da governança global. Os dados empregados são secundários e foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica a partir de uma análise bibliométrica. As técnicas de análise são predominantemente qualitativas, com foco no método de análise de conteúdo nas técnicas de análise categorial e temática. O referencial teórico contempla conceitos e questões inerentes à governança global. Para a construção de uma proposta de critérios, foi construído um conceito síntese fragmentado em unidades de registro e contexto que identificou os pilares da governança global: Econômico, Social, Ambiental e Solução Pacífica de Conflitos. Com base nesses pilares são identificados os indicadores reconhecidos internacionalmente que se relacionam com as categorias de análises construídas. Entre os resultados apresentados, é possível destacar a possibilidade de criação de um índice aplicável e mensuração da governança global e sua aplicabilidade prática, com a apresentação de um ranking dos escores auferidos pelos países membros do G20, ilustrando o grau de governança global obtido a partir da ponderação das variáveis e indicadores preestabelecidos.

Palavras-chave: Governança Global. Índices. Indicadores. Modelo. Avaliação.

ABSTRACT

HEIM, Tatiana Nascimento. **Model for Global Governance assessment**: creating a proposal for an index from the G20 countries based on a bibliometrical analysis. 2016. 132 f. Dissertation (Master of Planning and Public Governance) - Federal University of Technology - Paraná, Curitiba, 2016.

The general objective of this research is to develop a model for creating an index applicable to the measurement of global governance. The data are collected by literature through a bibliometric analysis. The analytical techniques are predominantly qualitative, focusing on content analysis method in categorical and thematic analysis techniques. The theoretical framework includes concepts and issues involved in global governance. For the construction of a proposed criteria, was built a fragmented synthesis concept in record units and context that identified the pillars of global governance: economic, social, environmental and conflict peaceful settlement, based on these pillars are internationally recognized indicators identified which relate to the categories of analysis constructed. Among the results presented, it is possible to highlight the possibility of creating an index applicable and measurement of global governance and its practical applicability, with the presentation of a ranking scores earned by G20 member countries, illustrating the degree of global governance obtained from the weighting of variables and pre-established indicators.

Keywords: Global Governance. Index. Indicators. Model. Evaluation.

LISTA DE EQUAÇÕES

Equação 1 - Fórmula para Cálculo do IGovG.....	84
Equação 2 - Fórmula da Nota final do Índice do IGovG 2015	85
Equação 3 - Ponderação da Nota Percentual do Pilar Economia	86
Equação 4 - Composição da Nota da Variável Corrupção	86
Equação 5 - Composição da Nota da Variável Tributação e Fluxo Financeiro Ilícito	87
Equação 6 - Composição da Nota da Variável Social	89
Equação 7 - Composição da Nota da Variável Direitos Básicos do Indivíduo.....	90
Equação 8 - Composição da Nota da Variável Igualdade de Gênero	90
Equação 9 - Composição da Nota da Variável Migração	90
Equação 10 - Composição da Nota da Variável Refugiados.....	91
Equação 11 - Composição da Nota da Variável Ambiental.....	92
Equação 12 - Composição da Nota da Variável Qualidade do Ar	93
Equação 13 - Composição da Nota da Variável Recursos Hídricos.....	93
Equação 14 - Composição da Nota da Variável Desmatamento.....	94
Equação 15 - Composição da Nota da Variável Biodiversidade	94
Equação 16 - Composição da Nota da Variável Clima.....	94
Equação 17 - Composição da Nota da Variável Solução Pacífica de Conflitos	96
Equação 18 - Composição da Nota do Indicador Financiamento da Paz pela ONU	97
Equação 19 - Composição da Nota do Indicador Forças Armadas	97

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da governança corporativa	23
Figura 2 - Pirâmide de informação	64
Figura 3 - Formação do IGovG.....	77
Figura 4 - Indicadores que formam o IGOvG	78
Figura 5 - Escala de Faixas de Resultados do IGoVG	82
Figura 6 - Mapeamento dos resultados do IGoG	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos de governança pública	25
Quadro 2 - Governança Global	34
Quadro 3 - Aplicação de normas na governança global.....	37
Quadro 4 - Agendas globais.....	53
Quadro 5 - Descrição metodológica	66
Quadro 6 - Indicadores propostos para a formação do IGovG	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Temas-chaves relacionados com a governança global.....	37
Tabela 2 - Frequência da governança global econômica	42
Tabela 3 - Frequência da governança global social	48
Tabela 4 - Frequência da governança global ambiental.....	53
Tabela 5 - Metodologia do IFEAP para determinar a nota das despesas militares ...	58
Tabela 6 - Metodologia do IFEAP para determinar a nota número de militares ativos	58
Tabela 7 - Metodologia do IFEAP para determinar o financiamento de paz da ONU	59
Tabela 8 - Metodologia do IFEAP para determinar a capacidade destrutiva do acervo de armas	59
Tabela 9 - Metodologia do IFEAP para determinar o volume de transferência de armas	60
Tabela 10 - Metodologia do IFEAP para determinar a nota número de mortes	61
Tabela 11 - Palavras chaves e referências encontradas.....	69
Tabela 12 - Primeiro Critério Bibliometria.....	71
Tabela 13 - Segundo Critério Bibliometria.....	73
Tabela 14 - Formação da tabela de resultado do IGovG.....	80
Tabela 15 - Composição do IGovG	82
Tabela 16 - Metodologia para cálculo do Pilar o econômico da governança global ..	85
Tabela 17 - Metodologia para o Pilar social da governança global	87
Tabela 18 - Mensuração do saldo migratório	88
Tabela 19 - Conversão da pontuação do UNHCR - Refugiados - para a pontuação do IGOvG	89
Tabela 20 - Metodologia para aspecto ambiental da governança global	91
Tabela 21 - Conversão da pontuação dos indicadores Qualidade do ar, Recursos Hídricos, Desmatamento das Florestas, Biodiversidade e Clima para a pontuação do IGOVG	92
Tabela 22 - Metodologia para aspecto solução pacífica de conflitos	95
Tabela 23 - Conversão da pontuação do índice Global da Paz para a pontuação do IGOVG.....	96

Tabela 24 - Resultado pilar econômico	99
Tabela 25 - Resultado pilar social	101
Tabela 26 - Resultado pilar ambiental	103
Tabela 27 - Resultado pilar solução pacífica de conflitos.....	106
Tabela 28 - Notas obtidas do IGovG por país membro do G20	108
Tabela 29 - Ranking do IGovG: por estado membro do G20	110
Tabela 31 - Valor nominal do pilar ambiental	129
Tabela 32 - Descrição dos indicadores que compõem índice performance ambiental	130
Tabela 33 - Indicadores Controle da corrupção e estado de direito	131

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1	ESTADO E GOVERNO.....	19
2.1.1	Formas de Estado.....	21
2.2	GOVERNANÇA COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO: DA CORPORATIVA À GLOBAL.....	22
2.2.1	Governança Corporativa.....	23
2.2.2	Governança Aplicada ao Setor Público.....	24
2.3	GOVERNANÇA GLOBAL.....	27
2.3.1	Globalização e Soberania.....	27
2.3.2	Atores da Sociedade Internacional.....	29
2.3.3	Organizações Internacionais e Transnacionais.....	30
2.3.4	Organizações Não Governamentais.....	32
2.3.5	Aspectos da Governança Global.....	33
2.4	PILARES DA GOVERNANÇA GLOBAL.....	39
2.4.1	Pilar Econômico da Governança Global.....	40
2.4.1.1	Indicadores selecionados para mensurar o pilar econômico da governança global.....	43
2.4.2	Pilar Social da Governança Global.....	45
2.4.2.1	Indicadores selecionados para mensurar o pilar social da governança global.....	50
2.4.3	Pilar Ambiental da Governança Global.....	51
2.4.3.1	Indicadores selecionados para mensurar o pilar ambiental da governança global.....	54
2.4.4	Pilar Solução Pacífica de Conflitos da Governança Global.....	55
2.4.4.1	Indicadores selecionados para mensurar o pilar solução pacífica de conflitos da governança global.....	56
3	COMPREENDENDO O QUE SÃO ÍNDICES E INDICADORES.....	62
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO.....	65
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	65

4.2	SELEÇÃO E FONTES DE INFORMAÇÃO.....	68
4.3	LIMITAÇÕES DO MÉTODO E DAS TÉCNICAS DE PESQUISA.....	76
5	CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA GLOBAL (IGOVG).....	77
5.1	METODOLOGIA UTILIZADA NA FORMAÇÃO DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA GLOBAL (IGOVG).....	84
5.1.1	Pilar Econômico.....	85
5.1.2	Pilar Social.....	87
5.1.3	Pilar Ambiental.....	91
5.1.4	Pilar Solução Pacífica de Conflitos.....	95
6	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO IGOVP.....	98
6.1	PILAR ECONÔMICO.....	98
6.2	PILAR SOCIAL.....	100
6.3	PILAR AMBIENTAL.....	103
6.4	PILAR SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS.....	105
6.5	RANKING POR PAÍS DO ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA GLOBAL (IGovG).....	107
7	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA NOVOS ESTUDOS.....	113
7.1	ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DA PESQUISA.....	113
7.2	CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	114
	REFERÊNCIAS.....	117
	APÊNDICE A - TABELA DE FORMAÇÃO DO IGOVG.....	128
	ANEXO A - VALOR NOMINAL DO PILAR AMBIENTAL.....	129
	ANEXO B - DESCRIÇÃO DOS INDICADORES QUE COMPÕEM O ÍNDICE DE PERFORMANCE AMBIENTAL.....	130
	ANEXO C - VALOR NOMINAL INDICADOR CONTROLE DE CORRUPÇÃO E ESTADO DE DIREITO.....	131

1 INTRODUÇÃO

Após a Guerra Fria, a globalização do capital e as revoluções tecnológicas trouxeram uma mudança o sistema tradicional de Estado-nação soberana. Nesse contexto, a comunidade internacional vislumbrou a necessidade de assumir maiores compromissos comuns, em áreas como, por exemplo, segurança, economia e o campo social. Com a intensificação das interações transnacionais, forma-se uma nova realidade social ou global, caracterizada por uma sociedade internacional, e constituída, essencialmente, por organizações internacionais, empresas multinacionais e organizações não governamentais.

O dever jurídico de cooperação internacional encontra-se na Carta das Nações Unidas e esse processo acontece a partir do ajustamento de conduta de atores internacionais ou Estados. E ainda, a cooperação internacional surge das preocupações com bem-estar e desenvolvimento dos Estados que não atuam mais com eficácia quando isolados, dessa forma, os Estado abrem mão de uma parcela de seu poder o que gera uma limitação de suas ações no âmbito comercial, jurídico, econômico.

Nesse sentido, o presente estudo destaca que as abordagens sobre governança global reconhecem a insuficiência no papel tradicional do Estado e observa na cooperação internacional, por meio da governança global, como uma nova forma de relação de poder na comunidade internacional.

É importante frisar que os Estados continuam a ser os atores mais poderosos na política mundial e a soberania nacional ainda é importante, todavia não é mais admissível acreditar na política mundial simplesmente como política entre estados, já que se deve incluir nesse fenômeno outros atores (desde empresas multinacionais a organizações não-governamentais), que exercem autoridade por meio das fronteiras dos países.

Essa nova ordem mundial, é mais plural, difusa, vocal e tumultuada e está cada vez mais sendo organizada por normas de interdependência e de cooperação que envolvem inúmeras convenções das Nações Unidas (ONU), especialmente em matéria de comércio, desenvolvimento e direitos humanos. Nesse novo modelo busca solucionar problemas globais como a pobreza global, o aquecimento global, disputas comerciais, colapso financeiro e o terrorismo que já não podem ser

resolvidos no âmbito do Estado-nação. Dessa forma, a governança global é um projeto “pós nacional” político que desafia as ciências sociais especialmente as relacionais internacionais convencionais para tentar explicar essas transformações na ordem global.

A discussão sobre governança global aparece em destaque nos fóruns internacionais, organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e G8 (grupo das sete nações mais industrializados e desenvolvidas economicamente, mais a Rússia). Contudo, seu conceito não é unívoco, sendo possível verificar diversas visões sobre o mesmo fenômeno. Ela pode ser entendida como a influência da sociedade civil nos processos de tomada de decisão internacional ou ainda como sistema de governo em todos os níveis de atividade, da família à organização internacional, com repercussão transnacional.

Nesse contexto, propõe-se utilizar medidas estatísticas para mensurar a governança global. A utilização de estatísticas, para essa modalidade de governança, é indispensável para alterar a forma, o exercício e a distribuição de poder, pois, ela substitui julgamento de valor ou políticas, baseando-se em decisões, aparentemente, mais racionais. Como consequência, o processo de decisão torna-se mais aberto, permitindo o acesso das pessoas nas decisões. Dessa forma, ressalta-se a importância da utilização de estatísticas na governança global para definir padrões e, conseqüentemente, aumenta as exigências de transparência, participação e avaliação.

Ademais, os Estados são responsáveis pelo fornecimento de bens para aqueles que residem em suas fronteiras e a governança global pode ser utilizada como uma forma de estabelecer padrões de melhoria e ser um indicativo de onde aplicar fundos e políticas. Ainda, o Índice é uma forma de motivar ajudas externas que refletem nas políticas utilizadas internamente. Dessa forma, o índice poderá ser utilizado por todos os atores da governança global por exemplo: organizações internacionais, agências de ajuda humanitária, investidores internacionais, legisladores ou pesquisadores.

No entanto, esta compreensão baseia-se em um número limitado de indicadores e índices de governança global, conforme foi possível verificar na pesquisa bibliométrica. O Banco Mundial, por exemplo, desenvolveu um índice de Governança Mundial (*Worldwide Indicator*), em que os países são posicionados no que se refere a seis aspectos da, assim chamada, boa governança: Voz e

Responsabilização; Estabilidade Política e Violência; Eficácia Governamental; Estado de Direito; Qualidade da Regulação e Controle da Corrupção. Esse índice do Banco Mundial tem como finalidade verificar o grau de governança dentro dos Estados, enquanto que a proposta da presente dissertação é a de desenvolver um índice que contribui para medir a governança global.

Deve-se ressaltar que já existe um índice de governança global denominado *World Governance Index*. Ele possui como indicadores as seguintes áreas: Paz e Segurança, Estado de Direito, Direitos Humanos e Participação, Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Humano. Para definir estes indicadores, o autor baseou-se na Carta das Nações Unidas, Declaração Universal dos Direitos do Homem, Declaração do Rio de 1992, Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Johannesburgo.

No entanto, na presente dissertação se propõe a desenvolver os indicadores por meio de um estudo sobre os principais aspectos de governança global, portanto, verifica-se que, mesmo que o tema seja o mesmo, o procedimento metodológico é diferente.

Portanto, ao conceber o fruto da constatação da relevância de se contar com um índice específico para a medição desse grau de governança global de países, este estudo pretende responder à seguinte questão de pesquisa: **“Como desenvolver um modelo para a criação de um índice aplicável à mensuração da governança global?”**.

Repousa sobre a problemática apresentada a **premissa inicial** na qual estabelece que a governança global pode ser mensurada por meio de índices e/ou indicadores. Nesta direção, outra **premissa** adotada é que a sua mensuração pode contribuir para o planejamento e desenvolvimento dos atores globais.

Para buscar a solução do problema de pesquisa definem-se os seus objetivos da pesquisa de modo a detalhar os desdobramentos necessários ao completo conhecimento dos fatos que ensejam a investigação proposta. O **objetivo geral** da pesquisa é desenvolver um modelo que resulte na criação de um índice aplicável à mensuração da governança global. Para alcançar o objetivo geral, são estabelecidos para o estudo os seguintes objetivos específicos:

- 1) Mapear conceitos de governança e suas formas, com ênfase na global.

- 2) Propor um conceito síntese de governança global a partir da literatura sobre o tema.
- 3) Definir os indicadores a serem ponderados a partir do conceito proposto neste estudo.
- 4) Descrever metodologia de proposição dos indicadores que comporão o índice de governança global.
- 5) Simular a aplicação do índice proposto comparando os resultados dos países membros do G20.

Ademais, a escolha do tema **justifica-se** por ser uma continuidade de uma pesquisa elaborada no artigo apresentado e publicado no Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, no ano de 2014, intitulado o papel do G20 na Governança Econômica Global após a crise financeira de 2008. Ainda, o tema escolhido relaciona-se com a área de Governança Pública, mais especificamente dentro da área planejamento urbano e regional por se tratar de governança global, uma modalidade de governança, no espaço global.

Em relação à delimitação da pesquisa verifica-se inicialmente que será utilizado na construção do conceito chave de governança global a visão proposta por Dingwerth e Pattberg (2006). Outra fonte de delimitação do referencial teórico é a seleção de fontes de informação por meio da bibliometria por ser um método que se baseia em rastreamento de termos, em bases de dados, com a finalidade de selecionar pesquisadores com maior prestígio em uma determinada área do conhecimento. Portanto, o referencial teórico da presente dissertação, no que tange governança global e os pilares da governança global, é adstrito aos periódicos e livros advindos da seleção bibliométrica descrita com detalhes na seção 4.2- Seleção de fontes de informação.

Em relação ao critério espacial, verifica-se que o índice pode ser aplicado em qualquer País. No entanto, neste estudo, consoante com o tempo disponível para o seu desenvolvimento, o índice proposto nos países do G20. Optou-se por esses países levando em conta a sua notória importância econômica e social para o mundo. Em relação ao critério temporal, o índice é desenvolvido com base em indicadores publicados no ano de 2014.

Neste lume verifica-se que a estrutura do trabalho está dividida em sete capítulos, sendo o primeiro deles esta introdução. No segundo tem-se a revisão

bibliográfica, com o fito de fundamentar os aspectos da governança global e das relações internacionais. O capítulo trata sobre a compreensão dos índices e indicadores. Já o capítulo demonstra a metodologia, com ênfase na coleta de dados por meio da bibliometria. No capítulo 5, apresenta-se o modelo formulado em que se detalham os instrumentos e procedimentos na formação metodológica dos indicadores selecionados para a formação do Índice de Avaliação da Governança Global.

Na finalização têm-se os capítulos 6 e 7 e o referencial bibliográfico que sustenta toda a discussão trazida pelo/no estudo, sendo a apresentação dos resultados demonstrada no capítulo 6 e as conclusões e recomendações para trabalhos futuros, no capítulo 7.

O trabalho conclui que nenhum país possui um alto grau de governança global, da mesma forma que nenhum país é dono de um grau muito baixo dessa modalidade de governança. Ainda, foi possível perceber que países com alto IGovG, tais como Alemanha, Japão e Austrália possuem seus piores indicadores no pilar social, mais especificamente no indicador migração. Os países com médio desempenho na governança global demonstram mais dificuldade no indicador transparência fiscal e financeira. E por fim, os Estados-Nação com baixa performance no IGovG geralmente encontram-se com dificuldade nas áreas ambiental e social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta, consoante seu escopo, limites e possíveis extrapolações para futuros estudos, uma aproximação ao estado da arte acerca da temática inspiradora, trazendo a lume referências ao estudo do Estado e Governo, e da governança enquanto ferramenta de planejamento e gestão, destacando-se a governança global e seus quatro pilares empregados na elaboração da proposta do índice (IGovG) objeto deste estudo.

2.1 ESTADO E GOVERNO

Este capítulo aborda os conceitos básicos ao entendimento da governança global, com a finalidade de contribuir para a formação dos fundamentos teóricos da pesquisa. Inicialmente, é introduzido o assunto com um dos atores mais relevantes na sociedade internacional: o Estado.

O Estado tem personalidade natural de direito internacional público e possui três elementos basilares: território, comunidade humana, situada nessa área, e um governo, que não se subordina a qualquer comando superior. Ainda assim, o Estado pode ser considerado como tal sem os elementos de governo ou território, porém, o componente humano é essencial para a sua existência (REZEK, 2011, p. 56).

Território é a área terrestre em que o Estado exerce sua jurisdição geral e exclusiva. Portanto, sobre aquele espaço de terra esse pode atuar com as competências administrativas e legislatórias. Em relação à comunidade nacional, o território é conceituado como um agrupamento de pessoas permanentemente estabelecidas e um pequeno grupo de estrangeiros residentes (REZEK, 2011, p. 56).

Em relação à compreensão clássica da soberania, essa pode ser entendida como o poder perpétuo e absoluto na república, onde não há limitação de responsabilidade e tempo (SOARES, 2011). Não obstante, Rezek (2011) diverge desse conceito, argumentando que a soberania faz com que o Estado seja titular de

competências, o que o deixa em igualdade com outras entidades, ou seja, nenhuma entidade ou estado é superior a outro.

Contudo, discordando dos conceitos trazidos anteriormente, o Estado ainda pode ser entendido sob o foco de suas dimensões, que podem ser subdivididas em: reconhecimento, recursos e a realização das finalidades do governo. A dimensão *reconhecimento* é determinada pela soberania e deve ser aceita por outros estados. A dimensão *recursos* trata sobre o monopólio da força, em que se defende o Estado internamente e externamente, e o monopólio dos impostos, ambas devem ser admitidas pelas autoridades soberanas. Por fim, a dimensão *realização das finalidades do governo*, destaca a importância da redistribuição dos impostos para pessoas residentes dos territórios (MARCHETTI, 2011).

Adicionando mais entendimentos essenciais em relação ao enfoque internacional do Estado, é possível afirmar que os aspectos externos do Estado podem ser subdivididos em duas categorias. A primeira categoria é o Estado entendido como uma instituição legal ou formal em relação a outros Estados. Nesse sentido, o Estado é considerado soberano ou independente, participa de organizações internacionais e têm direitos e deveres no domínio internacional, essa modalidade de Estado é denominado como “condição jurídica de Estado” (*juridical statehood*) (JACKSON, 2003).

A segunda categoria diz respeito ao Estado ser encarado como uma organização política e econômica. Basicamente, tal categoria trata do desenvolvimento de políticas institucionais eficazes, de uma economia sólida e de uma unidade nacional. Essa categoria foi denominada como Estado empírico (*empirical statehood*). O Estado empírico não está relacionado, necessariamente, à força militar. Por exemplo, a Dinamarca não é um país militarmente relevante, mas pode ser considerado como um Estado empírico forte. Como exemplos de países fracos em relação ao aspecto empírico, estão os países de terceiro mundo, onde há instituições fracas, bases econômicas frágeis e pouca unidade nacional (JACKSON, 2003).

Estado ainda pode ser entendido como o poder soberano cuja função é representar ou expressar a coletividade, o quadro jurídico e administrativo que define as regras e organizando a sociedade e a instância governamental que é responsável que toma as decisões dos negócios comuns (CHÂTELET; KOUCHNER, 1983)

Dessa forma, verifica-se que o Estado pode ser entendido sob aspectos diferentes, podendo ser percebido na sua perspectiva interna como autônomo em seu território composto por sua comunidade nacional, possuindo o monopólio da força e dos impostos. E ainda, em uma perspectiva internacional, na qual possui soberania e legalidade, e que está em igualdade com outros Estados. A seguir, são trazidos a lume os seus aspectos históricos, bem como suas formas.

2.1.1 Formas de Estado

As formas de Estado variam de acordo com o contexto histórico no qual a sociedade está inserida, é possível classifica-los em dois critérios principais: (i) o histórico; e (ii) a maior ou menor expansão do estado em detrimento da sociedade. Contudo, este trabalho, consoante com sua delimitação, trata apenas do critério histórico, em que se enquadra: o Estado Feudal, Estado Absoluto, Estado Representativo (BOBBIO, 1986).

O Estado Feudal é caracterizado pela acumulação de diversas funções diretivas e pela fragmentação do poder central em detrimento de pequenos grupos sociais. Já no Estado Absolutista, o poder é concentrado e centralizado. Quanto ao Estado Representativo, pode ele ser representado pelos países europeus, após a revolução francesa, e pela república presidencial dos Estados Unidos. Nesse tipo de Estado, havia um acordo entre o príncipe e os representantes do povo. No entanto, com o reconhecimento dos direitos do homem, há uma mudança na relação entre governantes e governados, alocando o indivíduo antes do Estado (BOBBIO, 1986).

O Estado Medieval, por sua vez, está interligado com o monopólio do Estado em questões relacionadas com a guerra. O Rei, que antes dependia dos barões e cavaleiros para tomar decisões de guerra, agora controla seu próprio exército e é o poder central de um país. Nesse sentido, tomando como alicerce a centralização de poder dos reis no período medieval é possível visualizar a passagem para o Estado Moderno. No Estado Moderno, o território é consolidado, unificado e centralizado em um governo soberano e a população daquele território deve ser fiel ao governante, necessitando obedecer às leis (JACKSON, 2003).

Ademais, o Estado moderno, ou também denominado Estado-Gerente, possui como lei basilar a constituição que é a soberania do povo ou da nação. O Estado-Gerente é necessariamente liberal o que significa que ele se encontra em uma posição média entre o conservadorismo e o socialismo, que implica em instituições populares de governo, assembleias representativas e a responsabilidade do Executivo perante seus eleitores (CHÂTELET; KOUCHNER, 1983). Em outras palavras, pode-se definir Estado-Gerente como:

Na ideia de gerência estão implícitas, ao mesmo tempo, a obrigação para quem toma as decisões de respeitar o que existe, de estar a serviço de seu mandante – o corpo dos cidadãos -, e a precariedade essencial do mandato, fixado pelas regras do jogo político em vigor. Todavia, cada ato do gerente – quer se refira ao Executivo, ao Legislativo, ao Judiciário ou à regulamentação administrativa- sendo ato do Estado, é marcado pelo selo da potência soberana; e isso tanto mais quanto, nas tarefas de gestão, está compreendida a salvaguarda das liberdades inscritas na natureza humanas, liberdades ameaçadas pelas más inclinações que habitam nessa mesma natureza e que são encarnadas tanto pelos inimigos vindo de fora como por aqueles que vivem no interior. O Estado- Gerente é um ser duplo, vinculado à obrigação do serviço para o qual foi instituído e permanentemente levado a se valer do poder de que é investido como se tratasse de um poder sem limites (CHÂTELET; KOUCHNER, 1983, p. 81).

Dentro dessa concepção do Estado- Gerente a próxima seção trata sobre as modalidades de governança da pública à global que está inserido nesse conceito apresentado por Châtelet e Kouchner (1983).

2.2 GOVERNANÇA COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO: DA CORPORATIVA À GLOBAL

Nesta seção, discute-se sobre as diferentes modalidades de governança pública. Em seguida, antes de adentrar-se ao tema da governança global, propõe-se uma contextualização sobre a globalização e soberania e os atores internacionais, temas esses relevantes para atender à finalidade desta dissertação. Ao final, aborda-se então a discussão acerca da concepção teórica sobre governança global.

2.2.1 Governança Corporativa

No começo da década de vinte, o sistema capitalista era formado por uma variedade de sistemas econômicos. Nas corporações dos Estados Unidos, o papel do chefe executivo era ditar as políticas e estratégias organizacionais. Os donos dessas empresas eram milhões de acionistas de classe média, os quais possuíam poucas ações e, como consequência, pouca voz dentro da instituição, enquanto que os grandes investidores detinham muitas ações e eram vozes constantes nas salas de reuniões. Logo, a finalidade da governança corporativa é trazer segurança para todos os tamanhos de investidores (MORCK, 2006).

Percebe-se que o foco da governança corporativa é satisfazer os investidores e, por conseguinte, a sua finalidade é a de induzir, persuadir e motivar os administradores a manter as suas promessas. Em outras palavras, o objetivo dessa modalidade de governança é reduzir os desvios das ações do administrador que destoam das expectativas do investidor (MACEY, 2008). A Figura 1 ilustra essa relação entre os principais atores da governança corporativa.



Figura 1 - Estrutura da governança corporativa
Fonte: Adaptado de Van den Berghe (2002).

De acordo com o que se extrai da figura, a governança corporativa está baseada em três elementos: os acionistas, quadro de diretores e administração. Concede-se uma atenção especial entre a relação entre acionistas e diretores, pois a principal questão desta governança é alinhar a motivação dos administradores com os interesses dos acionistas (VAN DEN BERGHE, 2002). Assim, a governança

corporativa pode ser entendida como uma solução para desenvolver mecanismos que controlam e monitoram os negócios. Essa modalidade de governança corporativa pretende diminuir a distância entre proprietário, administração e sociedade (MALCRIDA; YAMAMOTO, 2006).

Seguindo essa linha de raciocínio, é possível entender a governança corporativa como um conjugado de princípios cuja finalidade é ampliar a efetividade do controle dos interessados (*stakeholders*) e autoridades de mercado de organizações privadas. Como exemplo, tem-se a participação de acionistas na tomada de decisão estratégica e auxílio de organizações externas como sindicatos, credores e empregados (SECCHI, 2009).

Ao encontro dos conceitos apresentados, Gourevitch e Shinn (2007) argumentam que governança corporativa descreve a relação entre poder e responsabilização. É uma estrutura de poder em que cada empresa determina quem realoca o dinheiro, quem contrata e despede, quem decide sobre pesquisas e desenvolvimento, sobre aquisições, entre outros.

No que tange à responsabilização, a governança global também aponta quem deve ser punido por corrupção, uso errado de fundos, performance ruim, etc. Os autores ressaltam ainda que a governança corporativa é importante, pois influi na distribuição de renda, na eficiência das empresas, na estabilidade do mercado de trabalho e na abertura do mercado, entre outros (GOUREVITCH; SHINN, 2007).

Por fim, tem-se, a partir das definições do Banco Mundial (2014), que a Governança Corporativa também pode ser entendida como o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e controladas de forma eficiente e transparente, suscitando confiança. As empresas que adotam esse “modelo de gestão” têm menos riscos de crises e escândalos financeiros, e, conseqüentemente, acabam por apresentar uma melhora no Estado, uma vez que se amplia a capacidade de mobilizar, alocar e monitorar investimentos, aumentar o número de emprego e crescimento econômico.

2.2.2 Governança Aplicada ao Setor Público

Diversos problemas modernos não conseguem mais ser resolvidos com abordagens ortodoxas da administração pública. Isso porque a administração

pública age de acordo com linhas claras de responsabilização, especialmente, para aqueles que desenvolvem políticas e aqueles que as implementam. Deste modo, quando a administração pública se depara com problemas complexos que demandam coordenação de dinheiro, pessoas e tecnologia, essa tem dificuldade e é ineficiente (KETTL, 2002).

Em resposta a esses dilemas, nasce, na década de 1980, o modelo burocrático weberiano, no qual o poder deriva das normas e instituições e nega o perfil carismático e tradicional do Estado. Tal modelo tem como principais características: formalidade, impessoalidade e profissionalismo (SECCHI, 2009).

Após o modelo burocrático, surgem dois modelos alternativos: a Administração Pública Gerencial e o Governo Empreendedor. Os dois modelos trazem a produtividade, a descentralização e a eficiência como valores basilares (SECCHI, 2009). O governo empreendedor, conhecido como *new public management*, por sua vez, tem dois principais significados: (i) gerencialismo e (ii) nova economia institucional. No setor público, o gerencialismo introduz métodos da área privada como, por exemplo, administração profissional, padrões e proximidade com os consumidores. Já o conceito de economia institucional, volta-se ao incentivo da competição de mercado no serviço público (RHODES, 1996).

Contudo, no final do século vinte, os problemas da administração pública ainda não haviam sido resolvidos e surge uma nova forma de governar: a governança pública. Ela pode ser entendida como uma ligação entre o governo e a política, entre o social e o administrativo (KETTL, 2002), ou ainda, como uma conexão entre o governo e o ambiente que o circunda (SECCHI, 2009).

Com o intuito de ilustrar a amplitude das definições de governança pública, o Quadro 1, contempla autores e excertos que tratam da questão discutida:

(continua)

Autor/ano	Conceito
Milward e Provan (2000)	(...) governança pública como uma constituição de condições para realização de normas que, usualmente, incluem agentes privados e ONGS conjuntamente com o setor público. A essência da governança são os mecanismos de governar como: concessões, contratos e acordos. A governança não afeta a autoridade e a competência de executar sanções do Estado.
Kjear (2004)	(...) governança pública é o afastamento do poder central do Estado para unidades supranacionais e unidades de governança descentralizadas. Ainda, a autora ressalta que a governança também inclui atores não governamentais locais e globais.

Quadro 1 - Conceitos de governança pública

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos autores referenciados.

(conclusão)

Autor/ano	Conceito
Kissler e Heidemann (2006)	Governança pública pode ser entendida como uma nova gênese de reformas administrativas e de Estado, que, por meio de uma ação conjugada, deve ser realizada de forma eficiente, cristalina e partilhada por empresas e sociedade civil, com a finalidade de alcançar soluções transformadoras para as áreas sociais e para o desenvolvimento sustentável.
FMI (2007)	Governança é o meio pelo qual as decisões são tomadas e implementadas ou não. Dentro do governo, a governança é o processo pelo qual instituições públicas guiam os recursos públicos. A boa governança refere-se a gestão do governo de modo livre de abusos e corrupção, baseando-se no Estado de Direito.
Rhodes (2007a)	O conceito de governança pública pode ser dividido em quatro conceitos básicos. O primeiro aspecto trata sobre a interdependência entre as organizações. Portanto, a governança vai além do conceito de governo abrangendo atores não nacionais. O segundo aspecto, é a necessidade da interação contínua entre atores governamentais e outros atores, guiados pela necessidade de aumentar o comércio de produtos e propósito compartilhados. Já o terceiro aspecto relata sobre as interações baseadas na confiança e reguladas pelas regras dispostas pelos participantes da rede. Por último, é preciso considerar um grau significativo de autonomia em relação ao Estado. Dessa forma, o Estado não ocupa mais uma posição privilegiada ou soberana, mas, pode indiretamente orientar as redes.
Secchi (2009)	A Governança Pública está relacionada com uma visão pluralista onde diversos atores devem influenciar a concepção das políticas públicas. Pressupõe-se uma mudança no papel do Estado, que deve ser menos monopolista e hierárquico. Em outras palavras, esse modelo não é mais baseado em uma autoridade central e também não trata de alocação de responsabilidade para o setor privado, mas, procura regular e trazer os recursos coletivos, incluindo a população e outros níveis de governo. Nesse contexto, os cidadãos são denominados parceiros ou <i>stakeholders</i> , sob o qual é construído um modelo horizontal de relacionamento e coordenação.
Matias-Pereira (2010)	Governança pública refere-se à aptidão de governar, abrangendo a ação estatal na implementação de políticas, metas coletivas e participação da sociedade. Em suma, governabilidade é o exercício da autoridade política e a governança determina o modo de uso da autoridade.

Quadro 1 - Conceitos de governança pública**Fonte: Elaborado pela autora a partir dos autores referenciados.**

Com base no Quadro 1, é possível extrair que os diversos teóricos e instituições demonstram, em suma, uma transformação do papel tradicional do Estado, que agora compartilha suas responsabilidades com organizações não governamentais na busca do bem público (KETTTL, 2002) em atendimento ao princípio maior (mesmo que implícito constitucionalmente), da supremacia do interesse público.

2.3 GOVERNANÇA GLOBAL

Esta seção, reconhecidos os limites estabelecidos para o estudo, traz ao plano o entendimento do conceito de governança global, elemento central desta dissertação. Pretende-se, com isso, instigar discussões sobre globalização, atores da sociedade internacional e, finalmente, a respeito da governança global.

2.3.1 Globalização e Soberania

No período da Guerra Fria, houve um grande aumento das interações internacionais e transnacionais, e foi nessa época em que se iniciou a utilização do termo *globalização*. Contudo, somente após o término do conflito bipolar (EUA *versus* URSS) que os efeitos da globalização foram se tornando mais perceptíveis nos Estados (MAYNTZ, 2008). A globalização pode ser entendida como uma relação supra territorial que trouxe diversas mudanças nos espaços sociais. Além da tradicional visão sobre território, esse fenômeno muda o conceito de tempo, espaço e intensifica a política, economia e a área social (THAKUR; LANGENHOVE, 2006). Na sua essência, a globalização minimiza os custos de transação das atividades econômicas e, principalmente, torna as atividades mais especializadas, complexas e interdependentes (DUNNING, 1997).

Ainda sobre a globalização, pode-se afirmar que a mesma tem efeito negativo na capacidade do Estado em gerir os interesses dos cidadãos na rede global, pois, se estabelece uma lacuna entre o espaço onde as questões são definidas (global) e onde essas mesmas questões são administradas (local) (CASTELLS, 2005). Nota-se que, antes da Guerra Fria, os Estados eram os principais veículos de organização e administração das atividades econômicas dentro de sua jurisdição; contudo, a globalização criou novas demandas para a administração pública (DUNNING, 1997). Nessa acepção, a imagem de um Estado que organiza a vida pública e que desenvolve as melhores condições para a economia não existe mais em diversos países (THAKUR; LANGENHOVE, 2006).

Em contrapartida, deve-se levar em consideração que a globalização faz com que a soberania Estatal se torne alienável e divisível. Porém, o Estado adquire novos papéis na sociedade internacional como legitimador e suporte para as instituições por eles criadas (TABB, 2004).

Observa-se que a própria literatura especializada em globalização não é uníssona, tendo visões diferentes sobre esse mesmo fenômeno. Registre-se, então, que nesta dissertação que, obviamente, não tem por escopo, e nem assim poderia ser, esgotar tão fértil campo para novos estudos, são tratadas as três principais teorias, aplicáveis ao tema: a hiperglobalização, a séptica e a transformista.

A teoria da hiperglobalização entende globalização como uma nova abordagem histórica, na qual os Estados tradicionais não são mais vistos como naturais. Essa tese privilegia o pensamento liberal e enfatiza a importância de um mercado global e o princípio da livre competição. Sob esse foco, a globalização passa a ser considerada como um fenômeno econômico que integra as economias globais e que impõe uma economia neoliberal para todos os governos (HELD *et al.*, 1999).

Em contraponto com a ideia anterior, a teoria séptica tem como premissa que a globalização tem necessariamente a existência de um mercado perfeitamente integrado. Dessa forma, como o comércio internacional está baseado, essencialmente, em economias nacionais e não em um mercado amplamente conectado, a globalização seria um mito (HELD *et al.*, 1999).

Já para a teoria transformista, a globalização está por trás de uma rápida mudança social, política e econômica que está reformulando o mundo. Segundo essa teoria, tais mudanças fazem com que não exista mais uma distinção clara entre doméstico e externo. Portanto, globalização é uma força transformadora, responsável pela mudança das sociedades, economias e instituições (HELD *et al.*, 1999).

Neste matiz, infere-se que a globalização é um processo ou um grupo de processos que não reflete um desenvolvimento linear lógico e também não presume uma sociedade ou comunidade global. No entanto, ela reflete a necessidade de uma rede inter-regional. Essas redes impõem restrições ao mesmo tempo que dão poder às comunidades, estados e forças sociais. Esse processo é refletido nas áreas econômica, política, legal, militar e ambiental (HELD *et al.*, 1999).

Além disso, insere-se uma variável relevante para a discussão sobre globalização: o papel da política. Há um equívoco em se considerar a globalização como um processo exclusivamente econômico, pois, de fato, todos os processos dentro do Estado e no âmbito internacional, dependem de forças políticas (DINIZ, 2001).

É importante frisar que independente da teoria utilizada para justificar o tema, o processo de globalização amplifica a economia global (interdependência de mercados financeiros, internacionalização da produção, administração e distribuição de produtos e serviços por meio de multinacionais). Ainda se verifica a influência da globalização na questão ambiental, haja visto que a mesma se torna global a medida em que é caracterizada pelos danos ambientais irreversíveis e a necessidade de uma estratégia de conservação (CASTELLS, 2005).

Já a questão dos direitos humanos foi internacionalizada e aparece a necessidade de uma justiça social global. Por fim, há um compartilhamento dos problemas de segurança trazidos pela proliferação de armas de destruição em massa e terrorismo (CASTELLS, 2005).

Dessa forma, é possível asseverar que não há uma concordância do uso do termo globalização e também se seus efeitos são negativos ou positivos. No entanto, é relevante ter-se em mente que a globalização ampliou as interações internacionais e transnacionais do Estado (MAYNTZ, 2008) e tornou a governança pública desqualificada para lidar sozinha com os problemas globais como: mídia, ecologia e economia (SCHOLTE, 2004).

Na próxima subseção, propõe-se discutir sobre os aspectos relacionais externos dos Estados e suas formas de cooperação.

2.3.2 Atores da Sociedade Internacional

A ideia de organizar politicamente a sociedade internacional cresceu após a construção da Sociedade das Nações, que tinha como finalidade manter a paz, a solidariedade dos povos democráticos e evitar uma nova guerra. Apenas com o advento das Nações Unidas pôde-se verificar uma comunidade política

institucionalizada, em que quase todos os Estados são membros em pé de igualdade dentro da organização (DAILLIER; DINH; PELLET, 2003).

Antes desses acontecimentos, os Estados eram voltados para dentro de seu território, deixando pouco espaço para outros atores (FRIEDMAN; HOCHSTETLER; CLARK, 2005). Só houve uma proliferação de atores, na sociedade internacional, à medida em que os investimentos estrangeiros e a presença de multinacionais aumentaram. Esses acontecimentos colaboraram para que o Estado começasse a perceber que seu mercado interno é muito pequeno e que a internacionalização seria necessária para a sua sobrevivência (JOSSELIN; WALLACE, 2003).

Com o aparecimento destes novos sujeitos de direitos internacionais nasce, no plano internacional, à personalidade jurídica que pode ser entendida como aquela que possui a aptidão de atuar internacionalmente. A personalidade jurídica destes atores é derivada, justamente porque advém da soberania e vontade dos Estados (DAILLIER; DINH; PELLET, 2003).

Enfim, pautando-se no que foi exposto, é possível classificar os sujeitos da sociedade internacional em três grupos: (i) Estados-Nações; (ii) Organizações Internacionais; (iii) Organizações Não Governamentais. Essa classificação possibilita, neste estudo, examinar os atores internacionais que compõem o conceito de governança global. Como aludido anteriormente, já houve discussão sobre o Estado e suas formas, resta focar então, neste espaço, apenas nas organizações internacionais e organizações não governamentais, como se faz na sequência.

2.3.3 Organizações Internacionais e Transnacionais

A cooperação entre estados políticos e independentes é um fenômeno conhecido desde a história antiga da sociedade e que pode ser representado pela multiplicação de Conferências Internacionais, baseadas em um novo instrumento jurídico: o tratado multilateral (VELASCO, 1997). Pode-se citar como exemplo a conferência denominada Paz de Vestfália, considerada relevante porque, a partir dela, pela primeira vez os Estados eram vistos de forma igualitária, ou seja, como entes dotados de soberania que não devem interferir em assuntos de outrem (ALMEIDA; BARRETO, 2014).

É interessante notar que na época da paz de Vestfália, o sistema internacional era estadista, sendo que o interesse do Estado se sobrepunha aos interesses individuais, e, por conseguinte, essa hierarquia foi responsável pelo totalitarismo, guerras e a dependência entre Estados (ALMEIDA; BARRETO, 2014). Contudo, a recente propagação de organizações internacionais aparece na medida em que os Estados se encontram impossibilitados de realizar seus objetivos e se veem obrigados a procurar novas formas de alcançá-los (MELLO, 2004).

Por mediação desse viés, tem-se que a organização internacional pode ser entendida como:

Associação voluntária de sujeitos do direito internacional, constituída por ato internacional e disciplinada nas relações entre as partes por normas de direito internacional, que se realiza em um ente de aspecto estável, que possui um ordenamento jurídico interno próprio e é dotado de órgãos e institutos próprios, por meio dos quais se realiza as finalidades comuns de seus membros mediante funções particulares e o exercício de poderes que lhe foram conferidos (SERENI¹, 1959 apud MELLO, 2004).

De forma mais simplista, Seitenfus (2007) entende organização internacional como uma sociedade entre Estados, composta por meio de um tratado, com o desígnio de buscar interesses comuns via permanente colaboração entre seus membros.

Em relação ao seu funcionamento, é possível assegurar que tais organizações possuem ordenamento jurídico interno, órgãos próprios e poderes exclusivos que são fixados por tratados que as criam (MELLO, 2004). Em relação a finalidade dessas organizações, Thakur e Van Langenhove (2006) estabelecem que as organizações internacionais possuem três objetivos primordiais: segurança, bem-estar e governança regional.

A segurança busca trazer a salvaguarda coletiva e global, enquanto que a promoção de bem-estar se volta para ações realizadas na área técnica, econômica e humanitária, com o intuito de buscar o bem comum. Por fim, a governança regional pode ser entendida como uma combinação entre bem-estar e segurança entre países vizinhos, como, por exemplo, a União Europeia (THAKUR; VAN LANGENHOVE, 2006).

¹ SERENI, Angelo P. **Le organizzazioni internazionali**. Milano: Giuffrè, 1959.

2.3.4 Organizações Não Governamentais

Segundo Daillier, Dinh e Pellet (2003), organizações não governamentais ou associação internacional é uma “instituição criada por uma iniciativa privada - ou mista - com a exclusão de todo ou qualquer acordo intergovernamental, associando pessoas privadas ou públicas, físicas ou jurídicas de diversas nacionalidades”. Ou ainda, organizações privadas (associações, federações, uniões, institutos, grupos) são aquelas que não foram formadas por Estados ou por tratados interestaduais, que são considerados atores nas relações internacionais, com a finalidade de realizar atividades a seus membros, cidadãos, corporações (CHINKIN, 1998).

É admissível subdividir as organizações privadas em organizações não governamentais e companhias multinacionais. Ambas são atores da sociedade internacional. No entanto, a primeira possui finalidade lucrativa, ao passo que a segunda não. Outrossim, as sociedades multinacionais são empresas que têm instalações, produção ou serviços fora do país sede, e, assim, essa modalidade de empresa procura ampliar seus lucros, utilizando operações estrangeiras, submetendo-se a diferentes influências internacionais (DAILLIER; DINH; PELLET, 2003).

Vale ressaltar que as pessoas privadas fazem parte da sociedade internacional, mas não são consideradas sujeitos de direito internacional. Isto porque tanto a sua personalidade jurídica como a sua capacidade de ação e responsabilidade são conferidos pela ordem jurídica nacional (DAILLIER; DINH; PELLET, 2003).

Entre as funções de relevância das organizações privadas, sobretudo as organizações não governamentais (ONGs), está a sua participação na criação de regras, normas e princípios internacionais. Registre-se, então, que as ONGs são as principais forças motrizes por trás da criação de normas internacionais e orientações nas áreas de direitos humanos e de proteção ao meio ambiente (HOLZSCHEITER, 2005).

Mesmo que não seja permitida a participação formal de ONGs na tomada de decisão em contexto de negociação internacional, elas têm fundamental papel na opinião, construção e definição da agenda. Para citar um exemplo, pode-se dizer

que as ONGs foram as responsáveis pela transformação da doença da AIDS em agenda internacional (HOLZSCHEITER, 2005).

E, finalmente, é de suma importância ressaltar que a agenda transnacional está cada vez mais complexa e multifacetada graças a fontes de informação agindo em ação conjunta com o grande número de tratados, e o crescimento gradativo da população faz com que se precise de alguém que as ampare internacionalmente (FRIEDMAN; HOCHSTETLER; CLARK, 2005).

2.3.5 Aspectos da Governança Global

Esta seção abarca a fundamentação teórica necessária à compreensão da governança global, tendo sido desenvolvida a partir de um estudo bibliométrico, o qual indicou os principais autores que tratam a respeito do tema.

Inicialmente, merece destaque o fato de que existem muitas divergências em relação ao conceito de governança global. Considera-se governança global como um conjunto de instituições, processos e interações entre vários atores globais em todos os níveis políticos e sociais, sem qualquer hierarquia entre eles, procurando resolver um problema global específico ou problemas comuns na comunidade internacional, utilizando-se de normas e costumes, induzindo repercussões transnacionais (DINGWERT; PATTBERG, 2006).

A governança global se diferencia da governança *stricto sensu*, por possuir um alcance geográfico muito mais amplo em que se participam nações, organizações não governamentais, e multinacionais. Em outros termos, tratam-se de atores que superam os limites das fronteiras nacionais. Para alcançar sua finalidade, essa modalidade de governança conta com a utilização da diplomacia, transações, resolução pacífica de conflitos e solução de controvérsias (GONÇALVES; COSTA, 2011).

A fim de complementar o conceito trazido pelos demais autores, é possível extrair três aspectos fundamentais da descrição de governança global: (i) sua natureza instrumental, pois ela é o meio e o processo que gera efeitos eficazes; (ii) participação amplificada de diversos atores globais e locais; e (iii) caráter de consenso e persuasão nas relações e ações (GONÇALVES; COSTA, 2011).

Muito embora existam outras propostas para a análise da governança global, para melhor compreensão deste conceito e observando as delimitações deste estudo, utiliza-se a categoria de análise proposta por Dingwerth e Pattberg (2006). Segundo esses autores, a governança global pode ser dividida em duas formas: (i) uso analítico; e (ii) uso normativo.

O uso analítico de governança global incluiu em sua definição: movimentos sociais globais; sociedade civil; atividades das organizações internacionais; a mudança na capacidade regulatória do Estado; organizações privadas; redes públicas e privadas; normas transnacionais; e autoridade privada. Com o intuito de ilustrar o uso analítico da governança global, tem-se o Quadro 2, o qual, como se vê, cronologicamente traz diversas contribuições teóricas sobre o tema.

(continua)

Ano	Autor	Definição de governança global
1992	Rosenau e Czempiel	O conceito de governança global abrange mais do que instituições formais e organizações nas quais são administradas as relações internacionais.
1995	Comissão sobre Governança Global	Complexo processo interativo de tomada de decisão que está constantemente evoluindo e se ajustando a novas circunstâncias. Mesmo tendo que atender às exigências específicas de diferentes áreas de ação, a governança global deve ter uma visão integrada das questões relativas à sobrevivência e à prosperidade humanas. Reconhecendo a natureza sistêmica dessas questões, deve-se adotar também medidas sistêmicas para resolvê-las.
2002	Keohane	A governança global refere-se a tomada de poder pelo exercício em uma escala global, mas não necessariamente por entidades autorizadas pelo acordo geral de agir. A governança global pode ser exercida por Estados, organizações religiosas, e as corporações de negócios, bem como por organizações intergovernamentais e não-governamentais. Como não há governo global, a governança global envolve interações estratégicas entre entidades que não são organizadas em hierarquias formais. Como também não há constituição global, as entidades que exercem o poder de fazer regras muitas vezes não estão autorizadas a fazê-la por consenso geral. Por isso, suas ações muitas vezes não são consideradas legítimas por aqueles que são afetados por eles.
1999	Nowrot	O Estado não age somente em interesses individuais, mas, em conjunto, em regimes. Ademais, busca-se a utilização de tratados e outras formas de solução de controvérsia não confrontadoras, como por exemplo, notificações e sistemas de monitoramento.
2004	Risse	Governança global são arranjos institucionais que vão além do Estado-nação que podem ser caracterizados por dois elementos. O primeiro elemento é a inclusão de atores não estatais como o setor privado e organizações não governamentais. O segundo elemento é a ênfase em modos não hierárquicos de direção.
2004	Scholte	Governança global pode ser entendida como um governo global descentralizado, sem uma autoridade central.

Quadro 2 - Governança Global

Fonte: Autoria própria, a partir dos autores e organização referenciados.

(conclusão)

Ano	Autor	Definição de governança global
2005	Wilkinson	Governança global pode ser definida como a construção e implementação de normas e exercício de poder em escala global. Ela pode ser exercida por estados, organizações religiosas, empresas e organizações não governamentais. Como não há um governo global, essa modalidade de governança envolve estratégias de interação entre entidades que não são baseadas em hierarquia formal.
2006	Krisch e Kingsbury	Governança global pode ser entendida como a regulação e administração que causou o aparecimento de administração global: um espaço no qual não há dicotomia entre nacional e internacional e em que as funções administrativas são realizadas entre funcionários e instituições em diferentes níveis. A regulamentação pode ser altamente eficaz, apesar de suas formas predominantemente não vinculativas.
2011	Gonçalves e Costa	Nesse conceito participam nações, organizações não governamentais, multinacionais, em outras palavras, atores que superam os limites das fronteiras nacionais. As ferramentas disponíveis para atingir a governança global são: a utilização da diplomacia, transações, resolução pacífica de conflitos, solução de controvérsia.

Quadro 2 - Governança Global

Fonte: A autoria própria, a partir dos autores e organização referenciados.

Pode-se inferir do Quadro 2 que a maioria dos conceitos trazidos se relaciona com o conceito analítico, pois em sua pluralidade encaram a governança global como um sistema multifacetado que engloba o local, nacional, regional. Portanto, a governança global parte do pressuposto que as várias formas de governança existem uma independente da outra, sem a ocorrência de hierarquia entre elas.

A relação entre o Estado e atores não governamentais funciona por meio de coordenação não hierárquica (BÖRZEL; RISSE, 2010). O modo de coordenação não hierárquica pode ser descrito como o uso de incentivos e sanções para induzir os atores a obedecer às regras que são melhores para seu interesse, ou ainda, persuadi-los a realizar ações, levando em conta a legitimidade moral das regras e normas (RISSE, 2004).

Contudo, a governança global também pode ser compreendida sustentando-se na perspectiva do uso normativo que a entende a partir de uma concepção política, a qual tem a solução para os problemas globais como foco central. Usualmente, esses problemas estão relacionados com a globalização econômica, resultantes da perda da autoridade do Estado (DINGWERTH; PATTBURG, 2006).

Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se citar como exemplo o conceito apresentado por Santos (2006) onde, sob o ponto de vista aplicabilidade, a governança global tem como intento encontrar soluções de problemas coletivos, interligados com a globalização econômica, cultural, social, ecológica e militar.

Ainda sob o mesmo foco, Mayntz (2008) argumenta que governança é um processo ou uma estrutura institucional, desenhado para lidar com problemas. Esses problemas são vistos a partir de três diferentes olhares: o primeiro, baseado na visão econômica, acredita que a governança global deve lidar com obstáculos à globalização, causados por medidas protetivas do Estado.

Já o segundo olhar, referindo-se a perspectiva jurídica, enfatiza o impacto negativo da efetividade das leis internacionais e transnacionais na capacidade de controle do Estado. E, finalmente, o terceiro deles, remetendo as ciências sociais, institui que a governança global deve combater os problemas trazidos pela globalização: problemas ecológicos, migrações, violação de direitos humanos, pobreza e a moderna tecnologia da informação.

É possível concluir, portanto, que o conceito de Gonçalves e Costa (2011) é analítico e normativo, pois, além de tratar sobre a forma da governança global também aduz sobre quais formas deverão ser a ele aplicadas: diplomacia, transações, resolução pacífica de conflitos, solução de controvérsia. Além disso, a maioria dos conceitos apresentado considera que a governança global se baseia em regulações internacionais como, por exemplo, tratados e normas. Desse modo, verifica-se que há um aumento da regulação internacional, a qual se desloca do nível nacional para os níveis de políticas além do Estado.

Em relação à aplicação das normas da governança global, Jörgens (2003) propõe três modalidades: harmonização, imposição e difusão, conforme é demonstrado no Quadro 3:

(continua)

Modalidades Normas	Harmonização	Imposição	Difusão
Modo de operação	Cooperação Multilateral	Unilateral condicionada (política e economia)	Descentralização de persuasão/aprendizado
Nível de obrigação	Médio- Alto	Alto	Baixo

Quadro 3 - Aplicação de normas na governança global
Fonte: Adaptado de Jörgens (2003).

(conclusão)

Modalidades Normas	Harmonização	Imposição	Difusão
Principais motivações do legislador	- Problemas transfronteiriços - Evitar distorções do comércio	-Participa de organizações internacionais ou tratados - Obtém ajuda internacional	- Procura soluções para os problemas domésticos -Diminui as incertezas -Evita externalidades nocivas - Ganha legitimidade interna e externa
Principal força motriz	Interesse	Poder	Conhecimento

Quadro 3 - Aplicação de normas na governança global

Fonte: Adaptado de Jörgens (2003).

A harmonização tem como significado a modificação consciente de políticas internas por governos comprometidos com normas multilaterais, na qual não participaram da elaboração. Portanto, os Estados buscam, por meio de um processo de harmonização, resolver seus problemas coletivamente no âmbito internacional, com o objetivo de reduzir as barreiras à livre circulação de pessoas, capitais e bens, e evitar distorções comerciais. O nível de obrigação formal é alto e é possível citar como exemplo a União Européia (JÖRGENS, 2003).

A segunda forma de aplicação de políticas é por meio da imposição, onde organizações internacionais, atores privados e Estados compelem outros Estados a adotar políticas, como por exemplo, corporações transnacionais. Por último, a difusão trata do processo pelo qual os Estados imitam ou são instruídos a tomar decisões políticas (JÖRGENS, 2003).

Para encerrar, com a finalidade de mapear o conceito base da governança global, bibliometricamente foram selecionados os temas-chaves (categorias de análise) de toda a fundamentação teórica desta seção e, em seguida, realizou-se uma análise de frequência de aparição dos temas nas fontes consultadas, como se mostra na Tabela 1.

Tabela 1 - Temas-chaves relacionados com a governança global

(continua)

Temas-chaves	Frequência de ocorrência dos temas nas fontes
Instituições formais	1

Tabela 1 - Temas-chaves relacionados com a governança global

(continuação)

Temas-chaves	Frequência de ocorrência dos temas nas fontes
Organizações	2
Relações internacionais	2
Normas	3
Repercussão Transnacional	1
Processo interativo	1
Dinâmico	1
Sobrevivência	1
Prosperidade	1
Sistêmico	1
Regras	1
Relações formais	1
Relações informais	1
Práticas Sociais	1
Poder	1
Escala global	2
Atores Globais	2
Estados	2
Organizações Regionais	2
Organizações Intergovernamentais	1
Organizações Não Governamentais	5
Interações estratégicas	1
Sem hierarquia	5
Solução de controvérsia	1
Tratados	1
Arranjos institucionais	1
Governo global	1
Espaço	1
Funções administrativas	1
Multinacional	1
Resolução pacífica de conflitos	1
Diplomacia	1
Problemas globais	1
Globalização	4
Solução de problemas	1
Economia	2

Tabela 1 - Temas-chaves relacionados com a governança global

(conclusão)

Temas-chaves	Frequência de ocorrência dos temas nas fontes
Ecologia	2
Militar	1
Social	2
Cooperação não hierárquica	2
Estrutura institucional	1
Cultura	1

Fonte: Autoria própria.

Para esclarecer, cabe destacar que as informações contidas na Tabela 1 representam apenas a frequência de ocorrência dos temas nas fontes pesquisadas e não demonstram pesos ou relevâncias distintas no tema da governança global.

A partir da delimitação dos temas-chaves, bem como das frequências verificadas, estabelece-se *lato sensu* o conceito próprio utilizado como base para alcançar o objetivo da pesquisa, a saber: Governança global é um processo em escala global, envolvendo interações estratégicas entre atores globais (Estados, Organizações Internacionais, Organizações Não-Governamentais e Empresas), sem coordenação hierárquica, que busca a solução pacífica de problemas coletivos derivados da globalização (econômicos, sociais, ecológicos), por meio da negociação e execução de normas e do uso do poder em escala global.

Para mensurar a governança global leva-se em conta o seu aspecto normativo que foca na sua finalidade; resolver problemas relacionados com a globalização (DINGWERTH; PATTBERG, 2006). No conceito próprio elaborado de governança global nota-se que seu intuito é resolver problemas coletivos derivados da globalização na área econômica, social e ecológica por meio de uma solução pacífica de conflitos. Portanto, o objeto central deste estudo, são os quatro pilares do conceito: aspecto econômico; social; ambiental; e de resolução pacífica de conflitos, tratados nas suas individualidades nas quatro seções subsequentes.

2.4 PILARES DA GOVERNANÇA GLOBAL

Conforme destacado na parte final da seção anterior, quatro pilares do conceito de governança global são definidos: econômico, social, ambiental e solução pacífica de conflitos. Dessa forma, as próximas seções tratam sobre cada um dos pilares desenvolvidos, a partir de um estudo bibliométrico, voltado para a verificação das agendas internacionais e das políticas internacionais de cada tema em específico.

No estudo de cada pilar da governança global são examinados os indicadores selecionados para representa-los no âmbito do IGovG, bem como as metodologias empregadas na definição de cada um desses indicadores, os quais também podem ser entendidos como insumos para a composição do IGovG.

2.4.1 Pilar Econômico da Governança Global

Na década de 1980, houve, na política econômica global, uma grande liberação econômica e desregulação das economias, simultaneamente também ocorreu um aumento das comunicações, que ampliou a mobilidade de capital e a facilidade de gerenciamento de multinacionais. Então, surgem na sociedade internacional novos centros de autoridade como organizações internacionais, multinacionais e organizações não governamentais. Já na década de 1990, sucederam-se diversas crises financeiras que demonstram a incapacidade dos Estados de resolver seus problemas sozinhos (O'BRIEN *et al.*, 2000).

A economia mundial, por sua vez, se internacionalizou, com o fomento da interação de fluxos financeiros e comerciais, e, como consequência, há uma integração e migração do mercado financeiro mundial, que acabou por transformar o mercado de trabalho, redes de comunicação e transportes (BRADFORD, 2003).

Nesse contexto, a governança econômica pode ser entendida como todas as formas de controle que promovam o funcionamento de uma economia com legitimidade, responsabilidade e transparência. A implementação destas regras contribui para uma economia estável que favoreça o crescimento do emprego (SECO, 2015).

Já no âmbito global, a governança global projeta resolver os problemas econômicos de nível mundial (BRESSER-PEREIRA, 2007). Neste lume, a governança econômica global trouxe a estabilidade econômica gerada pelo aumento da comunicação e tecnologia, o que suscitou em um aumento nos fluxos de capital e nos investimentos diretos externos (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1995).

Esta modalidade de governança pode ser concebida por instituições Estatais econômicas globais utilizadas para canalizar recursos por meio de regulações próprias. Elas são globais Estatais porque nascem de um Estado, possuem suas qualidades e certa medida de soberania nacional, cita-se como exemplo as organizações internacionais econômicas mais relevantes: o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial (TABB, 2004). É importante frisar que essas instituições têm grande valor para a governança econômica global, uma vez que as suas normas, criadas e supervisionadas, têm imediata repercussão para os Estados e para as pessoas (O'BRIEN *et al.*, 2000).

A finalidade da governança econômica global, bem como das políticas globais econômicas, é diminuir assimetrias e, portanto, alcançar a estabilidade econômica, por meio da cooperação e coordenação de políticas entre estados na área econômica internacional (FRIEDEN, 2012). Contudo, mesmo que a finalidade desta governança seja a cooperação entre Estados, nota-se que as principais críticas se referem à falta de eficiência e capacidade do Estado em elaborar um sistema de normas e mecanismos de cooperação para manter essa estabilidade e coibir práticas abusivas (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1995).

Ainda, critica-se a falta de efetiva cooperação e coordenação entre Estados para evitar crises (BRESSER- PEREIRA, 2007). Essa é uma das principais lacunas desta modalidade de governança; especialmente, porque, comumente, estas crises nascem de ações políticas nacionais errôneas (BRADFORD, 2003, p. 120).

Sob outro prisma, a OCDE (2011) sugere que tanto o foco da governança econômica global como a cooperação dos estados devem ter como base a ação de fomentar e coibir três questões interconectadas: tributação, anticorrupção e fluxo financeiro ilícito.

Sabe-se que a tributação é essencial para promover o desenvolvimento sustentável e a redução de pobreza, estabelecendo a boa governança através da

prestação de contas do governo aos cidadãos. O sistema tributário desenvolvido tem como base a transparência no intercâmbio da informação e busca coibir a evasão fiscal e práticas tributárias nocivas (OCDE, 2011).

Outra questão relevante é a corrupção, lembrando que esse assunto é importante para a agenda internacional porque impede o desenvolvimento econômico, diminui os investimentos externos e influencia negativamente a criação de empresas. Para combater a corrupção, é necessário um sistema jurídico transparente e aumento dos investimentos em educação (SECO, 2015).

Outro elemento que merece destaque na governança global econômica é o sistema financeiro estável, que é considerado como um bem público global. Isso porque a instabilidade financeira trazida principalmente pelos fluxos financeiros ilícitos reduzem os recursos para investimentos e crescimento, contribuindo efetivamente para o aumento da pobreza.

O fluxo financeiro ilícito pode ser definido como o movimento de fundos, cuja origem, transferência ou uso sejam contrários às leis nacionais e internacionais que inclui: (i) Movimento ilegal de dinheiro com a finalidade de realizar o crime de lavagem de dinheiro; (ii) A transferência ilegal de fundos com a finalidade de evitar o pagamento de tributos ou de valor legal requerido; (iii) A transferência de fundos para um uso ilegal (KERN; RAHUL; EATWELL, 2005).

Diante dos diferentes conceitos expostos nesta seção, a Tabela 2 identifica os principais temas-chaves da concepção econômica da governança global e, após uma análise de frequência, auxilia na construção de um conceito base, fundamental para o reconhecimento dos indicadores.

Tabela 2 - Frequência da governança global econômica

(continua)

Temas-chaves	Frequência de ocorrência dos temas nas fontes
Controle	1
Legitimidade	1
Responsabilidade	1
Transparência	1
Estabilidade econômica	3
Práticas abusivas	1
Crescimento emprego	1
Problemas econômicos globais	1

Tabela 2 - Frequência da governança global econômica

(conclusão)

Temas-chaves	Frequência de ocorrência dos temas nas fontes
Proteção do comércio	1
Eficiência	1
Tributação	2
Corrupção	3
Recursos	1
Crescimento	1
Redução da pobreza	1
Fluxos de capital	3
Investimento externo direto	2
Instituições estatais econômicas globais	1
Fundo Monetário Internacional	2
Organização Mundial do Comércio	2
Banco Mundial	2
Cooperação	4
Coordenação	2

Fonte: Autoria própria.

Dessa forma, a partir dos argumentos trazidos pelos autores citados nesta seção, assim como pelas frequências coletadas a partir dos temas-chaves, observa-se que o aspecto econômico da governança global versa sobre a coordenação e cooperação dos Estados e das organizações internacionais econômicas (Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio e Banco Mundial) buscando a estabilidade econômica e o investimento externo direto mediante regulação própria, tributação transparente e coibição da corrupção e do fluxo financeiro ilícito.

2.4.1.1 Indicadores selecionados para mensurar o pilar econômico da governança global

O aspecto econômico da governança global alude sobre a coordenação e cooperação dos Estados e das organizações internacionais econômicas (Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio e Banco Mundial),

buscando a estabilidade econômica e o investimento externo direto por meio da tributação transparente e coibição da corrupção e do fluxo financeiro ilícito.

O primeiro fator basilar para a governança global econômica é a tributação, porque esta ajuda no desenvolvimento sustentável, na diminuição da pobreza e na promoção da boa governança. É preciso lembrar que a tributação internacional eficiente deve ter como base a transparência no intercâmbio das informações e na coibição da evasão fiscal e das práticas tributárias nocivas (OECD, 2011).

Do mesmo modo, o combate ao fluxo financeiro ilícito é relevante para a governança global porque tal prática reduz os recursos para os investimentos e crescimento, aumentando a pobreza. Este fluxo ilícito inclui: movimento ilegal de dinheiro com a finalidade de realizar o crime de lavagem de dinheiro ou a transferência ilegal de fundos.

Para mensurar o fluxo financeiro ilícito, bem como, as práticas tributárias nocivas, optou-se por utilizar o índice denominado Basel AML, desenvolvido pelo Instituto Basel de Governança, que propõe medir o risco de se cometer o crime de lavagem de dinheiro e o financiamento de terrorismo nos países. Ele tem como base quatorze indicadores que tratam sobre corrupção, normas financeiras, estado de direito, os quais são agregadores em um risco global (BASEL INSTITUTE ON GOVERNANCE, 2015).

O índice Basel AML é calculado pela média ponderada dos seus quatorze indicadores. A maioria dos indicadores escolhidos têm seu próprio sistema de pontuação, mas as fontes individuais (dados brutos) são redimensionadas entre 0-10, em que 0 indica o nível mais baixo e 10 o mais alto. Na criação de um índice composto, cada indicador ou componente recebe um peso para agregar todas as pontuações em uma pontuação geral. A importância de cada indicador dentro do índice recebe um peso diferente dependendo da avaliação de importância realizada pelo instituto (BASEL INSTITUTE ON GOVERNANCE, 2015). É importante frisar que os indicadores que compõem o índice tratam sobre transparência fiscal e financeira, e, portanto, a transferência ilegal de fundos já está incluída no índice selecionado.

Em relação a corrupção verifica-se que a mesma traz obstáculos ao desenvolvimento econômico, investimentos e criação de empresas, e, para combatê-la sugere-se que os países possuam um sistema jurídico transparente. Dessa forma, os indicadores selecionados para mensurar a corrupção são o Controle da

Corrupção e Estado de Direito, sendo que ambos fazem parte do índice *Worldwide Governance Indicators*, desenvolvido pelo Banco Mundial (KAUFMANN; KRAAY, 2007).

O indicador Estado de Direito capta a confiança e o respeito dos agentes pelas regras da sociedade, especialmente, na execução dos contratos, direito de propriedade, políticas e probabilidade de crime e violência. Já em relação ao Controle de Corrupção, tem-se como desígnio verificar em que medida o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo tanto grandes formas de corrupção, como a "captura" do Estado por elites e interesses privados (KAUFMANN; KRAAY, 2007).

Esses indicadores são construídos a partir de uma média de dados de origens subjacentes. Tal metodologia é feita em três etapas. O primeiro passo é a escolha das fontes de dados, que são as variáveis. Posteriormente, há um redimensionamento preliminar dos dados para uma escala entre 0 a 1, sendo os valores mais altos correspondentes aos melhores resultados (KAUFMANN; KRAAY, 2007).

2.4.2 Pilar Social da Governança Global

Nesta seção, discute-se o aspecto social da governança trazendo ao lume os indicadores utilizados para sua mensuração. É importante frisar que o pilar social, bem como todos os pilares da governança global baseiam-se em agendas internacionais e políticas internacionais sobre o tema específico.

Em relação as políticas sociais, verifica-se que não há um consenso na definição de política social. Tradicionalmente, entende-se política social como intervenção estatal para promover serviços sociais (HALL; MIDGLEY, 2004, p. 6- 8, tradução própria) ou como políticas e práticas relacionadas com serviços de saúde, seguridade social, educação e abrigo.

Entretanto, a política social, dentro de um país, já não pode ser entendida ou feita sem referência a um contexto global, pois, muitos problemas sociais têm dimensões globais, de modo que é exigido respostas políticas supranacionais (DEACON, 2007, p. 2-4). Já a política social global abrange a redistribuição global,

regulação global e os direitos sociais globais, moldados por Estados e organizações não-governamentais, agências e grupos.

Essa nova forma de enxergar as políticas sociais torna-se um desafio multi-institucional, em que o Estado, agências de desenvolvimento, doadores internacionais, ONGs e setor privado devem unir forças para implementar soluções específicas para cada localidade e para determinados problemas. Nesta lógica, a política social deve levar em conta dimensões sociais, espaciais e temporais (HALL; MIDGLEY, 2004). Portanto, as políticas sociais assumem formas diferentes, dependendo do ambiente e do local onde serão implementadas (MORALES, 1999).

Cria-se, então, uma nova agenda de políticas sociais globais com a intenção de proporcionar níveis mínimos de estabilidade e preencher o vazio criado pela falta de integração e desenvolvimento social na sociedade global (MORALES, 1999). Com isso, os objetivos das políticas sociais tornaram-se multifacetados, abrangendo um ambicioso leque para o qual as organizações parecem estar convergindo. Este pacote inclui a redução da pobreza, proteção social, luta contra a exclusão social, promoção de direitos humanos (HALL; MIDGLEY, 2004).

A primeira questão inserida na agenda social global é a redução da pobreza. Nesse sentido, a Comissão sobre a Governança Global (1995) destaca a importância que governança global deve conceder ao suscitar a sobrevivência humana e combater a pobreza.

É possível ainda enxergar a redução da pobreza pelo olhar da equidade, que se refere a uma repartição equitativa das recompensas e oportunidades. Por exemplo, o aumento do consumo e do nível de insatisfação pessoal é um indicativo de prosperidade, mas também demonstra um descontentamento com a distribuição de recompensas e oportunidades na sociedade.

A equidade pode ser subdividida em duas dimensões estruturais: a distribuição de renda e a mobilidade social vertical. Ressalta-se que a baixa mobilidade social demonstra que, apesar do crescimento econômico, as oportunidades permaneceram concentradas e desiguais (MORALES, 1999).

Além disso, outra ferramenta utilizada para diminuir a pobreza e aumentar a mobilidade social é a aptidão de se ouvir as vozes dos cidadãos no processo político democrático. Ressalta-se que a democracia confere aos pobres a voz necessária, a qual só funciona se houver alternativas políticas ao invés de um único partido (BHAGWATI, 2007).

Sob outro prisma, os direitos humanos também são um tema relevante para a agenda internacional. Os direitos humanos internacionais datam da Conferência de Paz de Hague de 1899, que introduz a ideia de proteção de indivíduos frente aos abusos do Estado em nível internacional. Assim, há uma separação entre direitos humanos da pessoa que são distintos do direito do Estado (NORMAND; ZAIDI, 2008).

No final do século XIX, após a Segunda Guerra Mundial, há uma nova preocupação com os direitos humanos, em nível das relações internacionais e em decorrência das extremas violações de direitos humanos por parte do regime nazista, os quais cometeram crimes contra a humanidade (CHEAH, 2006).

Por sua vez, Bedin (2003) discorda da delimitação histórica exposta. Segundo o autor, a transformação dos direitos humanos em um tema global tem início com a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) e se consolidou com a Conferência de Viena (1993). Além disso, a Declaração e o Programa de Ação de Viena facultam poder aos órgãos mundiais, a fim de fiscalizar e monitorar o cumprimento dos direitos humanos.

Aliás, conceitua-se direitos humanos como o atendimento dos direitos básicos do indivíduo ou ainda podem ser considerados como todos os direitos inerentes ao ser humano, os quais são reconhecidos e protegidos em nível internacional, independente do status e local de nascimento (HALL; MIDGLEY, 2004).

É necessário estabelecer a distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais. Estes últimos propõem uma proteção constitucional dos direitos do cidadão, portanto uma proteção interna do Estado. Já os direitos humanos são direitos estabelecidos em tratados ou costumes internacionais (MAZZUOLI, 2013).

Ainda, a Declaração do Milênio (PNUD, 2000) estipulada como prioridade para os direitos humanos delibera que se deve:

- a) Respeitar e fazer aplicar integralmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- b) Esforçar-nos por conseguir a plena proteção e a promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de todas as pessoas, em todos os países.
- c) Aumentar, em todos os países, a capacidade de aplicar os princípios e as práticas democráticas e o respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos das minorias.

- d) Lutar contra todas as formas de violência contra a mulher e aplicar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
- e) Adotar medidas para garantir o respeito e a proteção dos direitos humanos dos migrantes, dos trabalhadores migrantes e das suas famílias, para acabar com os atos de racismo e xenofobia, cada vez mais frequentes em muitas sociedades, e para promover uma maior harmonia e tolerância em todas as sociedades.
- f) Trabalhar coletivamente para conseguir que os processos políticos sejam mais abrangentes, de modo a permitirem a participação efetiva de todos os cidadãos, em todos os países.
- g) Assegurar a liberdade dos meios de comunicação para cumprir a sua indispensável função e o direito do público de ter acesso à informação.

Dentro dos direitos humanos é possível citar outro problema da sociedade internacional que merece o foco das políticas sociais globais: a questão dos refugiados. De acordo com a Convenção de Genebra (1951), refugiado é uma pessoa com receio fundado de ser perseguido no seu país por motivos de raça, religião e nacionalidade ou, ainda, porque pertence a um determinado grupo social ou político.

Contudo, no mundo globalizado as pessoas imigram por conta das mais diferentes razões, tais como: econômica, familiar, privação de direitos humanos, entre outras. Constata-se então a dificuldade em diferenciar imigrantes e refugiados, pois, imigrantes saem de seu país na busca por uma melhor qualidade de vida, já os refugiados partem de seus países na tentativa de salvarem a própria vida. Portanto, de uma maneira mais completa, entende-se refugiado como a pessoa cuja ligação de confiança, lealdade e proteção foi quebrada pelo governo (LEOSCHER, 1996).

Na tentativa de mapear o conceito do pilar social, a Tabela 3 traz a seleção de temas-chaves, que serviram de embasamento para as categorias de análise, bem como suas frequências observadas nas referências pesquisadas para subsidiar o discutido nesta seção.

Tabela 3 - Frequência da governança global social

(continua)

Temas-chaves	Frequência de ocorrência dos temas nas fontes
Intervenção estatal	2
Serviço de saúde	1
Seguridade social	1
Educação	1
Abrigo	1
Redistribuição global	1

Tabela 3 - Frequência da governança global social

(conclusão)

Temas-chaves	Frequência de ocorrência dos temas nas fontes
Crescimento econômico	2
Proteção social	1
Exclusão social	1
Direitos humanos	5
Imigração	1
Refugiados	1
Xenofobia	1
Processos políticos	1
Liberdade dos meios de comunicação	1
Direitos fundamentais	1
Direitos das minorias	1
Convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher	1
Organizações não governamentais	2
Doadores internacionais	1
Agências	1
Grupos	1
Democracia	1
Declaração Universal dos Direitos Humanos	1
Direitos civis	1
Regulação global	1
Direito sociais globais	1
Redução da pobreza	3
Equidade	1
Distribuição de renda	1
Mobilidade social	1

Fonte: Autoria própria.

Dessa forma, a partir das frequências observadas e estudadas, nota-se que o aspecto social da governança global trata sobre a política social global e suas agendas, realizadas, principalmente, pelo Estado, pelas organizações não governamentais e organizações internacionais, buscando a promoção dos direitos

humanos e a redução da pobreza. Entende-se direitos humanos como atendimentos dos direitos básicos do indivíduo que englobam a eliminação da discriminação contra mulher, a proteção dos direitos dos imigrantes e refugiados e a garantia da liberdade dos meios de comunicação. Salienta-se que, portanto, a redução da pobreza significa eliminação da desigualdade, distribuição de renda e possibilidade de mobilidade social dentro de um sistema democrático.

2.4.2.1 Indicadores selecionados para mensurar o pilar social da governança global

Entende-se direitos humanos como sendo o atendimento aos direitos básicos do indivíduo que são, neste estudo, compostos pela eliminação da discriminação contra mulher, proteção dos direitos dos imigrantes e refugiados e garantia da liberdade dos meios de comunicação.

Portanto, verifica-se que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida estatística que se relaciona com o atendimento dos direitos básicos do indivíduo, uma vez que este índice é um resumo do desempenho médio em questões essenciais para desenvolvimento humano, a saber: longevidade, educação e renda.

Os países são classificados de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país, contrário sensu, quanto mais próximo de zero, menos desenvolvido (ONU, 2014).

Em relação à discriminação de gênero, verifica-se que Índice chamado *Gender Gap Index* é classificado de acordo com as disparidades de gênero. O relatório examina quatro áreas críticas da desigualdade entre homens e mulheres: Participação econômica, o nível de educação, participação política e Saúde. Esse indicador é mensurado anualmente e todos os países são classificados em uma escala de 0 (baixo) a 1 (alto) (BANCO MUNDIAL, 2015).

No que concerne à migração, é possível mensurá-la pelo indicador chamado Perfis de Imigração, desenvolvido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Trata-se então do indicador de migração total líquida que mensura o número líquido de imigrantes, ou seja, o número de imigrantes menos o número de

emigrantes. Este indicador tem como premissa que as pessoas que imigram para outros países não estão satisfeitas com o seu país de origem; portanto, quanto maior o número de imigrantes que saí do país, pior é a nota do mesmo no índice de governança global.

Para o tema dos refugiados utiliza-se um indicador desenvolvido pela Comissão para Refugiados da Nações Unidas que mensura o número de refugiados aceitos pelo país, no ano de 2014. E ainda, um segundo indicador que indica o número de e pessoas com situação de refugiados, exceto os requerentes a asilos e mudança no território de asilo em 2014 de acordo com o país de origem. Ressalta-se que a pessoa considerada como situação de refugiados inclui grupos de pessoas que estão fora do seu país ou território de origem e que enfrentam riscos de proteção semelhantes aos de refugiados (UNHCR, 2014)

2.4.3 Pilar Ambiental da Governança Global

O conceito de governança global refere-se nomeadamente ao conceito de ecologia, mas, na presente dissertação é utilizado o conceito de meio ambiente. Isto porque o significado do termo ecologia apresenta em sua gênese a asserção de estudar interações entre seres vivos, no entanto, o termo meio ambiente é mais abrangente e foca nas relações do homem com seu habitat. Portanto, uma vez que as agendas internacionais ligadas às questões ambientais e normas internacionais tem como base a conduta humana, optou-se por utilizar o vocábulo meio ambiente.

No mundo globalizado, o grande aumento populacional aliado ao crescimento acelerado das atividades econômicas trouxe impactos negativos ao meio ambiente. A degradação ambiental é realizada em todos os níveis (global, nacional e local) e por diversos atores (empresas, governos e cidadãos) (SPETH; HASS, 2006). Sob o olhar global, sugere-se que as ações danosas ambientais e as suas consequências envolvam mais de um país (CLARK; MITHELL; CASH, 2006).

Atualmente, deparam-se também com a degradação do meio ambiente comum: “lixo espacial, militarização do espaço, fundo do mar, florestas, Antártida, poluição das diferentes camadas da atmosfera e outros bens comuns com distintos

graus de vulnerabilidade ao uso excessivo e os diferentes usuários” (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1995).

Além disso, o século XX trouxe duas grandes mudanças para o meio ambiente. Primeiro, ocorreu um aumento no consumo dos recursos naturais da Terra, principalmente, dos recursos não renováveis, tais como: florestas, ar, solo, animais como peixe, combustíveis fósseis e minerais em taxas e níveis muito superiores às produções sustentáveis. Segundo, uma crescente poluição do meio ambiente se instalou. Logo, a combinação destes dois fenômenos culminou na origem das grandes ameaças globais que se enfrenta neste século (SPETH; HASS, 2006):

- a) Chuva ácida e poluição atmosférica;
- b) A destruição da camada de Ozônio por clorofluorcarbonos e outros produtos químicos industriais e agrícolas;
- c) Aquecimento global e as mudanças climáticas devido aos gases de efeito estufa na atmosfera;
- d) Desmatamento especialmente nos trópicos;
- e) Degradação da terra devido à desertificação, erosão, compactação, salinização e outros fatores;
- f) Poluição da água doce e escassez;
- g) Ameaças marinhas, incluindo pesca excessiva, a destruição do habitat, acidificação e poluição;
- h) Ameaças para saúde humana contra poluentes orgânicos persistentes;
- i) Declínios na biodiversidade por meio da perda de espécies e ecossistemas;
- j) Produção excessiva de nitrogênio e fertilização excessiva (SPETH; HASS, 2006).

Ressalta-se que o aquecimento global é uma questão que fez grande parte do domínio de cientistas e moveu-se rapidamente para a agenda das Nações Unidas. Várias cooperações políticas foram firmadas na tentativa de reduzir a emissão de CO₂ e a emissão de gases de efeito estufa, responsáveis por mudanças climáticas e pelo chamado efeito estufa (MITHELL, CASH; CLARK, 2006). Dessa forma, infiltrou-se a preocupação com a adesão dos países ao Protocolo de Quioto, o qual tem como alvo reduzir a emissão de gases que provocam o efeito estufa (NOSSA COMUNIDADE GLOBAL, 1995).

Outra observação relevante é feita pelo relatório da Comissão sobre Governança Global (1995) em que se destaca que, atualmente, se dá muita ênfase na destruição da camada ozônio. Entretanto, assuntos igualmente relevantes como abastecimento e qualidade da água, degradação do solo e desertificação acabando ficando de lado. Portanto, a importância da adesão dos países à Convenção das

Nações Unidas de Luta contra a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca é tão aclamada (NOSSA COMUNIDADE GLOBAL, 1995).

Outro problema que assola a sociedade internacional é a destruição da biodiversidade e o uso seguro da biotecnologia (KASPERSON; KASPERSON, 2000). Biotecnologia é um processo de inserção de genes de uma fonte para outra, utilizando técnicas biomoleculares, os quais são, habitualmente, chamados de transgênicos. A preocupação com o uso de tais produtos está relacionada com as consequências ecológicas negativas para as plantas silvestres, bem como com a segurança da alimentação do ser humano. Existe ainda certo receio com o controle e monopólio sobre as sementes e as exportações agrícolas que podem mesclar culturas transgênicas e não transgênicas (MITHELL, CASH; CLARK, 2006).

O Quadro 4 sintetiza as agendas globais discutidas e adiciona a classificação dessas agendas em três principais tipos de riscos ambientais: sistêmico, cumulativo e difuso.

Tipo	Característica	Exemplo
Sistêmico	Impacto direto no funcionamento do sistema global	a) Emissão industrial de gases efeito estufa b) Emissão de gases por meio da indústria e do consumo que prejudicam a camada de ozônio c) Mudanças na cobertura da terra que lesam o albedo
Cumulativo	Impacto sobre a distribuição global	a) Poluição e esgotamento das águas subterrâneas b) Extinção de espécies ou sua alteração genética
Difuso	Impacto por meio da magnitude da mudança (compartilhamento de recursos globais)	a) Desmatamento b) Indústrias poluentes c) Esgotamento do solo nas terras agrícolas

Quadro 4 - Agendas globais
Fonte: Kasperson (2000).

Na Tabela 4, os temas-chaves que constroem as categorias de análise do pilar meio ambiente são apresentados, bem como suas frequências nas obras pesquisadas para consubstanciar esta seção.

Tabela 4 - Frequência da governança global ambiental

Temas-chaves	Frequência de ocorrência dos temas nas fontes
Lixo espacial	1
Militarização do espaço	1
Fundo do mar	1
Antártida	1
Poluição camadas da atmosfera	4
Aumento do consumo	1
Ar	1
Peixe	1
Combustíveis fósseis	1
Minerais	1
Chuva ácida	1
Aquecimento global	2
Desmatamento	2
Degradação do solo	4
Desertificação	1
Erosão	1
Compactação	1
Salinização	1
Poluição da água	3
Escassez da água	1
Pesca	1
Destruição do habitat	1
Acidificação	1
Ameaças para saúde humana	1
Declínio da biodiversidade	5
Produção excessiva de nitrogênio	1
Fertilização excessiva	1

Fonte: A autoria própria.

Levando-se em conta as frequências selecionadas compreende-se que a agenda ambiental para a governança global se volta, principalmente, ao combate da poluição atmosférica, degradação do solo e declínio da biodiversidade. Em segundo lugar ficam a preocupação com a poluição da água, o aquecimento global e o desmatamento.

2.4.3.1 Indicadores selecionados para mensurar o pilar ambiental da governança global

Entende-se por poluição atmosférica aquela realizada pela emissão de gases originados a partir da industrialização, bem como pelo consumo de bens ou serviços, que prejudicam a camada de ozônio (KASPERSON, 2000) ou ainda, como a emissão industrial de gases de efeito estufa geram o aquecimento global e as mudanças climáticas (MITHELL; CASH; CLARK, 2006, p. 32; NOSSA COMUNIDADE GLOBAL, 1995).

O declínio da biodiversidade também é um problema ambiental inserido na agenda global (KASPERSON; KASPERSON, 2000). Esse conceito significa a perda da diversidade biológica. Com o aumento dos recursos naturais da Terra, mormente os recursos não renováveis, trouxe-se um aumento de poluição na água e desmatamento das florestas (SPETH; HASS, 2006; KASPERSON, 2000).

Dessa forma, verifica-se que os indicadores incluídos no Índice de Desempenho Ambiental (EPI) possuem todos os elementos elegidos como relevantes para a agenda ambiental global. O índice é construído por meio da agregação de 20 indicadores que são combinados em nove categorias temáticas. Contudo, tendo em vista a delimitação do tema nesta seção, são utilizados somente os seguintes indicadores: (i) qualidade do ar, (ii) recursos hídricos, (iii) floresta, (iv) biodiversidade e habitat e (v) clima e energia (YALE CENTER FOR ENVIRONMENTAL LAW AND POLICY, 2014).

Os indicadores inseridos no índice EPI são anuais e a sua pontuação é convertida numa escala 0 a 100, sendo 0 o nível mais afastado do alvo e 100 o mais próximo (YALE CENTER FOR ENVIRONMENTAL LAW AND POLICY, 2014).

2.4.4 Pilar Solução Pacífica de Conflitos da Governança Global

Conflito internacional pode ser caracterizado como todo desacordo, contradição, diferença de interesses entre Estados ou Organizações Internacionais e que podem ser resolvidos por meio de diplomacia, políticas ou guerra (REZEK, 2011). Ou ainda, caracteriza-se controvérsia como todo:

Litigio, disputa, questão, lide, devem entender-se como qualquer oposição de interesses entre as pessoas envolvidas, em qualquer campo das relações internacionais, qualquer que seja a natureza, econômica, política,

cultural, científica, ambiental ou outra configuração particular (SOARES, 2002, p. 163).

Na governança global, utiliza-se a solução pacífica de conflitos como ferramenta para alcançar seus intentos (GONÇALVES; COSTA, 2011), que é o impedimento do uso ou ameaça de força nas relações internacionais, podendo ser subdividido em não jurisdicional e jurisdicional (SILVA, 2005).

Os modos pacíficos de solução de controvérsia podem ser desmembrados em diplomáticos, jurídicos e políticos (MELLO, 2004). Entende-se diplomacia como o gerenciamento das relações entre Estados e outras instituições internacionais se utilizando de meios pacíficos e de pessoas que atuam como agentes oficiais (BULL, 2002):

A diplomacia inclui tanto a formulação como a execução da política externa de um estado. A formulação dessa política implica coleta e avaliação de informações sobre o ambiente internacional e as linhas políticas alternativas. A execução compreende a comunicação da política externa adotada a outros governos e povos, com a tentativa de explicar-lhes e justificar essa política e ainda, quando apropriado, de obter a sua cooperação ou neutralizar a sua oposição com argumentos e persuasão se for possível, mas recorrendo por vezes a ameaças de usar a força e outros tipos de coerção (BULL, 2002).

Dessa forma, quando dois Estados estão em conflito, procuram, normalmente, sanar seus desacordos por meio de negociações (SILVA, 2005). No processo diplomático, procura-se estabelecer um diálogo entre as partes e buscar um denominador comum na satisfação dos interesses. Os meios políticos, por sua vez, são aqueles que se utilizam tanto da Assembleia Geral quanto do Conselho de Segurança das Nações Unidas (REZEK, 2011) para resolver seus conflitos internacionais graves.

2.4.4.1 Indicadores selecionados para mensurar o pilar solução pacífica de conflitos da governança global

Inicialmente, ressalta-se que a solução pacífica de conflitos é o meio utilizado pela governança global para atingir as suas finalidades. Em suma, esta

forma de coordenação prega o uso de incentivos e sanções para induzir os atores internacionais a realizar as questões relacionadas com as agendas sociais, ambientais ou econômicas (BÖRZEL; RISSE, 2010), garantindo a segurança (THAKUR; VAN LANGENHOVE, 2006) e impedindo o uso da força nas relações internacionais. Portanto, verifica-se que a agenda global deste aspecto da governança global é manter a paz entre os Estados-Nações.

Como o nome já sinaliza, este indicador tem como finalidade verificar, na governança global, os países que resolvem seus desacordos com soluções pacíficas e não pelo uso da força nas relações internacionais. Para tanto, selecionou-se o Índice Global (IGP) produzido pelo Instituto de Economia e Paz, que compreende 23 indicadores com o objetivo de verificar a existência de violência ou medo de violência.

Contudo, dentre os indicadores que compõem o índice realizou-se uma nova triagem e elegeu-se somente os indicadores sobre paz externa, isso porque o IGovG pretende verificar o papel dos Estados na governança global, ou seja, seu papel internacionalmente. No caso, mesmo que os indicadores de paz interna repercutam no âmbito internacional, optou-se por utilizar a paz externa como um indicativo de como é a conduta do Estado no âmbito externo junto aos atores internacionais.

Dessa forma, os indicadores de paz externa são: as despesas militares; forças armadas; financiamento de paz da ONU; Armas nucleares ou pesadas; Capacidade destrutiva do estoque de armas; exportação de armas; relações com países vizinhos; número, duração e papel em conflitos externos; as mortes por conflitos externos; serviço militar. Todos os indicadores são medidos em uma escala de 1 até 5, sendo 1 a melhor nota e 5 a nota mais distante da paz (INSTITUTE FOR ECONOMIC AND PEACE, 2014).

As despesas militares são desembolsadas pelo governo central ou federal para financiar as forças armadas nacionais e paramilitares. A pontuação do indicador baseia-se nas suas despesas militares em percentagem com o Produto Interno Bruto (PIB). Quando o país não possui despesas militares ou suas despesas correspondem a até 3,11% do PIB, este recebe a pontuação de 1 conforme disposto na Tabela 5. Não obstante, se sua contribuição for acima dos 12,97% pontuados, tal país recebe pontuação até 5, conforme descreve a Tabela 5:

Tabela 5 - Metodologia do IFEAP para determinar a nota das despesas militares

Nota	Despesas militares
1	0 – 3,11%
2	3,12 – 6,39 %
3	6,4 – 9,67%
4	9,68 – 12,69 %
5	Mais do 12,97 %

Fonte: Institute for Economic and Peace (2014).

Já o indicador Forças Armadas, compreende ao número de pessoas que fazem parte dos serviços armados (INSTITUTE FOR ECONOMIC AND PEACE, 2014), conforme demonstra a Tabela 6.

Tabela 6 - Metodologia do IFEAP para determinar a nota número de militares ativos

Nota	Número militares ativos em milhares
1,0	0 – 660.94
1.5	660.95 – 1.311.90
2,0	1.311.91 – 1.962.85
2.5	1.962.86 – 2.613.81
3,0	2.613.82 – 3.264.76
3.5	3,264.77 – 3.915.72
4,0	3.915.73 – 4.566.67
4.5	4.566.68 – 5.217.63
5,0	Mais do que 5.217.64

Fonte: Institute for Economic and Peace (2014).

O indicador Financiamento de paz da ONU, por sua vez, calcula a porcentagem de pagamento para missões de paz. Ele verifica a situação das contribuições pelos Estados-Membros das Nações Unidas, bem como a proporção de pagamentos pendentes, o que resulta em uma pontuação de 1 a 5, sendo 1 quando o país contribui em dia com as missões de paz até a nota 5 quando há pagamentos pendentes, faz-se uma média ponderada dos últimos três anos, conforme verifica-se na Tabela 7 que ilustra a forma de cálculo (INSTITUTE FOR ECONOMIC AND PEACE, 2014).

Tabela 7 - Metodologia do IFEAP para determinar o financiamento de paz da ONU

Nota	Contribuições nos últimos 3 anos
1	0-25% das contribuições pendentes
2	26-50% das contribuições pendentes
3	51-75% das contribuições pendentes
4	75-99% das contribuições pendentes
5	100% das contribuições pendentes (nenhuma contribuição feita nos últimos três anos)

Fonte: Institute for Economic and Peace (2014).

Com o indicador Armas nucleares ou pesadas mede-se a capacidade destrutiva do estoque de armas do Estado, baseado em um sistema de categorização de capacidade destrutiva desse acervo; considerando veículos e peças de artilharia blindada, Tanques, aviões de combate, navios de guerra, porta-aviões e submarinos. A Tabela 8 demonstra como funciona a pontuação para esse indicador dentro do instituto.

Tabela 8 - Metodologia do IFEAP para determinar a capacidade destrutiva do acervo de armas

Nota	Capacidade destrutiva do acervo de armas (unidade)
1	0–18.185
2	18.185–36.368
3	36.368–54.553
4	54.553–72.737
5	Estado com capacidade nuclear ou Estados com capacidade de 72.738 ou 2% das armas possui nota 5

Fonte: Institute for Economic and Peace (2014).

Para o indicador Volume de transferência de armas convencionais, pode-se garantir que trata sobre o volume total de armas exportadas (quantidade) por um país entre 2008 e 2012, dividido pela média da população. As principais armas convencionas incluem aeronaves, veículos blindados, artilharia, sistemas de radar, mísseis, navios e motores. O país recebe nota de 1 a 5, dependendo do volume de exportação de armas, conforme se vê na Tabela 9:

Tabela 9 - Metodologia do IFEAP para determinar o volume de transferência de armas

Nota	Volume de transferência de armas
1,0	0 - 2.972
1.5	2.973 - 5.944
2,0	5.945 - 8.917
2.5	8.918 - 11.890
3,0	11.891 - 14.863
3.5	14.864 - 17.835
4,0	17.836 - 20.808
4.5	20.809 - 23.781
5,0	Mais do que 23.782

Fonte: Institute for Economic and Peace (2014).

Além do citado, o indicador relação entre vizinhos reflete a relação entre países vizinhos, avaliando a intensidade de brigas. Países pacíficos recebem a nota 1, enquanto que a pontuação 5 irá conjecturar os países muito agressivos. O país recebe a nota 1 se nenhum dos países vizinhos o atacou desde 1950. Recebe a nota 2 se a relação dos vizinhos é boa, mas, há discursos agressivos ou medidas protecionistas. Recebe a nota 3 se há tensão e restrições econômicas e diplomáticas entre os países. Ademais, a metodologia do indicador estabelece que recebe a nota 4 se há conflitos violentos públicos e protestos. E por fim, a nota 5 é estabelecida se houver invasões frequentes pelos países vizinhos (INSTITUTE FOR ECONOMIC AND PEACE, 2014).

Quanto ao indicador Número, duração e papel em conflitos externos, mensura-se o número e a duração de conflitos extraterritoriais em que um país está envolvido. Cada pontuação é baseada no número de conflitos armados internos, guerras e mortes. Caso o país não tenha nenhum conflito, esse recebe a pontuação 1. Se, por ventura, a pontuação chegar a 5, entende-se que o país possui vários conflitos externos (INSTITUTE FOR ECONOMIC AND PEACE, 2014).

Por fim, faz-se uso do indicador que mensura o Número de mortes realizadas por conflitos organizados. Entende-se conflitos organizados como o uso das forças armadas entre duas partes, onde, ao menos, uma parte é um governo de um Estado em combate pelo período de um ano, conforme demonstra a Tabela 10 (INSTITUTE FOR ECONOMIC AND PEACE, 2014).

Tabela 10 - Metodologia do IFEAP para determinar a nota número de mortes

Nota	Número de mortes em conflitos organizados
1	0 - 23
2	24 - 998
3	999 - 4.998
4	4.999 - 9.999
5	Mais do que 9.999

Fonte: Institute for Economic and Peace (2014).

3 COMPREENDENDO O QUE SÃO ÍNDICES E INDICADORES

Indicador pode ser descrito como um resumo de informações relevantes sobre um acontecimento ou características e amostras de um sistema (VAN BELLEN, 2006). Pode ainda ser considerado como uma ferramenta para fornecer informações sobre o estado ou condição de alguma coisa (SUDDERS; NAHEM, 2007). Já Davis *et al.* (2012), afirmam que indicadores são medidas estatísticas que podem ser empregadas para materializar dados complexos em um simples número. Ressalta-se que, embora sejam quantitativos (números, taxas, percentagens), alguns indicadores são baseados em informações qualitativas transformadas em números.

Um bom indicador deve ser simples quanto ao entendimento da quantificação estatística, coerente e descrever com precisão o fenômeno observado (SICHE *et al.*, 2007). Nota-se muitas vezes que os indicadores são representações numéricas de fenômenos complexos; porém, a simplificação dos indicadores é fundamental para seu entendimento dentre as autoridades políticas e a sociedade. Os indicadores são destinados a responsáveis políticos e não devem permitir a comparação em unidades diferentes, todavia, normalmente permitem a comparação da mesma unidade em tempos diferentes (DAVIS *et al.*, 2012).

Em relação a indicadores agregados eles podem ser entendidos como uma reunião de informações de mais de uma fonte, cita-se como exemplo o Índice de Desenvolvimento Humano que combina medidas diferentes em um único índice. Sua vantagem é que o mesmo conceito é mensurado em diferentes fontes o que aumenta a confiabilidade e cobertura. Sua desvantagem é a sua possível falta de clareza o que pode gerar dificuldade de entendimento (PNUD, 2007).

Em relação a indicadores de governança, verifica-se que eles são utilizados para mensurar áreas específicas da governança, a saber: eleitoral, corrupção, direito humanos, serviços públicos, sociedade civil e igualdade de gênero (SUDDERS; NAHEM, 2007). A partir de uma perspectiva de desenvolvimento de governança indicadores podem ser usados para o monitoramento e avaliação de programas e projetos de governança. Os indicadores de governança também são muitas vezes utilizados para estabelecer objetivos, metas e objetivos no contexto de desenvolvimento (PNUD, 2007).

No nível global, a governança compara os países ao longo do tempo com dados padronizados, os quais podem ser aplicados em diversas culturas, economias e sistemas políticos. Os usuários e criadores desses indicadores são principalmente organizações internacionais como Banco Mundial e várias organizações não governamentais. Essas organizações se utilizam de indicadores como substrato para verificar o destino de suas doações, enquanto que os investidores privados os empregam como uma ferramenta de mensuração de risco para seus investimentos (MIMICOPOULOS; KYJ; SORMANI, 2007).

A utilização de indicadores na governança global tem relevante importância, uma vez que, no campo dos direitos humanos, é uma forma de medir numericamente as formas de violação e desigualdade, que, conseqüentemente, tornam-se visíveis. Do mesmo modo, as estatísticas sobre renda, saúde, educação e tortura são úteis para avaliar o cumprimento de normas e o progresso na melhoria das condições de direitos humanos. Além disso, os indicadores usam estatísticas para tomar decisões e realizar políticas públicas (DAVIS *et al.*, 2012).

Contudo, a crítica que se faz à utilização de indicadores individuais para avaliar a governança global refere-se a sua limitação em mensurar apenas um dos seus aspectos. Logo, para obter mais precisão nas medições, utiliza-se uma combinação de indicadores que ligam informações de diversas fontes, os chamados índices (DAVIS *et al.*, 2012).

Segundo Moldan, Janouskova e Hak (2012), índices são um conjunto de indicadores, como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano ou Índice de Felicidade. Tais índices podem ser construídos a partir de dados analisados da agregação de elementos com relações estabelecidas (SHIELDS; ŠOLAR; MARTIN, 2002). A Figura 2 ilustra a forma de construção do índice e sua relação com os indicadores.

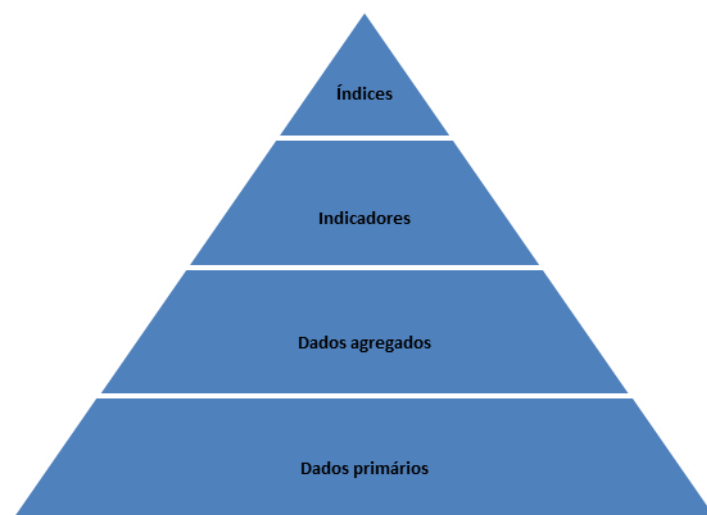


Figura 2 - Pirâmide de informação
Fonte: Siche *et al.* (2007).

Fica evidente então entender índices como a sintetização de “diferentes conceitos da realidade empírica, ou seja, derivam de operações realizadas com indicadores analíticos e tendem a retratar o comportamento médio das dimensões consideradas” (BRASIL, 2010). As vantagens na utilização de índices referem-se a sua maior precisão em relação aos indicadores individuais (MIMICOPOULOS; KYJ; SORMANI, 2007), pois, quando o mesmo conceito é medido por diferentes fontes de dados, é possível aumentar a cobertura e confiabilidade por meio da combinação de fontes (SUDDERS; NAHEM, 2007).

Não obstante o entendimento acerca dos indicadores e índices, não é incomum observar-se críticas das mais variadas formas acerca da aplicação de tais instrumentos de mensuração como subsidio às decisões. Obviamente isso se dá pelas limitações dos próprios instrumentos que não abrangem à exaustão as expectativas dos usuários. Contudo, vale a máxima cunhada pelo senso comum: “ruim com eles, pior sem eles”. Então, independentemente de críticas e questionamentos aos índices e indicadores, estes sempre serão instrumentos de aplicabilidade subsidiadora aos processos de tomadas de decisões, ou mesmo, se assim não o forem para o usuário questionador, sem dúvida o é pelo menos em termos informacionais.

No próximo capítulo são apresentados os aspectos metodológicos que nortearam a elaboração do presente estudo.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

Neste capítulo são apresentados os aspectos metodológicos empregados na elaboração desta dissertação, contemplando o detalhamento da caracterização da pesquisa e a tipologia dos dados estudados. São também descritas as fontes de informações selecionadas por meio de um estudo bibliométrico e, na sequência, demonstra-se a metodologia específica adotada para a elaboração do IGovG.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Gil (2010), pesquisa é um procedimento racional e sistemático para o completo alcance das respostas em relação aos problemas que são indicados. A pesquisa é desenvolvida a partir de informações disponíveis, empregadas por meio de métodos e técnicas de investigação.

Já o método é uma ferramenta do conhecimento que direciona e facilita o planejamento da pesquisa, desenvolvendo hipóteses, concretizando experimentos, entre outros (FACHIN, 2003).

Quanto à finalidade da pesquisa, esta pode ser considerada aplicada, pois busca “aquisição do conhecimento com a finalidade de aplicar em uma situação específica” (GIL, 2010). No caso deste estudo, busca-se desenvolver um índice aplicável à mensuração da governança global.

Quanto aos objetivos da pesquisa, esta é de natureza descritiva, pois, de acordo com Gil (2010), seu objetivo é “a descrição das características de determinada população. Pesquisas dessa natureza podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”. O mesmo autor frisa que “algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação” (GIL, 2010).

Com o intuito de auxiliar na compreensão acerca da metodologia aplicada, o Quadro 5 sintetiza os procedimentos e etapas utilizados para desenvolver a pesquisa.

Etapas da pesquisa	Objetivos	Técnica de análise	Tipologia dos dados
1. Levantamento bibliográfico preliminar	- Mapear os principais conceitos base ao entendimento da governança global;	Qualitativa	Secundário
2. Realizar um estudo bibliométrico	- Identificar documentos referenciais com base nos critérios estabelecidos no estudo bibliométrico; - Mapear conceitos de governança e suas formas, com ênfase na global		
3. Propor um conceito síntese de governança global a partir da leitura sobre o tema	- Construir categorias de análise com base no conceito proposto; - Analisar a frequência de ocorrência dos pilares da governança global;		
4. Construção de categorias	- Construir categorias de análise, a partir dos pilares da governança global, para subsidiar a identificação de indicadores; - Analisar a frequência da ocorrência de cada aspecto da governança global.		
5. Definir os indicadores a serem ponderados a partir do conceito proposto neste estudo.	- Identificar indicadores reconhecidos internacionalmente, a partir das categorias de análise construídas;	Qualitativa e quantitativa	
6. Especificar a metodologia de proposição dos indicadores que compõem o índice de governança global.	- Converter o escore do indicador/índice escolhido para a variável inserida dentro do índice de governança global. - Apresentar a metodologia utilizada para a formação do índice.		
7. Simular a aplicação do índice proposto comparando os resultados de dez países.	- Aplicar o índice aos países do G-20, a partir dos indicadores de 2014		
8. Considerações finais	- Verificar o atendimento aos objetivos e pressuposto da pesquisa, bem como a resposta à questão de pesquisa (problema)		

Quadro 5 - Descrição metodológica
Fonte: Adaptado de Holzbach (2012).

Na pesquisa, para tratamento dos dados coletados e para os dados secundários, emprega-se, predominantemente, a técnica de análise qualitativa, uma

vez que “ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível”, concluindo que “os pesquisadores desse campo estudam coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhe atribuem” (DENZIN; LINCON, 2005 apud FLICK, 2009).

Especificamente na primeira etapa, foi realizado um levantamento bibliográfico preliminar sobre a governança global e temas relacionados. Na segunda etapa, são mostradas as fontes a partir de um estudo bibliométrico descrito na seção 4.2. Na terceira etapa, é, então, “construído” um conceito síntese, que serviu de base para a construção de categorias de análise (temas-chaves). Nas etapas seguintes é utilizada a técnica de análise categorial, conforme o método de análise de conteúdo de Bardin (2011) que a define como sendo o:

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivo de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Ainda de acordo com Bardin (2011), no conjunto de técnicas de análise de conteúdo, a mais utilizada é a técnica categorial onde há o “desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos”. A autora enfatiza que dentre as “possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples.” (BARDIN, 2011).

Neste estudo, mais especificamente na terceira etapa, os conceitos apresentados são estruturados em unidades de registro e contexto, conforme as orientações para codificação de Bardin (2011). Para a autora, a unidade de registro “é a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando à categorização e à contagem frequencial.” (BARDIN, 2011).

Nesta dissertação, a unidade de registro é o tema, que pode ser conceituado como o texto “recortado em ideias constituintes, em enunciados e em proposições portadores de significações isoláveis” (BARDIN, 2011). Já a unidade de contexto é tida como “a compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro)

são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro” (BARDIN, 2011). Após o agrupamento do tema, foi verificada a frequência de ocorrência dos temas nas fontes consultadas para orientar a criação do conceito próprio de governança global.

Na etapa 4, após a elaboração do conceito de governança global, o conteúdo foi então fragmentado em categorias de temas-chaves para subsidiar a identificação de indicadores que formam os pilares da governança global. Em cada pilar, foi realizada uma nova seleção de dados por meio da técnica da bibliometria, focada especialmente nas agendas e políticas globais, sendo que, por meio da análise de frequência da ocorrência, delimita-se as principais perspectivas de cada tema-chave.

Na etapa 5, os indicadores reconhecidos internacionalmente são identificados e relacionados com os pilares da governança global, a partir das categorias de análise construídas. Nesta fase e nas etapas 6 e 7, o tratamento dos dados coletados utiliza-se da técnica da análise qualitativa e quantitativa. Isso porque os aspectos chaves da governança global são comparados com indicadores, e, portanto, como o método quantitativo emprega técnicas estatísticas, embora neste estudo sejam elas do tipo não paramétricas, na coleta e tratamento das informações faz-se necessário empregar as duas técnicas de análise de dados (MARCONI; LAKATOS, 2011).

Ao final, na etapa 6, os indicadores selecionados são aplicados nos países (Estados-Nação) participantes do G20.

4.2 SELEÇÃO E FONTES DE INFORMAÇÃO

Nesta seção são apresentadas as fontes de informações bibliográficas utilizadas na pesquisa e alguns requisitos que foram observados para a sua seleção. De início, ressalta-se que quanto ao método empregado, a pesquisa é bibliográfica, visto que a mesma está baseada “em materiais já publicados, como por exemplo, materiais impressos, revistas, jornais, teses, dissertações” (GIL, 2010).

O levantamento bibliográfico foi desenvolvido a partir de uma análise bibliométrica, visando estabelecer critérios para a coleta de dados. Contudo, na

presente pesquisa, a análise bibliométrica foca na governança corporativa, pública e global, nos atores da sociedade internacional e nos pilares da governança global.

O primeiro passo da análise bibliométrica é selecionar as plataformas de dados a serem pesquisadas. Neste estudo, foram utilizadas as plataformas Scielo e Ebrary, as quais são estruturadas na forma de biblioteca virtual de revistas brasileiras de formato eletrônico.

A plataforma Scielo possui períodos científicos gratuitos na internet. Possui relevância internacional e, atualmente, agrega 13.000 edições de revistas, estando presente em quatorze países (SCIELO, [201?]). Já a plataforma *Ebrary* foi escolhida por ser uma livraria digital com aproximadamente setecentos mil *e-books*, contendo dezenove milhões de usuários, e por deter a distribuição de livros das quinhentas mais importantes editoras (EBRARY, [201?]).

Uma vez definidas as plataformas, partiu-se para a escolha das palavras-chave que é o primeiro filtro de seleção de artigos. Ressalta-se que pela grande quantidade de artigos encontrados, sobretudo na governança global, optou-se por buscar as palavras-chaves exclusivamente no título durante o período de 1995 a 2015.

Ressalta-se que como a plataforma Ebrary é internacional, portanto, todas as palavras-chaves utilizadas foram empregadas na língua inglesa. Nas palavras-chaves *sovereignty*, *globalization*, *state* e *governance* com a limitação “exclusivamente no título” não se encontrou nenhum resultado, cabendo então, como de fato foi feito, a busca por tais palavras-chaves em qualquer lugar do texto da obra pesquisada.

A Tabela 11 ilustra todas as palavras-chaves utilizadas na pesquisa, o número de referências encontradas e as datas das pesquisas tanto na plataforma Ebrary como na Scielo.

Tabela 11 - Palavras chaves e referências encontradas

(continua)

Plataforma Ebrary			Plataforma Scielo		
Palavras-chaves	Referências encontradas	Data da pesquisa	Palavras-chaves	Referências encontradas	Data da pesquisa
Corporate governance, internacional relations, public administration	419	15.06.2015	Governança Corporativa	25	15.06.2015

Tabela 11 - Palavras chaves e referências encontradas

(conclusão)

Plataforma Ebrary			Plataforma Scielo		
Palavras-chaves	Referências encontradas	Data da pesquisa	Palavras-chaves	Referências encontradas	Data da pesquisa
Public Governance	187	15.06.2015	Governança Pública	2	15.06.2015
Sovereignty, globalization, state and governance	103	15.06.2015	Globalização, soberania, Estado e governança	498	15.06.2015
Global governance	401	15.06.2015	Governança global	16	15.06.2015
International relations, globalization, non-state organization	74	08.08.2015	“Organizações internacionais”, governança global, relações internacionais	541	12.08.2014
“Economic governance”	14	08.08.2015	“Governança Econômica”	57	08.08.2015
Social policy or Social aspects or international cooperation or globalization or	521	28.08.2015	Agenda Social	39	12.10.2015
Global politics environmental	53	28.08.2015	Política global ambiental	55	28.08.2015
“Pacific Settlement Of International Disputes”	139	31.08.2015	Solução pacífica de conflitos internacionais	1080	31.08.2015

Fonte: Autoria própria.

De posse destas informações, foi estabelecido um valor de corte para os artigos mais citados. Para realizar essa análise, todas as referências foram

consultadas pela ferramenta *Google Scholar*. Assim, verificando o número de citações dos artigos mais relevantes no meio científico internacional, o ponto de corte para a aprovação de artigos foi identificado como de 80 citações ou mais.

Dentre o material bibliográfico selecionado foram excluídos os artigos e *e-books* com a falta de alinhamento em relação ao objeto da pesquisa ou porque não era possível acessar o documento. Dessa forma, a Tabela 12 mostra o portfólio de artigos selecionados, levando-se em conta somente o primeiro critério:

Tabela 12 - Primeiro Critério Bibliometria

Autor	Ano	Obra	(continua) Nº. de citações
MALCRIDA; YAMAMOTO	2006	Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa	83
SECCHI	2009	Modelos Organizacionais e reformas da administração pública	152
JANET NEWMAN	2005	Modernizing Governance: Peoples, Politics and the Public Sphere	1616
DONALD KETTL	2002	The transformation of governance: Public administration for the twenty-first century	561
MACEY	2010	Corporate Governance: Promises Kept, Promises Broken	122
GL CLARK	2007	Geography of Finance: Corporate Governance in a Global Marketplace	164
GOUREVITCH E SHINN	2005	Political Power and Corporate Control: The New Global Politics of Corporate Governance	554
RK MORK	2007	History of Corporate Governance around the World: Family Business Groups to Professional Managers	169
L BERGHE	2002	Corporate Governance in a Globalizing World: Convergence or Divergence?: A European Perspective	98
JH DUNNING	1997	Governments, globalization and international business	246
DINIZ	2001	Globalização, reforma do estado e teoria democrática contemporânea	114
KISSLER; HEIDEMANN	2006	Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?	119
COHEN	2000	Sociedade civil e globalização: repensando categorias	126

Tabela 12 - Primeiro Critério Bibliometria

Autor	Ano	Obra	(conclusão) Nº. de citações
FRIEDMANN	2005	Sovereignty, Democracy and Global Civil Society: State-Society Relations at UNWorld Conference	126
TABB	2004	Economic Governance in the Age of Globalization	91
O'BRIEN <i>et al.</i>	2000	Contesting Global Governance: Multilateral Economic Institutions and Global Social Movements	1180
KERN, RAHUL E EATWELL	2005	Global Governance of Financial Systems: The Legal and Economic Regulation of Systemic Risk	175
HALL MIDGLEY	E 2004	Social Policy for Development	245
DEACON	1997	Policy Studies: Global Social Policy: International Organizations and the Future of Welfare	557
SANFORD	2005	Welfare Discipline: Discourse, Governance and Globalization	91
KEMP	2002	Global environmental issues: a climatological approach.	130
MITHELL, CASH CLARK	E 2006	Global Environmental Assessments: Information and Influence	197
KASPERSON E KASPERSON	E 2000	Global Environmental Risk	266
SPETH HASS	E 2006	Foundations of Contemporary Environmental Studies: Global Environmental Governance	161
MORCK	2007	History of Corporate Governance around the World: Family Business Groups to Professional Managers	170
BHAGWAT	2007	In defense of globalization: With a new afterword	2456
CHEAH	2006	Inhuman conditions: On cosmopolitanism and human rights	284
LOESCHER	1996	Beyond charity: International cooperation and the global refugee crisis.	304
KASPERSON; KASPERSON	2013	Global environmental risk.	267

Fonte: Autoria própria.

Esses artigos possuem reconhecimento científico e estão alinhados com a pesquisa. Contudo, mostrou-se necessário estabelecer mais um critério para análise bibliográfica. Neste segundo parâmetro, buscaram-se autores mais citados da bibliografia selecionada. O desígnio deste segundo critério é inserir no portfólio de artigos, autores que são fundamentais para a pesquisa, mas que não estão presentes na plataforma Scielo e Ebrary e que possuem notória importância no meio científico, conforme demonstra a Tabela 13.

Tabela 13 - Segundo Critério Bibliometria

(continua)

Autor	Nome	Citações
BÖRZEL; RISSE	Governance without a state: Can it work?	207
CASTELLS	Global Governance and Global Politics	145
CHINKIN	The role of non-governmental organizations in standard setting, monitoring and implementation of human rights	5
DAILLIER; DINH; PELLET	Direito internacional público	217
DINGWERTH; PATTBERG	Global governance as a perspective on world politics	303
GONÇALVES; COSTA	Governança Global e regimes internacionais	18
HOLZSCHEITER	Discourse as Capability: Non-State Actor's Capital in Global Governance	88
JACKSON	Sovereignty-Modern: A new approach to an Outdated Concept	235
JÖRGENS	Governance by Diffusion- Implementing Global Norms Through Cross- National Imitation and Learning	83
JOSSELIN; WALLACE	Non-state actors in world politics	266
KEOHANE	Global Governance and Democratic Accountability	376
KRISCH; KINGSBURY	Introduction: Global Governance and Global Administrative Law in the International Legal Order	223
BRESSER-PEREIRA	Economia política da desgovernança global	6
THOMAS	What do the worldwide governance indicators measure&quest	246
MATIAS-PEREIRA	Governança no setor público	63

Tabela 13 - Segundo Critério Bibliometria

(continuação)

Autor	Nome	Citações
MAYTNZ	Embedded Theorizing: Perspectives on Globalization and Global Governance	16
MILWARD; PROVAN	Governing the Hollow State	764
MORALES	Transnational social policies: The new development challenges of globalization	34
NOWROT	Legal Consequences of Globalization: The Status of Non-Governmental Organizations under International Law	116
RISSE	Global Governance and Communicative Action	314
ROSENAU; CZEMPIEL	Governance without government: order and change in world politics	3394
SCHOLTE	Civil Society and Democratically Accountable Global Governance	282
SICHE; AGOSTINHO; RTEGA; ROMEIRO	Índices versus indicadores: Precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países	80
STOKER	Governance as theory: Five propositions	2677
COMISSÃO PARA OVERNANÇA GLOBAL	Nossa Comunidade Global	60
RHODES	The new governance Governing without government	3649
MENEZES	Tribunais Internacionais: Jurisdição e Competência. São Paulo: Saraiva	—
SPETH; HASS	Foundations of Contemporary Environmental Studies: Global Environmental Governance	130
SILVA	Direito Internacional Público	119
REZEK	Direito Internacional Público: Curso Elementar	1006
MELLO	Curso de Direito Internacional Público	587
KAUFMANN; KRAAY	Governance by indicators: Where are we, where should we be going?	295
MARCHETTI	The Role of Civil Society in Global Governance	—

Tabela 13 - Segundo Critério Bibliometria

			(conclusão)
Autor	Nome	Citações	
VAN DEN BERGHE	Corporate Governance in a Globalising World: Convergence or Divergence?	98	
KJEAR	Governance: key concepts	60	
THAKUR; LANGENHOVE	Enhancing Global Governance Through Regional Integration	70	
SECO	Economic Governance	—	
MOLDAN; JANOUSKOVÁ; ÁK	How to understand and measure environmental sustainability: Indicators and targets	171	
SHIELDS; ŠOLAR; MARTIN	The role of values and objectives in communicating indicators of sustainability	125	
MIMICOPULOS; ORMANI; BERTUCCI	KYJ; Public governance indicators: A literature review	24	
SUDDERS; NAHEM	Governance indicators: a users' guide	24	
NAÇÕES UNIDAS	Declaração do Milênio	6	
CLARK; MITCHELL; CASH	Evaluating the Influence of Global Environmental Assessments	54	
BULL	A Sociedade Anárquica	383	

Fonte: Autoria própria.

Dessa forma, nota-se que as referências selecionadas empregadas nesta dissertação têm reconhecimento científico e estão alinhadas com os objetivos traçados.

4.3 LIMITAÇÕES DO MÉTODO E DAS TÉCNICAS DE PESQUISA

É importante reconhecer as limitações da pesquisa, dessa forma, essa seção elenca as restrições dos métodos escolhidos. Preliminarmente, destaca-se que o levantamento bibliográfico é desenvolvido por meio de análise bibliométrica, o que restringe a quantidade de artigos selecionados, já que a pesquisa é realizada em duas plataformas (SciELO e Ebrary) e os artigos encontrados passam por um ponto de corte.

Como toda a técnica de análise, a técnica de análise de conteúdo também apresenta limitações. Na metodologia utilizada, para construção do referencial teórico, os principais conceitos da dissertação foram construídos a partir de um desmembramento do texto em temas-chaves e, seguidamente, é realizada com análise de frequência, resultando em um conceito base. Portanto, utilizando-se essa técnica há uma delimitação do referencial teórico na construção dos conceitos bases que serve como suporte na identificação de indicadores.

Por fim, em reforço ao já destacado alhures neste estudo, é importante frisar que índices são abstrações e representações que criam padrões de medição. No entanto, ante a complexidade da realidade social, podem não demonstrar com exatidão tal realidade. Contudo, para a construção do Índice de Governança Global, busca-se utilizar indicadores que são representativos mundialmente com o intuito de se aproximar da realidade social.

5 CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA GLOBAL (IGOVG)

É importante ressaltar que a metodologia utilizada para a construção do índice baseia-se na técnica utilizada pela pesquisadora Beatriz Jackiu Pisa, que, no âmbito deste mesmo Programa de Mestrado em Planejamento e Governança Pública (PPGPGP), desenvolveu o Índice de Avaliação da Governança Pública (IgovP) aplicável aos Estados Federados Brasileiros. Na presente dissertação, o IgovG é formulado a partir dos dados de diversas entidades referenciadas neste estudo. Para facilitar o entendimento, a hierarquização ordinal e originária dos dados até a formação do índice é ilustrada na Figura 3.

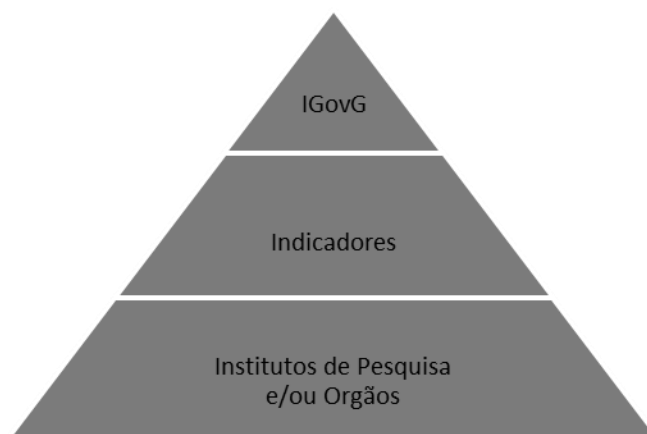


Figura 3 - Formação do IgovG
Fonte: Adaptado de Pisa (2014).

O índice resulta da somatória ponderada relativa de indicadores que compõem cada um dos quatro pilares considerados neste estudo, respeitados seus limites, para a mensuração da governança global, repetindo, são eles: (1) econômico, (2) social, (3) ambiental e (4) solução pacífica de conflitos.

Registre-se que, conforme se observa na Figura 4, cada pilar ponderado pelos seus indicadores, tem um peso representativo de 25% na composição do IgovG, por se entender que todos eles, respeitados melhores juízos, para este trabalho estão em pé de igualdade.

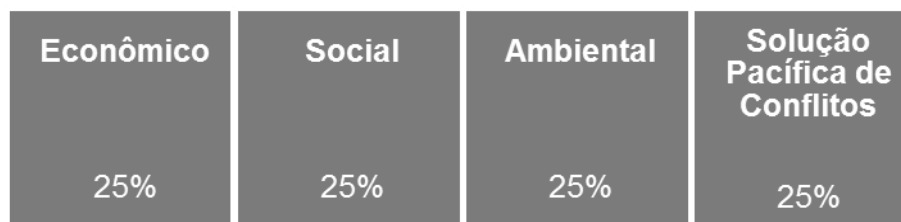


Figura 4 - Pilares que formam o IGOvG
Fonte: Autoria própria.

Cada pilar constitui um indicador do IgovG e cada um desses indicadores é construído a partir da agregação de variáveis, que possuem seus próprios indicadores ou índices, cujos valores são obtidos junto aos respectivos institutos de pesquisa e organizações que os elaboram e publicam.

No Quadro 6 são elencados os indicadores do IgovG, elaborados em função dos pilares da governança global, sendo estipulado o que cabe a cada um deles medir e a fonte de dados. Ressalta-se que o IgovG pretende mensurar a governança global 2014. No entanto, caso não haja publicação de determinado indicador, insumo para a formação do IgovG, no ano de seu levantamento, são replicados os valores do ano imediatamente anterior, e assim sucessivamente.

(continua)

Aspecto a ser avaliado	Indicadores propostos para agregação das variáveis, em Percentual (%)	Fonte de pesquisa dos dados	Periodicidade
Econômico	Indicador Estado de Direito	Worldwide Governance Indicators. Disponível em: < http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#reports >.	Anual
	Indicador Controle da Corrupção	Worldwide Governance Indicators. Disponível em: < http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#reports >.	Anual
	Índice Basel AML	Índice Basel AML. Disponível em: < https://index2015.baselgovernance.org/ranking >.	Anual
Social	Índice de Desenvolvimento Humano	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Brasil. Disponível em: < http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_201 >	Annual
	Indicador Igualdade de Gênero	Gender Gap Index. Disponível em: < http://www3.weforum.org/docs/GGGR14/GGGR_CompleteReport_2014.pdf >.	Anual

Quadro 6 - Indicadores propostos para a formação do IgovG
Fonte: Autoria própria.

(continuação)

Aspecto a ser avaliado	Indicadores propostos para agregação das variáveis, em Percentual (%)	Fonte de pesquisa dos dados	Periodicidade
	Indicador de Imigração	Migração Total Líquida- DESA-Population Division and UNICEF (2014). Migration Profiles – Common Set of Indicators. Disponível em: < http://esa.un.org/MigGMGProfiles/indicators >	Quinquenal
	Indicador de refugiados	Número de refugiados recebidos Comissão para o Refugiados na Nações Unidas (UNHCR). Disponível em: < http://www.unhcr.org/pages/49c3646c4d6.html >. Número de pessoas na situação de refugiados Comissão para o Refugiados na Nações Unidas (UNHCR). Disponível em: < http://www.unhcr.org/pages/49c3646c4d6.html >	Anual
Ambiental	Indicador de Qualidade do ar	Environmental Performance Index. Disponível em: < http://epi.yale.edu/our-methods >.	Anual
	Indicador Recursos hídricos	Environmental Performance Index. Disponível em: < http://epi.yale.edu/our-methods >.	Anual
	Indicador desmatamento de Floresta	Environmental Performance Index. Disponível em: < http://epi.yale.edu/our-methods >.	Anual
	Indicador de Biodiversidade e habitat	Environmental Performance Index. Disponível em: < http://epi.yale.edu/our-methods >.	Anual
	Indicador de Clima e energia	Environmental Performance Index. Disponível em: < http://epi.yale.edu/our-methods >.	Anual
Solução pacífica de conflitos	Despesas Militares	Global Peace Index. Disponível em: < http://www.visionofhumanity.org/sites/default/files/Global%20Peace%20Index%20Report%202015_0.pdf >.	Anual
	Forças armadas	Global Peace Index. Disponível em: < http://www.visionofhumanity.org/sites/default/files/Global%20Peace%20Index%20Report%202015_0.pdf >.	Anual
	Financiamento de paz da ONU	Global Peace Index. Disponível em: < http://www.visionofhumanity.org/sites/default/files/Global%20Peace%20Index%20Report%202015_0.pdf >.	Anual

Quadro 6 - Indicadores propostos para a formação do IgovG
Fonte: Autoria própria.

(conclusão)

Aspecto a ser avaliado	Indicadores propostos para agregação das variáveis, em Percentual (%)	Fonte de pesquisa dos dados	Periodicidade
Solução Pacífica de Conflitos	Armas nucleares ou pesadas	Global Peace Index. Disponível em: < http://www.visionofhumanity.org/sites/default/files/Global%20Peace%20Index%20Report%202015_0.pdf >.	Anual
	Exportação de armas	Global Peace Index. Disponível em: < http://www.visionofhumanity.org/sites/default/files/Global%20Peace%20Index%20Report%202015_0.pdf >.	Anual
	Relação entre países vizinhos	Global Peace Index. Disponível em: < http://www.visionofhumanity.org/sites/default/files/Global%20Peace%20Index%20Report%202015_0.pdf >.	Anual
	Número, duração e papel dos conflitos externos	Global Peace Index. Disponível em: < http://www.visionofhumanity.org/sites/default/files/Global%20Peace%20Index%20Report%202015_0.pdf >.	Anual
	Número de mortes de conflitos organizados	Global Peace Index. Disponível em: < http://www.visionofhumanity.org/sites/default/files/Global%20Peace%20Index%20Report%202015_0.pdf >.	Anual

Quadro 6 - Indicadores propostos para a formação do IGovG

Fonte: Autoria própria.

Dessa forma, exibem-se na Quadro 6 as variáveis utilizadas, bem como as suas referências. Os resultados são apresentados conforme o modelo descrito na Tabela 14.

Tabela 14 - Formação da tabela de resultado do IGovG

(continua)

Formação do IGovG	VALOR DO ÍNDICE IGovG	ASPECTOS (PILARES) DA GOVERNANÇA GLOBAL			
		Valor dos Pilares			
		Econômico	Social	Ecológico	Solução Pacífica de conflitos
Pesos dos indicadores/Pilares	100%	25%	25%	25%	25%

África do Sul

Argentina

Austrália

Alemanha

Tabela 14 - Formação da tabela de resultado do IGovG

(conclusão)

Formação do IGovG	VALOR DO ÍNDICE IGovG	ASPECTOS (PILARES) DA GOVERNANÇA GLOBAL			
		Valor dos Pilares			
		Econômico	Social	Ecológico	Solução Pacífica de conflitos
Pesos dos indicadores/Pilares	100%	25%	25%	25%	25%
Arábia Saudita					
Brasil					
Canada					
China					
Coréia do Sul					
Espanha					
Estados Unidos					
Itália					
Índia					
França					
México					
Portugal					
Reino Unido					
Rússia					
Turquia					

Fonte: Adaptado de Pisa (2014).

A nota final atribuída ao índice para cada Estado (país), constará da coluna "valor do índice IGovG", resultante do somatório das notas alcançadas pelos países em cada um dos indicadores dispostos nas quatro colunas que correspondem aos aspectos chaves do índice em questão.

Após a ponderação das notas e seu lançamento no quadro, pode-se então definir o ranking dos Países em ordem decrescentes de valor do IGovG para possibilitar melhor comparação entre as notas. Ressalta-se que, segundo a proposta do IGovG, quanto próximo a nota final de 1, maior o grau de governança global dentro da sociedade internacional.

Registre-se que, embora se tenha convicção de que o IGovG proposto tenha aplicabilidade a todos os Países de forma individual ou agrupado em blocos econômicos, regiões geográficas, etc., neste estudo, haja vista a sua limitação temporal, opta-se por aplica-lo aos países do G20.

A Figura 5 demonstra a escala de aferição quanto ao grau de governança global obtido, classificando-se entre as “ranges” de graus: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto.

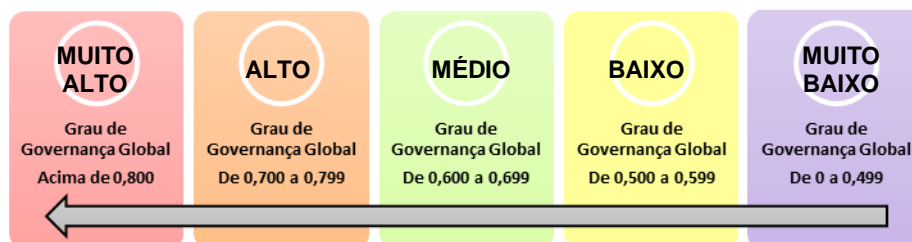


Figura 5 - Escala de Faixas de Resultados do IGoVG

Fonte: Adaptado de Pisa (2014).

Por fim, para encerrar esta seção, a Tabela 15 demonstra o modelo lógico de desenvolvimento do Índice de Governança Global (IGoVG), na qual é possível examinar as variáveis e os indicadores que são ponderados.

Tabela 15 - Composição do IGoVG

(continua)

Pilares da governança global	Peso	Agregação das variáveis	Peso	Composição das variáveis	Peso
1. Econômico (E)	0,25	1.1 Corrupção	0,50	1.1.1 Estado de Direito	0,50
				1.1.2 Controle de Corrupção	0,50
		1.2 Fluxo financeiro ilícito e Tributação	0,50	1.2.1 Índice Basel AML	1,00
				2.1 Direitos básicos do indivíduo	0,25
2. Social (S)	0,25	2.2 Igualdade de gênero	0,25	2.2.1 Indicador Igualdade de Gênero (Gender Gap Index)	1,00
				2.3 Migração	0,25
		2.4 Refugiados	0,25		
				3. Ambiental (A)	0,25
3.2 Recursos hídricos	0,20	3.2.1 Indicador Recursos hídricos inserido no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)	1,00		

Tabela 15 - Composição do IGovG

(conclusão)

Pilares da governança global	Peso	Agregação das variáveis	Peso	Composição das variáveis	Peso
3. Ambiental (A)	0,25	3.3 Desmatamento das florestas	0,20	3.3.1 Indicador desmatamento de Floresta inserido no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)	1,00
		3.4 Biodiversidade	0,20	3.4.1 Indicador Biodiversidade inserido no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)	1,00
		3.5 Clima	0,20	3.5.1 Indicador de Clima e energia Inserido no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)	1,00
4. Solução pacífica de conflitos (So)	0,25	4.1 Promoção da paz	1,0	4.1.1 Financiamento de paz da ONU	0,20
				4.1.2 Armas nucleares ou pesadas	0,15
				4.1.3 Exportação de armas	0,10
				4.1.4 Relação entre países vizinhos	0,10
				4.1.5 Número, duração e papel dos conflitos externos	0,15
				4.1.6 Número de mortes de conflitos organizados	0,10
				4.1.7 Despesas militares	0,10
				4.1.8 Forças armadas	0,10

Fonte: Adaptação de Pisa (2014).

A Tabela 15 apresenta um resumo da composição dos pilares da governança global e seus respectivos pesos. Na próxima seção, a metodologia utilizada na formação do Índice de Governança Global é exposta e traz a discriminação completa das equações e dos indicadores selecionados.

5.1 METODOLOGIA UTILIZADA NA FORMAÇÃO DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA GLOBAL (IGOVG)

O Índice de Governança Global proposto é o resultado da somatória de indicadores agregados a quatro pilares já definidos alhures neste estudo, a saber: (1) Econômico; (2) Social; (3) Ambiental e (4) Solução pacífica de conflitos. Esses pilares são construídos a partir dos aspectos da governança global e cada pilar representará um indicador que, por sua vez, são formados a partir de variáveis agregadas a outros indicadores secundários selecionados.

A Equação 1 apresenta a fórmula utilizada para a construção do Índice de Governança Global. Consiste na somatória “dos escores atingidos em cada indicador de tal forma que o somatório deste, levando-se em consideração a pontuação máxima possível é de até 100 por cento da nota” (OLIVEIRA; PISA, 2015), portanto, ressalta-se que o valor final do IGovG para cada um dos pilares, considerada a base unitária, variará entre zero e um, consoante o demonstrado na Figura 5.

$$iE_{m\acute{a}x} + iS_{m\acute{a}x} + iA_{m\acute{a}x} + iSo_{m\acute{a}x} = 100\%$$

Em termos aritméticos de base unitária tem-se:

$$iE_{m\acute{a}x} + iS_{m\acute{a}x} + iA_{m\acute{a}x} + iSo_{m\acute{a}x} = 1$$

Equação 1 - Fórmula para Cálculo do IGovG
Fonte: Adaptado de Pisa (2014).

Onde:

$iE_{m\acute{a}x}$ = valor máximo do Indicador pilar referente ao aspecto Econômico.

$iS_{m\acute{a}x}$ = valor máximo do Indicador pilar referente ao aspecto Social.

$iA_{m\acute{a}x}$ = valor máximo do Indicador pilar referente ao aspecto Ambiental.

$iSo_{m\acute{a}x}$ = valor máximo do indicador pilar referente ao aspecto Solução Pacífica de Conflitos.

Sob o foco matemático, pode se desenhar a fórmula do índice como sendo o descrito na Equação 2:

$$IGovG = \sum_{i=1}^4 (N_i) \times (p_i)$$

Equação 2 - Fórmula da Nota final do Índice do IGovG 2015
Fonte: OLIVEIRA; PISA (2015).

Onde:

IGovG = Índice de Governança Global

N_i = Nota obtida no pilar i ;

p_i = Peso atribuído ao pilar i .

A concepção da formação dos resultados de cada pilar resultará das variáveis agregadas e indicadores dispostos no Quadro 6. A mensuração de cada pilar é detalhada nas subseções seguintes.

5.1.1 Pilar Econômico

Antes de adentrar na equação utilizada para mensuração do pilar econômico, a Tabela 16 resume e ilustra as variáveis, bem como, como suas agregações com os respectivos indicadores e pesos empregados na ponderação:

Tabela 16 - Metodologia para cálculo do Pilar o econômico da governança global

Pilar da governança global	Peso	Agregação das variáveis	Peso	Composição das variáveis	Peso
1. Econômico (E)	0,25	1.1 Corrupção	0,50	1.1.1 Estado de Direito	0,50
				1.1.2 Controle de Corrupção	0,50
		1.2 Fluxo financeiro ilícito e Tributação	0,50	1.2.1 Índice Basel AML	1,00

Fonte: Autoria própria.

Verifica-se que o pilar econômico da governança global é composto pelas variáveis Estado de Direito, Controle de Corrupção e Índice Basel AML. As variáveis Estado de Direito e Controle de Corrupção, desenvolvidas pelo Banco Mundial, variam de 0 (zero) nota mais baixa e 100 (cem) a nota mais alta, portanto, para adaptar o score para os padrões estabelecidos para o IGovG é necessário dividir a pontuação obtida nos indicadores por 100 (cem) que geraram uma pontuação entre 0 (zero) até 1 (um). O mesmo raciocínio se aplica a pontuação do Basel AML pois, seu score varia de 0 (zero) até 10 (dez) e o score do indicador deverá ser dividido por 10 para obter um resultado dentro dos padrões do IGOvG.

Assim, a nota no pilar economia resulta da média ponderada das variáveis agregadas que o compõe, no caso: (i) corrupção (0,50); fluxo financeiro ilícito e tributação (com peso 0,50), de tal forma que:

$$\begin{aligned} \text{Nota (\%)} \text{ Pilar Econômico} &= \\ &[(\text{NotaCorrupção} * P1.1) + (\text{NotaFluxFinanIlícitoTributação} * P1.2)] * 0,25 \\ P1.1 &= P1.2 = 0,50 \end{aligned}$$

Equação 3 - Ponderação da Nota Percentual do Pilar Economia

Fonte: Autoria própria.

A nota de cada uma das variáveis agregadas que compõem o Pilar Economia também derivam das notas de seus indicadores, conforme se verifica nas equações 4 e 5:

$$\begin{aligned} \text{Nota Corrupção} &= [(\text{NotaEstadoDireito} * P1.1.1) + (\text{Nota Controle Corrupção} * P1.1.2)] \\ P1.1.1 &= 0,50 \\ P1.1.2 &= 0,50 \end{aligned}$$

Equação 4 - Composição da Nota da Variável Corrupção

Fonte: Autoria própria.

Verifica-se na Equação 5 que duas variáveis compõem o pilar corrupção e, deste modo, há uma soma. Já na fórmula para mensurar o pilar Tributação e Fluxo Financeiro Ilícito há apenas uma variável, conforme se verifica na Equação 5:

$$\text{Nota Tributação e Fluxo Financeiro Ilícito} = (\text{NotaÍndiceBasel} * \text{P1.2.1})$$

$$\text{P1.2.1} = 1,00$$

Equação 5 - Composição da Nota da Variável Tributação e Fluxo Financeiro Ilícito
Fonte: A autoria própria.

5.1.2 Pilar Social

A Tabela 17 resume o pilar social da governança global e traz em sua composição as variáveis e os seus respectivos pesos. Os indicadores escolhidos para representar esse aspecto foram selecionados por meio de um estudo bibliométrico que focou nas principais agendas globais relacionadas ao aspecto social.

Tabela 17 - Metodologia para o Pilar social da governança global

Pilar da governança global	Peso	Agregação das variáveis	Peso	Composição das variáveis	Peso
2.Social (S)	0,25	2.1 Direitos básicos do indivíduo	0,25	2.1.1 Índice de desenvolvimento Humano	1,00
		2.2 Igualdade de gênero	0,25	2.2.1 Indicador Igualdade de Gênero (Gender Gap Index)	1,00
		2.3 Migração	0,25	Indicador Migração (saldo líquido entre Imigrantes e Emigração) da UNICEF	1,00
		2.4 Refugiados	0,25	2.4.1 Indicador de número de refugiados	1,00

Fonte: A autoria própria.

Extraí-se da Tabela 17 que o pilar social é composto pelas variáveis: Índice de Desenvolvimento Humano, Indicador do Banco Mundial sobre Igualdade de Gênero (Gender Gap Index), Indicador de migração (líquido) desenvolvido pela UNICEF e, por fim, pelo indicador que representa o número de refugiados elaborado pela Comissão de Refugiados pelas Nações Unidas. O score das variáveis Desenvolvimento Humano e Igualdade de Gênero variam entre 0 (zero) nota mais

baixa e 1 (um) nota mais alta não necessitando de conversão, uma vez que seus próprios scores são os equivalentes no IGovG. Já as variáveis migração líquida e as dos refugiados possuem sua própria pontuação motivo pelo qual é necessário a conversão para a pontuação do IGovG conforme observa-se nas Tabelas 18 e 19.

Em relação ao indicador de migração, como o indicador utilizado verifica que o número líquido do efeito migratório é calculado pelo número de imigrantes menos o número de emigrantes. Portanto, partindo-se do pressuposto de que um país mais voltado para a governança global recebe mais pessoas de outros países do que enviam (saem), sua nota para a migração deve ser definida, conforme especificado na Tabela 18.

Ressalta-se que quando o saldo migratório é negativo significa haver mais pessoas emigrando (saindo) do que imigrando (entrando) do/para Estado.

Tabela 18 - Mensuração do saldo migratório

Saldo Líquido do movimento migratório (Imigrantes - Emigrantes), segundo a UNICEF	Pontuação do IGovG
<=0	0
>0 até 1.000	0,2
>1000 até 10.000	0,4
>10.000 até 50.000	0,6
>50.000 até 100.000	0,8
>100.000	1,0

Fonte: Autoria própria.

Por fim, na Tabela 19 tem-se a conversão entre o Indicador de refugiados para o IGovG. Contudo, como considera-se que quanto mais refugiados saem do País, pior será a sua governança global e, em contrário *sensu*, quanto mais entradas de refugiados melhor a governança global daquele país receptor. Neste matiz, entende-se por refugiado como a pessoa cuja ligação de confiança, lealdade e proteção foi quebrada pelo governo (LEOSCHER, 1996).

Tabela 19 - Conversão da pontuação do UNHCR - Refugiados - para a pontuação do IGOvG

Indicador de refugiados de acordo com o UNHCR – Saldo Líquido entre saída e entrada de refugiados	Pontuação IGOvG
< = 0	0
>0 até 1.000	0,2
>1.000 até 10.000	0,4
>10.000 até 50.000	0,6
>50.000 até 100.000	0,8
>100.000	1,0

Fonte: Autoria própria, a partir de Comissão das Nações Unidas para Refugiados (2015).

A nota do Pilar Social resulta da média ponderada da soma das variáveis agregadas que compreende:

Nota (%) Social =

$$\text{Nota (\%)} \text{ Social} = [(\text{NotaDBI} * \text{P2.1}) + (\text{NotaIG} * \text{P2.2}) + (\text{NotaMig} * \text{P2.3}) + (\text{NotaRefu} * \text{P2.4})] * 0,25$$

P2.1 = 0,25

P2.2 = 0,25

P2.3 = 0,25

P2.4 = 0,25

Equação 6 - Composição da Nota da Variável Social

Fonte: Autoria própria.

Onde:

DBI = Direitos básicos do indivíduo

IG = Igualdade de gênero

Mig. = Migração

Refu. = Refugiados

A nota variável agregada Direito básicos do indivíduo resulta na seguinte equação:

$$\text{Nota Direitos básicos do indivíduo} = (\text{NotaIDH} * \text{P2.1.1})$$

$$\text{P2.1.1} = 1,00$$

Equação 7 - Composição da Nota da Variável Direitos Básicos do Indivíduo

Fonte: Autoria própria.

Em relação a variável agregada Igualdade de Gênero, também é resultado da média ponderada entre notas dos indicadores, conforme observa-se na Equação 8:

$$\text{Nota Igualda de Gênero} = (\text{NotaGenderGapIndex} * \text{P2.2.1})$$

$$\text{P2.2.1} = 1,00$$

Equação 8 - Composição da Nota da Variável Igualdade de Gênero

Fonte: Autoria própria.

Em seguida, verifica-se a equação relacionada à variável agregada imigração:

$$\text{Nota Migração} = (\text{NotaML} * \text{P.2.3.1})$$

$$\text{P2.3.1} = 1,00$$

ML = Migração Líquida

Equação 9 - Composição da Nota da Variável Migração

Fonte: Autoria própria.

Por fim, aplica-se o mesmo modelo para a formação da nota da variável Refugiados:

Nota Refugiados = (NotaNRL * P2.4.1)
 P 2.4.1 = 1,0
 Sendo:
 NRL = Número de Refugiados Líquidos (\neq entre saída e entrada de refugiados)

Equação 10 - Composição da Nota da Variável Refugiados

Fonte: Autoria própria.

Dessa forma, conclui-se a apresentação das equações utilizadas na definição e mensuração do pilar Social.

5.1.3 Pilar Ambiental

A Tabela 20 traz o a composição do pilar ambiental para a governança global em que se mostram as variáveis, suas composições e seus pesos. As variáveis focam nos principais aspectos das agendas e políticas globais ambientais.

Tabela 20 - Metodologia para aspecto ambiental da governança global

Aspecto da governança global	Peso	Agregação das variáveis	Peso	Composição das variáveis	Peso
3. Ambiental (A)	0,25	3.1 Qualidade do ar	0,20	3.1.1 Indicador de Qualidade do ar inserido no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)	1,00
		3.2 Recursos hídricos	0,20	3.2.1 Indicador Recursos hídricos inserido no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)	1,00
		3.3 Desmatamento das florestas	0,20	3.3.1 Indicador desmatamento de Floresta inserido no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)	1,00
		3.4 Biodiversidade	0,20	3.4.1 Indicador de Biodiversidade e habitat inserido no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)	1,00
		3.5 Clima	0,20	3.5.1 Indicador de Clima e energia Inserido no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)	1,00

Fonte: Autoria própria.

A Tabela 21 demonstra a conversão do *score* da pontuação dos indicadores (Qualidade do ar, Recursos Hídricos, Desmatamento das Florestas, Biodiversidade e Clima) utilizados para mensurar o pilar ambiental para a pontuação do IGovG.

Tabela 21 - Conversão da pontuação dos indicadores Qualidade do ar, Recursos Hídricos, Desmatamento das Florestas, Biodiversidade e Clima para a pontuação do IGOvG

Nota dos Indicadores (Qualidade do ar, Recursos Hídricos, Desmatamento das Florestas, Biodiversidade e Clima)	Pontuação IGOvG
0 – 10	0,10
11 – 20	0,20
21 – 30	0,30
31 – 40	0,40
41 – 50	0,50
51 – 60	0,60
61 – 70	0,70
71 – 80	0,80
81 – 90	0,90
91 – 100	1,00

Nota: Os 5 indicadores que compõem o pilar são aqui apresentados numa única tabela pelo fato de, individualmente, terem eles o mesmo comportamento na conversão para a pontuação do IGOvG.

Fonte: Adaptado de Yale Center for Environmental Law and Policy (2014).

A nota do Pilar Ambiental, finalmente, resulta da média ponderada das variáveis agregadas (indicadores) que a compõem, conforme equação a seguir:

$$\text{Nota Ambiental} = [(\text{NotaQA} * \text{P3.1}) + (\text{NotaRH} * \text{P3.2}) + (\text{NotaDes} * \text{P3.3}) + (\text{Nota Bio} * \text{P3.4}) + (\text{Nota CI} * \text{P3.5})] * 0,25$$

$$\text{P3.1} = 0,2$$

$$\text{P3.2} = 0,2$$

$$\text{P3.3} = 0,2$$

$$\text{P3.4} = 0,2$$

$$\text{P3.5} = 0,2$$

Equação 11 - Composição da Nota da Variável Ambiental

Fonte: Autoria própria.

Onde:

QA = Qualidade do Ar

RH = Recursos Hídricos

Des = Desmatamento

Bio = Biodiversidade

Cl = Clima

A nota de cada uma das variáveis que compõem o pilar ambiental resulta na média ponderada das notas de seus indicadores, conforme verifica-se a seguir, iniciando-se pela qualidade do ar,

Partindo-se da pontuação do indicador e sua respectiva nota no IGovG, conforme demonstrado na Tabela 6, tem-se então a Equação 12 que demonstra sua formulação de cálculo para composição do pilar ao qual se vincula.

Nota Qualidade do ar = (NotaQA * P.3.1.1)

P3.1.1= 1,00

QA = Qualidade do Ar

Equação 12 - Composição da Nota da Variável Qualidade do Ar

Fonte: Autoria própria.

Em seguida, observa-se na fórmula de cálculo da variável Recursos Hídricos resulta na média ponderada das notas de seus indicadores, conforme a Equação 13.

Nota Recursos Hídricos = (NotaRH * P3.2.1)

P3.2.1= 1,00

Equação 13 - Composição da Nota da Variável Recursos Hídricos

Fonte: Autoria própria.

O mesmo processo também se aplica à formação da nota da variável Desmatamento, a qual também resulta da média ponderada da nota de seus indicadores, conforme verifica-se na Equação 14:

$$\text{Nota Desmatamento} = (\text{NotaIndicadorDesmatamento} * P3.3.1)$$

$$P3.3.1 = 1,00$$

Equação 14 - Composição da Nota da Variável Desmatamento

Fonte: Autoria própria.

Ainda, aplica-se à formação da nota da variável Biodiversidade a ponderação das notas de seus indicadores, conforme verifica-se na Equação 15.

$$\text{Nota Biodiversidade} = (\text{NotaBiodiversidade} * P3.4.1)$$

$$P3.4.1 = 1,00$$

Equação 15 - Composição da Nota da Variável Biodiversidade

Fonte: Autoria própria.

Por fim, da mesma forma que empregado aos indicadores anteriores a Equação 16 estabelecem que a nota Clima, resulta da média ponderada das notas de seus indicadores e nota IGovG, conforme se vê:

$$\text{Nota Clima} = (\text{NotaClima} * P3.5.1)$$

$$P3.5.1 = 1,00$$

Equação 16 - Composição da Nota da Variável Clima

Fonte: Autoria própria.

Registre-se, então, nesta seção, a exposição das equações que mensuram o pilar Social, formado pelas variáveis agregadas: qualidade do ar, recursos hídricos, desmatamento das florestas, biodiversidade e clima; o qual, para finalizar a formulação do IGovG, se soma ao Pilar Solução Pacífica de Conflitos, estudado na sequência.

5.1.4 Pilar Solução Pacífica de Conflitos

A Tabela 22 concede enfoque ao pilar Solução pacífica de conflitos da governança global e expõe as variáveis, suas composições e seus pesos. É possível verificar que há apenas uma variável, agregada (promoção da paz), a qual é formada por diversos indicadores.

Ressalta-se que o indicador Financiamento de paz na ONU possui um peso maior do que as outras variáveis porque se verifica que a governança global trata sobre atores internacionais que por meios pacíficos de solução de controvérsia, buscam resolver seus problemas. Portanto, nesse sentido pode-se considerar o financiamento de paz da ONU uma forma de se utilizar de uma organização internacional para resolver de forma pacífica os conflitos e, portanto, respeitando os melhores juízos, tem-se um peso maior para a governança global.

Tabela 22 - Metodologia para aspecto solução pacífica de conflitos

Aspecto da governança global	Peso	Agregação das variáveis	Peso	Composição das variáveis	Peso
4. Solução pacífica de conflitos (So)	0,25	4.1 Promoção da paz	1,00	4.1.1 Financiamento de paz da ONU	0,20
				4.1.2 Armas nucleares ou pesadas	0,15
				4.1.3 Exportação de armas	0,10
				4.1.4 Relação entre países vizinhos	0,10
				4.1.5 Número, duração e papel dos conflitos externos	0,15
				4.1.6 Número de mortes de conflitos organizados	0,10
				4.1.7 Despesas militares	0,10
				4.1.8 Forças Armadas	0,10

Fonte: Autoria própria.

Na Tabela 23, há uma conversão dos valores estabelecidos pelo Índice Global da Paz (dentre os indicadores selecionados: Financiamento de Paz da ONU, Armas nucleares ou pesadas, Capacidade destrutiva do estoque de armas,

Exportação de armas, Relação entre países vizinhos, Número, duração e papel dos conflitos externos, Número de mortes de conflitos organizados, Despesas militares, Forças Armadas) para a pontuação do Índice Global de Governança.

Ressalta-se que esse Índice Global da Paz é medido em uma escala de 1 até 5, sendo 1 a melhor nota e 5 a pior nota. Portanto, como considera-se a paz como aspecto fundamental em importância para governança global, se o país obtiver uma nota 5 no referido indicador há então a conversão para a nota 0 no IGovG, havendo, então uma inversão da pontuação, conforme verifica-se abaixo.

Tabela 23 - Conversão da pontuação do índice Global da Paz para a pontuação do IGovG

Índice Global da Paz	Pontuação IGovG
4,1 - 5,0	0,00
3,1 - 4,0	0,25
2,1 - 3,0	0,50
1,1 - 2,0	0,75
0,0 - 1,0	1,00

Fonte: Adaptado de Institute for Economic and Peace (2015).

A nota do Pilar Solução Pacífica de Conflitos resulta da média ponderada das variáveis agregadas que o compõe, no caso: (i) Financiamento paz ONU (peso 0,20); (II) Armas nucleares ou pesadas (peso 0,15); (III) Relação entre países vizinhos (0,10); (IV) Número, duração e papel os conflitos externos (peso 0,15); (V) Número de mortes de conflitos organizados (peso 0,10); (VI) Exportação de armas (peso 0,10); (VII) Despesas Militares (peso 0,10); (VIII) Forças Armadas (peso 0,10):

$$\text{Nota Solução Pacífica de Conflitos} = (\text{NotaPromocaoPaz} * P4.1) * 0,25$$

PP = Promoção da Paz

P4.1= 1,0

Equação 17 - Composição da Nota da Variável Solução Pacífica de Conflitos

Fonte: Autoria própria.

Individualmente o cálculo de cada indicador que compõe a variável agregada promoção da paz segue o raciocínio apresentado nas equações 18 e 19 seguintes. Registre-se que se optou em mostrar apenas as fórmulas para os indicadores financiamento da paz pela ONU e forças armadas, porque a lógica de cálculo é a mesma para todos, não carecendo de repetir aqui, então, oito equações.

$$\text{Nota Financiamento de Paz pela ONU} = (\text{NotaFP} * \text{P4.1.1})$$

$$\text{P4.1.1} = 0,20$$

FP = Financiamento de Paz pela ONU

Equação 18 - Composição da Nota do Indicador Financiamento da Paz pela ONU

Fonte: Autoria própria.

$$\text{Nota Forças Armadas} = (\text{NotaFA} * \text{P4.1.8})$$

$$\text{P4.1.8} = 0,10$$

FA = Forças Armadas

Equação 19 - Composição da Nota do Indicador Forças Armadas

Fonte: Autoria própria.

Ao final dessa seção, pôde-se expressar as equações que representam o pilar solução pacífica de conflitos, o qual é formado por apenas uma variável agregada que, por sua vez, é baseada em nove indicadores que fazem parte do Índice Global da Paz.

Demonstrada então a composição dos quatros pilares com suas variáveis agregadas, indicadores e respectivos pesos, tem-se no capítulo seguinte a apresentação e análise dos resultados da aplicação do IGovG na amostra definida.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO IGovP

Este capítulo destina-se à apresentação dos resultados do estudo, por meio do qual foi possível aplicar empiricamente os conceitos estudados no referencial teórico.

Neste lume, aplicando-se a referida metodologia, o IGovG foi calculado de acordo com os seguintes parâmetros dispostos na seguinte ordem: (i) eleição das variáveis agregadas e indicadores que as compõem nos quatro pilares da governança global; (ii) atribuição de pesos a cada uma dessas variáveis e aos indicadores que as agregam; (iii) elaboração de fórmulas para o cálculo (iv) preparação das planilhas de cálculo; (v) enquadramento dos valores auferidos com base no escalonamento descrito na Figura 5; (vi) exame e interpretação dos resultados; (vii) criação de tabelas e gráficos.

Registre-se que na análise dos resultados foram contemplados todos os “corpos” metodológicos do IGovG, desde os indicadores que os compõem, passando pela agregação das variáveis, encerrando-se então nos respectivos pilares. Não obstante, aqui no corpo do trabalho, para fins de análise, parte-se das variáveis agregadas, uma vez que estas, *per si*, já compõem os indicadores.

Nesta senda, analiticamente, a conversão do valor nominal de cada indicador para sua respectiva nota no IGovG, bem como as fontes originais extraídas dos Indicadores/relatórios publicados são apresentados na forma do Apêndices e anexos ao final do trabalho.

6.1 PILAR ECONÔMICO

A governança econômica global torna-se relevante com a sua internacionalização com o aumento dos fluxos financeiro mundial (BRADFORD, 2003) que leva a estabilidade econômica por meio da cooperação e coordenação (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1995).

Portanto, tendo como foco a estabilidade econômica e o fomento ao investimento externo direto, os temas identificados foram agrupados em categorias de análise, a saber: (i) tributação transparente, (ii) coibição da corrupção e (iii) fluxo financeiro ilícito (OCDE, 2011).

A partir da identificação as categorias de análise, foram escolhidos os indicadores para representar esse pilar: (i) Controle da Corrupção e Estado de Direito; (ii) Índice Base AML. Após, com a coleta dos dados fornecidos pelos indicadores aplicou-se as formulas dispostas na seção 5.1.2 Pilar Econômico e, se necessário, as suas devidas conversões para a pontuação do IGovG. Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 24.

Tabela 24 - Resultado pilar econômico

Pilar Econômico	Variáveis agregadas e pesos			
		Corrupção	Flux Finan Ilícito e Tributação	
		0,50	0,50	
ESTADOS *PAÍSES) DO G-20	Valor do pilar econômico = \sum (indicadores* pesos)*peso da variável agregada	INDICADORES E PESOS		
		Estado de Direito	Controle Corrupção	Índice Base AML
	0,25	0,50	0,50	1,00
África do Sul	0,545	0,64	0,54	0,50
Alemanha	0,745	0,93	0,95	0,55
Arábia Saudita	0,598	0,65	0,60	0,57
Argentina	0,463	0,18	0,33	0,67
Austrália	0,728	0,96	0,95	0,50
Brasil	0,543	0,55	0,44	0,59
Canadá	0,738	0,95	0,94	0,53
China	0,530	0,43	0,47	0,61
Coreia do Sul	0,638	0,81	0,70	0,52
Estados Unidos	0,708	0,90	0,89	0,52
França	0,680	0,88	0,88	0,48
Índia	0,513	0,54	0,39	0,56
Indonésia	0,505	0,42	0,34	0,63
Itália	0,575	0,67	0,55	0,54
Japão	0,750	0,89	0,93	0,59
México	0,430	0,38	0,26	0,54
Reino Unido	0,703	0,94	0,93	0,47
Rússia	0,430	0,26	0,20	0,63
Turquia	0,590	0,60	0,54	0,61

Notas convertidas para o IGovG

Fonte: Autoria própria.

Inicialmente, verifica-se que o país com maior nota no indicador Estado de Direito é a Austrália. A Austrália possui um escore expressivo em relação a esse indicador, o que demonstra a grande confiança e o respeito dos agentes pelas regras da sociedade, principalmente no que se refere a segurança jurídica nas execuções dos contratos, direito a propriedade. Ademais, a Austrália também é o país com melhor indicador no Controle da Corrupção conjuntamente com a Alemanha. Esse indicador demonstra, como o nome já explicita o combate da corrupção pelo Estado.

Já em relação ao Índice Basel AML nota-se que a Argentina possui a maior transparência fiscal e financeira, seguindo da Indonésia e Rússia. Não obstante, merece consideração pontual o fato de esses três países não estarem entre aqueles com maior Estados de Direito e Controle da Corrupção.

Por fim, extrai-se da tabela que o país com maior score do pilar econômico foi o Japão (0,750), seguido da Alemanha (0,745) e Canadá (0,738), demonstrando-se que esses países demonstram (em 2014) maior preocupação com a execução dos contratos, direito a propriedade, combate a corrupção e a transparência fiscal e financeira. Não obstante, contrario sensu ao destaque positivo aventado, tem-se na base inferior os países com menor representação no Pilar em análise (econômico), sendo eles, Argentina (0,463), seguida por México e Rússia que apresentam o menor score (0,430).

6.2 PILAR SOCIAL

Conforme se verifica na seção que delimita o aspecto social da governança global entende-se este pilar como políticas sociais globais realizadas, principalmente, pelo Estado, pelas organizações não governamentais e organizações internacionais, buscando a promoção dos direitos humanos e a redução da pobreza. Portanto, o foco do pilar social da governança global é a busca por soluções para problemas coletivos interligados com o âmbito social (SANTOS, 2006) como as migrações, violação de direitos humanos e pobreza (HALL; MIDGLEY, 2004).

As variáveis agregadas para representar esse pilar são o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) representando os direitos básicos do indivíduo, o Índice de Gender Gap representando a igualdade de gênero, a Migração (perfil migratório) e Refugiados. Por fim, demonstra-se na Tabela 25 os resultados obtidos no pilar:

Tabela 25 - Resultado pilar social

Pilar Social	Variáveis agregadas e pesos				
	Direitos básicos do indivíduo	Igualdade de gênero	Migração	Refugiados	
	0,25	0,25	0,25	0,25	
ESTADOS	Valor do pilar social = \sum	Indicadores e pesos			
PAÍSES) DO	(indicadores pesos)*peso				
G-20	da variável agregada				
		IDH	Gender Gap Index	Migração total líquida	Refugiados Líquidos
	0,25	1,00	1,00	1,00	1,00
África do Sul	0,605	0,67	0,75	0,00	1,00
Alemanha	0,724	0,92	0,78	0,20	1,00
Arábia Saudita	0,411	0,84	0,61	0,20	0,00
Argentina	0,492	0,84	0,73	0,00	0,40
Austrália	0,619	0,94	0,74	0,20	0,60
Brasil	0,462	0,76	0,69	0,00	0,40
Canadá	0,765	0,91	0,75	0,40	1,00
China	0,553	0,73	0,68	0,00	0,80
Coreia do Sul	0,485	0,90	0,64	0,20	0,20
Estados Unidos	0,765	0,92	0,75	0,40	1,00
França	0,712	0,89	0,76	0,20	1,00
Índia	0,564	0,61	0,65	0,00	1,00
Indonésia	0,400	0,68	0,67	0,00	0,00
Itália	0,643	0,87	0,70	0,20	0,80
Japão	0,687	0,89	0,66	0,20	1,00
México	0,362	0,76	0,69	0,00	0,00
Reino Unido	0,711	0,91	0,74	0,20	1,00
Rússia	0,723	0,80	0,69	0,40	1,00
Turquia	0,645	0,76	0,62	0,20	1,00

Fonte: Autoria própria.

Inicialmente em relação aos direitos básicos do indivíduo (incluindo-se aí redução da pobreza), representado pelo Índice IDH que mensura a longevidade, educação e renda (ONU, 2014), percebe-se que a Austrália possui a maior nota nesse indicador na composição do IGovG, seguido da Alemanha e Estados Unidos, o que demonstra a preocupação e valorização desses países com o desenvolvimento humano e econômico.

Em relação à discriminação de gênero, observa-se que a Alemanha é o país que possui menos desigualdades entre homens e mulheres em relação a participação econômica, nível de educação, participação política e na saúde. Sob outro foco, nota-se que a Arábia Saudita é o país com o pior *score* nesse indicador entre países do G20.

Ademais, os direitos humanos é um assunto de elevada relevância para o pilar social. Entende-se direitos humanos como atendimento dos direitos básicos do indivíduo, os quais são protegidos no âmbito internacional (HALL; MIDGLEY, 2004). Dentre os direitos humanos existentes destaca-se os refugiados e os imigrantes. Refugiado é uma pessoa com receio de ser perseguida em seu país por motivos de raça, religião e nacionalidade ou porque pertence a determinado grupo social (CONVENÇÃO DE GENEBRA, 1951). Já os imigrantes são aqueles que saem do seu país em busca de uma melhor condição de vida (LEOSCHER, 1996).

Nesse sentido, observa-se da Tabela 25 que a Rússia, Estados Unidos e Canadá obtiveram a mesma nota no indicador migração, o que significa que aproximadamente de 1.000 a 10.000 pessoas imigraram a mais do que emigraram no ano de 2014.

No indicador refugiados, por sua vez, a África do Sul, Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Índia, Japão, Reino Unido, Rússia e Turquia receberam mais 100.000 refugiados do que saíram de seu país com status de refugiados. Por outro lado, no México (8.829 pessoas), na Indonésia (5.292 pessoas) e na Arábia Saudita (96 pessoas) saíram do país com status de refugiados a mais do que entraram.

Por fim, verifica-se que os países com maiores *scores* no pilar social são os Estados Unidos (0,765) e Canadá (0,765) seguidos da Alemanha (0,724) e França (0,712), os quais demonstram, então, pela agregação da variável no pilar, uma maior preocupação com a promoção dos direitos humanos, discriminação de gênero, e proteção de direitos dos imigrantes e refugiados.

6.3 PILAR AMBIENTAL

Inicialmente, verifica-se que a agenda ambiental para governança global preocupa com o (i) combate à poluição atmosférica; (ii) degradação do solo; (iii) declínio da biodiversidade. Em segundo lugar, fica a preocupação com a poluição da água, o aquecimento global e o desmatamento.

Para mensurar esse pilar foi escolhido os indicadores incluídos no Índice de Desempenho Ambiental (EPI): (i) qualidade do ar, (ii) recursos hídricos, (iii) desmatamento de florestas, (iv) biodiversidade e (v) clima (YALE CENTER FOR ENVIRONMENTAL LAW AND POLICY, 2014). Os resultados de esse pilar como ponderação dos indicadores que compõem as respectivas variáveis agregadas, todos ponderados aos seus pesos relativos, são compilados na Tabela 26:

Tabela 26 - Resultado pilar ambiental

(continua)

Pilar Ambiental		Variáveis agregadas e pesos				
		Recursos Hídricos	Qualidade e do Ar	Desmatamento Florestas	Biodiversidade	Clima
		0,20	0,20	0,20	0,20	0,20
Valor do pilar ambiental		Indicadores e pesos				
ESTADOS *PAÍSES) DO G-20	= \sum (indicadores*pesos)* peso da variável agregada	Indicador de Recursos Hídricos inserido no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)	Indicador de Qualidade do ar inserido no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)	Indicador de Desmatamento Florestas inserido no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)	Indicador de Biodiversidade inserido no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)	Indicador de Clima inserido no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)
	0,25	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
África do Sul	0,700	1,00	0,30	1,00	0,70	0,50
Alemanha	0,780	0,80	1,00	0,40	1,00	0,70

Tabela 26 - Resultado pilar ambiental

(conclusão)

Pilar Ambiental	Variáveis agregadas e pesos					
	Recursos Hídricos	Qualidade e do Ar	Desmatamento Florestas	Biodiversidade	Clima	
	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	
Valor do pilar social		Indicadores e pesos				
ESTADOS	= \sum	Indicador de Recursos Hídricos inserido no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)	Indicador de Qualidade do ar inserido no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)	Indicador de Desmatamento Florestas inserido no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)	Indicador de Biodiversidade inserido no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)	Indicador de Clima inserido no Índice de Desempenho Ambiental (EPI)
*PAÍSES) DO	(indicador					
G-20	es*pesos)*					
	peso da					
	variável					
	agregada					
	0,25	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Arábia Saudita	0,540	0,90	0,30	0,0	1,00	0,50
Argentina	0,380	1,00	0,20	0,00	0,50	0,20
Austrália	0,880	1,00	1,00	1,00	0,90	0,5
Brasil	0,500	1,00	0,10	0,10	0,70	0,60
Canadá	0,640	1,00	0,80	0,20	0,60	0,60
China	0,420	0,20	0,20	0,30	0,70	0,70
Coreia do Sul	0,600	0,70	0,90	0,40	0,50	0,50
Estados Unidos	0,640	1,00	0,70	0,20	0,70	0,60
França	0,660	0,90	0,90	0,40	0,60	0,50
Índia	0,320	0,30	0,10	0,40	0,40	0,40
Indonésia	0,460	0,80	0,10	0,80	0,10	0,50
Itália	0,780	0,80	1,00	0,60	0,80	0,70
Japão	0,720	0,90	0,80	0,60	0,80	0,50
México	0,560	0,90	0,40	0,20	0,70	0,60
Reino Unido	0,760	1,00	1,00	0,50	0,70	0,60
Rússia	0,600	1,00	0,30	0,40	0,60	0,70
Turquia	0,580	0,90	0,50	0,60	0,40	0,50

Fonte: Autoria própria.

Extrai-se da Tabela 26 que diversos países membros do G20, à exceção de China (0,20) e Índia (0,30) possuem alto índice de Qualidade do Ar. Ratifica-se então que nesses dois países, salvo melhor juízo, a população está exposta a níveis não saudáveis de poluição.

Em relação ao indicador Recursos Hídricos verifica-se que a Alemanha, Austrália, Itália e Reino Unido demonstram preocupação com a qualidade nesse quesito, uma vez que obtiveram score máximo no indicador (1,00), em contraponto, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Brasil, China, Índia, Indonésia, México e

Rússia se encontram na base inferior do indicador, variando de 0,1 (caso do Brasil) a 0,4 (México). Da mesma forma, verifica-se que o Arábia Saudita, Argentina, Brasil, Canadá, Estados Unidos e México demonstram as piores colocações em relação a sua cobertura florestal, o que pode estar a demonstrar uma diminuição significativa da cobertura arbórea.

Em relação ao indicador Biodiversidade e Habitats extrai-se que Alemanha e Arábia Saudita possuem os melhores indicadores (1,0), pressupondo-se a conservação dos habitats e das espécies locais. Não obstante não se pode falar o mesmo dos países com indicador incipiente nesse quesito, com destaque para a Indonésia com nota 0,1 de 1,0 possíveis.

Ademais, em relação a Clima e Energia verifica-se que China, Rússia e Alemanha reduziram de emissão de CO₂ com o passar do tempo. Em contraponto, verifica-se que a Argentina possui o pior indicador. Por fim, constata-se que o país mais voltado ao fomento ambiental, dentre os indicadores selecionados, é a Austrália (0,880), seguida da Itália (0,780) e Alemanha (0,780). Ressalta-se que esses três países demonstram bons *scores* em todos os indicadores que compõem o pilar, fato de ratifica a preocupação desses países com as questões ambientais.

6.4 PILAR SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS

O pilar solução pacífica de conflitos tem como objetivo examinar, na governança global, os países que resolvem seus desacordos com soluções pacíficas e não pelo uso da força nas relações internacionais. Para tanto, selecionou-se no Índice Global (IGP) os seguintes indicadores: Financiamento de paz da ONU; Armas nucleares ou pesadas; Exportação de Armas; Relação entre países vizinhos; Número, duração e papel nos conflitos externos; Número de mortes em conflitos organizados; Despesas Militares e Forças Armadas. A Tabela 27 examina os scores dos indicadores selecionados.

Tabela 27 - Resultado pilar solução pacífica de conflitos

Pilar Solução Pacífica de Conflitos		Variáveis agregadas e pesos								
		Financto Paz ONU	Armas Nucleares ou pesadas	Exportação Armas	Relação países vizinhos	Nr/dur ação/p apel confl externo	Nr. Mortes em Conflito	Despesas Militares	Forças Armadas	
		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
ESTADOS *PAÍSES) DO G-20		Valor do pilar solução pacífica de conflitos = \sum (indicadores*pesos)* peso da variável agregada	Indicadores e pesos							
			Financto Paz ONU	Armas Nucleares ou pesadas	Exportação Armas	Relação países vizinhos	Nr/dur ação/p apel confl externo	Nr. Mortes em Conflito	Despesas Militares	Forças Armadas
		0,25	0,20	0,15	0,10	0,10	0,15	0,10	0,10	0,10
África do Sul	0,863	0,75	0,75	1,00	0,75	1,00	1,00	1,00	1,00	0,75
Alemanha	0,850	1,00	0,75	0,50	1,00	0,75	1,00	0,75	0,75	1,00
Árabia Saudita	0,675	0,50	0,50	1,00	0,50	1,00	1,00	0,25	0,25	0,75
Argentina	0,863	0,75	0,75	1,00	0,75	1,00	1,00	0,75	0,75	1,00
Austrália	0,825	1,00	0,75	1,00	1,00	0,25	1,00	0,75	0,75	1,00
Brasil	0,775	0,75	0,75	1,00	1,00	0,25	1,00	0,75	0,75	1,00
Canadá	0,838	1,00	0,75	0,75	1,00	0,50	1,00	0,75	0,75	1,00
China	0,725	0,75	0,00	1,00	0,50	1,00	1,00	0,75	0,75	1,00
Coreia do Sul	0,638	0,75	0,25	1,00	0,25	0,50	1,00	0,75	0,75	0,75
Estados Unidos	0,550	1,00	0,00	0,50	0,75	0,00	0,75	0,50	0,50	1,00
França	0,650	0,75	0,00	0,50	1,00	0,50	1,00	0,75	0,75	1,00
Índia	0,700	0,75	0,00	1,00	0,50	1,00	0,75	0,75	0,75	1,00
Indonésia	0,863	0,75	0,75	1,00	0,75	1,00	1,00	0,75	0,75	1,00
Itália	0,788	0,75	0,50	0,75	1,00	0,75	1,00	0,75	0,75	1,00
Japão	0,800	0,75	0,50	1,00	0,50	1,00	1,00	0,75	0,75	1,00
México	0,888	0,75	0,75	1,00	1,00	1,00	1,00	0,75	0,75	1,00
Reino Unido	0,613	0,75	0,00	0,75	1,00	0,25	0,75	0,75	0,75	1,00
Rússia	0,575	0,75	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,75	0,75	1,00
Turquia	0,750	1,00	0,25	1,00	0,50	0,75	1,00	0,75	0,75	0,75

Fonte: Autoria própria.

Inicialmente infere-se do *escore* obtido no indicador Financiamento Paz da ONU, no qual vários países obtiveram nota máxima (1,0), o que demonstra o comprometimento dos países, entre eles Estados Unidos, Austrália, Turquia, Canadá e Alemanha, com o pagamento em dia de missões da paz. Por outro lado, em relação ao indicador armas nucleares verifica-se que a Índia, França, Rússia, Reino

Unido, Estados Unidos e China receberam *score* zero o que se pressupõe grande quantidade de armas pesadas em seu acervo.

Em relação a exportação de armas, examina-se que a maioria dos países não tem um volume expressivo exportação de armas entre 2009 e 2013 (prazo medido pelo indicador), contudo, destaca-se que a Rússia foi considerada o maior exportador de armas dentre os países estudados. No mesmo sentido a Rússia ainda pode ser considerado o país mais agressivo sob aspecto da intensidade de brigas entre vizinhos.

Em relação ao indicador Número, duração e papel em conflitos externos verifica-se que só os Estados Unidos, Reino Unido e Índia apresentaram a maior quantidade de conflitos externos no ano de 2014, os outros países estudados possuem pontuação 1,0 o que demonstra baixa participação nesse quesito.

Já o *escore* das despesas militares, por sua vez, demonstra que a Arábia Saudita foi o país que mais gastou em despesas militares desembolsadas pelo governo central ou federal para financiamento das forças armadas. Ainda, o indicador Serviços Militares demonstra que cada país integrante do G20 possui entre 660,94 a 1.311,90 milhões de militares ativos.

Por fim, conforme depreende-se da Tabela 27 verifica-se que os países com o maior *score* no Pilar Solução Pacífica de Conflitos é o México, isso porque o Estado-nação paga em dia suas contribuições com a ONU, não possui um estoque de armas nucleares ou pesadas expressivo, tem uma boa relação com os vizinhos, não houveram mortes em batalhas, possuem uma despesa militar relativamente baixa e poucos militares ativos. Contudo, os Estados Unidos (0,550) e a Rússia (0,575), por motivos óbvios são os países estudados que mais se afastam da promoção da Paz na governança global. A Rússia tem uma relação ruim com seus vizinhos e há relevante exportação de armas. Já os Estados Unidos estão envolvidos em conflitos externos e ambos países possuem um acervo expressivo de armas pesadas ou nucleares.

6.5 RANKING POR PAÍS DO ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA GLOBAL (IGovG)

A governança global é formada por Estados, Organizações não Governamentais, Multinacionais, Organizações Internacionais com a finalidade de administrar as relações internacionais (ROSENAU; CZEMPIEL, 1992; KEOHANE, 2002; RISSE, 2004; WILKINSON, 2005; GONÇALVES; COSTA, 2011).

Nesta perspectiva optou-se por avaliar apenas Estados-nações como indutor da governança global. E, após o agrupamento de temas chaves (Tabela 1) e a frequência de ocorrência destes nas diferentes fontes de pesquisa, estabelece-se o conceito próprio dessa modalidade de governança que sob o aspecto analítico pretende resolver problemas globais derivados da globalização (econômicos, sociais, ecológicos) por meio de uma solução pacífica de conflitos. Os próximos passos foram os desmembramentos dos pilares e após na identificação de indicadores que aplicados às fórmulas geraram os resultados constantes nas seções 6.2, 6.3 e 6.4. Nesta seção verifica-se, então, os Resultados obtidos pelos respectivos países em cada pilar do IGovG, bem como o seu próprio valor extraído para cada país, conforme se vê na Tabela 28.

Tabela 28 - Notas obtidas do IGovG por país membro do G20

(continua)

FORMAÇÃO DO IGovG	PILARES DO IGovG				
Valor do índice de Governança Global- IGovG	Valor dos Pilares				Solução Pacífica de Conflitos
	Econômico	Social	Ambiental	Solução Pacífica de Conflitos	
Pesos das Variáveis Agregadas	1,00	0,25	0,25	0,25	0,25
África do Sul	0,6781	0,545	0,605	0,700	0,863
Alemanha	0,7750	0,745	0,724	0,780	0,850
Arábia Saudita	0,5563	0,598	0,411	0,540	0,675
Argentina	0,5494	0,463	0,492	0,380	0,863
Austrália	0,7631	0,728	0,619	0,880	0,825

Tabela 28 - Notas obtidas do IGovG por país membro do G20

(conclusão)

FORMAÇÃO DO IGovG	PILARES DO IGovG				
	Valor do índice de Governança Global- IGovG	Valor dos Pilares			Solução Pacífica de Conflitos
		Econômico	Social	Ambiental	
Pesos das Variáveis Agregadas	1,00	0,25	0,25	0,25	0,25
Brasil	0,5700	0,543	0,462	0,500	0,775
Canadá	0,7450	0,738	0,765	0,640	0,838
China	0,5569	0,530	0,553	0,420	0,725
Coreia do Sul	0,5900	0,638	0,485	0,600	0,638
Estados Unidos	0,6663	0,708	0,765	0,640	0,550
França	0,6756	0,680	0,712	0,660	0,650
Índia	0,5244	0,513	0,564	0,320	0,700
Indonésia	0,5413	0,505	0,338	0,460	0,863
Itália	0,6963	0,575	0,643	0,780	0,788
Japão	0,7394	0,750	0,687	0,720	0,800
México	0,5600	0,430	0,362	0,560	0,888
Reino Unido	0,6969	0,703	0,711	0,760	0,613
Rússia	0,5819	0,430	0,723	0,600	0,575
Turquia	0,6413	0,590	0,645	0,580	0,750

Fonte: Autoria própria.

Para melhor ilustrar o resultado, foi elaborado o cartograma da Figura 6, no qual é possível visualizar a distribuição geográfica dos resultados:

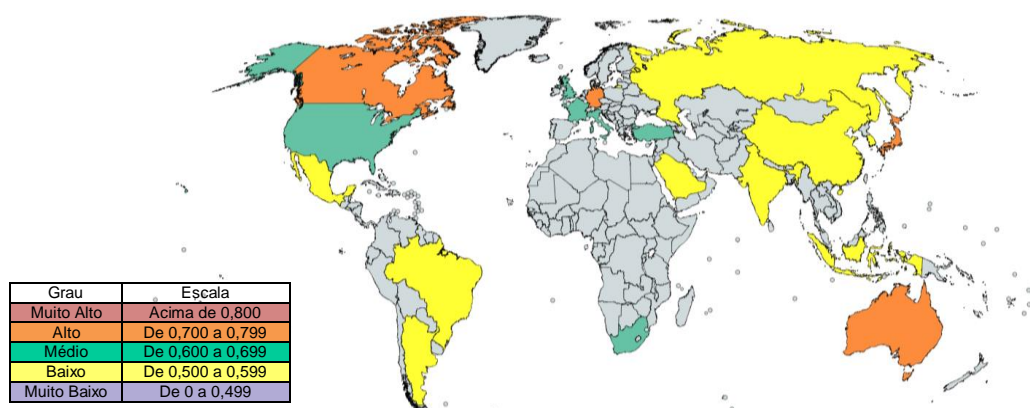


Figura 6 - Mapeamento dos resultados do IGovG
Fonte: Autoria própria.

Apresentados os resultados, expõe-se um ranking das notas auferidas distribuídos de acordo com o escalonamento previsto para o IGovG, Tabela 29:

Tabela 29 - Ranking do IGovG: por estado membro do G20

RANKING	PAÍSES MEMBROS DO G20	VALOR DO ÍNDICE IGovG 2014
1º	Alemanha	0,7750
2º	Austrália	0,7631
3º	Canada	0,7450
4º	Japão	0,7394
5º	Reino Unido	0,6969
6º	Itália	0,6963
7º	África do Sul	0,6781
8º	França	0,6756
9º	Estados Unidos	0,6663
10º	Turquia	0,6413
11º	Coreia do Sul	0,5900
12º	Rússia	0,5819
13º	Brasil	0,5700
14º	México	0,5600
15º	China	0,5569
16º	Arábia Saudita	0,5563
17º	Argentina	0,5494
18º	Indonésia	0,5413
19º	Índia	0,5244

Fonte: Autoria própria.

Analisando os resultados da Tabela 29, observa-se que nenhum país membro do G20 situou-se no grau de governança muito baixo, com escore do IGovG inferior a 0,500. Também nenhum deles atingiu grau muito alto, equivalente à nota superior a 0,800.

Assim, verifica-se que a Alemanha, Japão, Austrália e Canadá obtiveram pontuação acima de 0,700 o que equivale ao alto grau de governança global medido pelo IGovG. Essa primeira conclusão demonstra que, esses países com maior ranking dentre os demais países membros do G20, buscam a solução pacífica para os problemas coletivos internacionais, tem bom desenvolvimento econômico- social e cuidados ambientais.

Como exemplo, ao se analisar os scores do IGovG e dos indicadores que ensejaram seu resultado tem-se que os países entre as maiores colocações no

índice obtiveram notas mais baixas em relação as variáveis agregadas relacionadas no pilar social devido ao seu mau desempenho no indicador migração líquida, o que pode demonstrar uma dificuldade desses países com a recepção de estrangeiros.

Continuando a análise dos resultados, Reino Unido, Itália, África do Sul, França, Estados Unidos e Turquia ficaram com notas (IGovG) entre 0,600 e 0,699 no grau médio de governança global. Observa-se que África do Sul, Turquia e Rússia e Itália apresentaram desempenho mediano no IGovG principalmente pela sua nota no pilar econômico, especialmente no que tange a transparência financeira. No entanto, mesmo que a África do Sul possua uma pontuação ruim na questão da transparência financeira, sua dificuldade maior está no combate a corrupção.

Por fim, 9 países ficaram na faixa de grau baixo do índice: Brasil (0,5700); México (0,5600); China (0,5569); Arábia Saudita (0,5563); Argentina (0,5494), Indonésia (0,5413); e Índia (0,5244), com o menor grau de IGovG.

O Brasil possui suas piores pontuações na migração líquida, sendo que em 2014 cento e noventa mil pessoas emigraram do país a mais do que imigraram. Ademais, o país obteve péssimas notas no pilar ambiental, em particular no indicador Recursos Hídricos que mede a quantidade de água tratada (0,10) e também no indicador desmatamento, em que recebeu a nota (0,10). Na Arábia Saudita as dificuldades ficaram por conta do número de refugiados visto que 96 pessoas entraram a mais com status de refugiado do que saíram do país. Ainda, assim como o Brasil, o país também possui baixo score no indicador Recursos Hídricos.

A Argentina, por sua vez, tem o maior nível de desmatamento dentre os países do G20, além de ter recebido notas ruins no pilar econômico, mais especificamente no indicador Controle de Corrupção (0,33) e Estado de Direito (0,18). Ademais, na China também há problemas ambientais medidos pelos indicadores da Qualidade do Ar e Recursos Hídricos que impactaram negativamente no score final do Estado-Nação.

No mesmo sentido, a Indonésia também demonstra baixos scores nos recursos hídricos, biodiversidade e habitat. No México as dificuldades mais relevantes encontram-se em relação à migração e ao desmatamento. Por fim, a Rússia também demonstra scores abaixo da média nos indicadores recursos hídricos e desmatamento. No entanto, o pior score Russo está na solução pacífica

de conflitos, especificamente em Armas Nucleares ou Pesadas (0,00), Exportação de Armas (0,00), Relação com vizinhos (0,00).

7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA NOVOS ESTUDOS

Neste capítulo são trazidas as considerações sobre o atendimento aos objetivos definidos na pesquisa, resposta ao problema proposto, bem como o reconhecendo-se as limitações e delimitações do estudo, e possíveis contribuições para a realização de trabalhos futuro.

7.1 ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DA PESQUISA

Conforme tratado no capítulo introdutório o objetivo geral dessa pesquisa foi desenvolver um modelo para a criação de um índice aplicável à mensuração da governança global. Assim, respaldado pelos resultados da pesquisa bibliográfica e documentais, mais a metodologia para Cálculo do Índice de Avaliação da Governança Global (IGovG) é possível a comprovação do atingimento do objetivo geral pela observação da metodologia proposta nos capítulos 5 e 6, atendendo-se assim ao que se propunha, destacando-se, também, a resposta à questão de pesquisa, no sentido de é sim possível desenvolver tal modelo, pautado nos pilares inerentes à Governança Global; nos indicadores publicizados por órgãos e instituições internacionalmente reconhecidas; e na agregação desses indicadores em variáveis, consolidando-se a partir do emprego de pesos a eles atribuídos, consoante a pressuposição de suas importâncias relativas ao processo da formação do IGovG.

Já em relação aos objetivos específicos sobre mapear conceitos de governança e suas formas, com ênfase na global; bem como referente à proposição de um conceito síntese de governança global, são trazidos no capítulo 2 a discussão acerca da Governança como ferramenta de planejamento e gestão, perpassando pela corporativa e também pela pública, enfatizando-se a Governança Global.

Por sua vez, o objetivo específico de definir os indicadores a serem ponderados a partir do conceito proposto, pode ser visualizado na seção 2.4 do capítulo 2 os pilares da governança global e a definição dos indicadores e índices utilizados. Consoante ao objetivo específico sobre especificar a metodologia de

proposição dos indicadores que compõem o índice de governança global, tal situação pode ser verificado no capítulo 5. E, por fim, o objetivo específico simular a aplicação do índice proposto comparando os resultados dos países do G20 encontra-se respaldado no capítulo 6 com a apresentação e Análise dos Resultados da Aplicação do IGovG.

7.2 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Dentre as contribuições visualizadas, é possível destacar inicialmente, a importância de se desenvolver um estudo bibliométrico sobre o tema da governança global, pois, com essa seleção foi possível eleger os principais autores sobre o tema, compilando-os nesta dissertação como fontes fecundas para pesquisas futuras. Essa escolha de autores relevantes foi fundamental para aumentar a credibilidade da formulação do conceito próprio da governança global, e porque não dizer, também do próprio modelo metodológico para o desenvolvimento do IGovG.

Ademais, verifica-se a relevância de se analisar a teoria da governança global sob os vieses analítico e normativo desenvolvidos por Dingwerth e Pattberg (2006), pois, existe uma grande quantidade de teorias sobre o tema e a utilização dessa classificação auxilia o seu entendimento.

Nesta direção, outra contribuição possível de ser apontada, é a formulação não só de um conceito próprio de governança global, mas de conceitos próprios para todos os pilares formulados, utilizando-se como base a frequência de ocorrência por perspectiva, dos temas nas fontes pesquisadas. A construção de um conceito baseado em autores relevantes sobre o tema auxilia a sintetização dessas teorias bem como fomenta novas visões a respeito dos conteúdos.

Um outro ponto diferencial propiciado por este estudo é a proposta de modelo metodológico composto passo a passo com vistas a orientar as pessoas interessadas em aplicar a metodologia desenvolvida. Sob esse foco, verifica-se que a formulação de indicadores admite seu pronto entendimento devido sua aptidão comparativa. Portanto, o desenvolvimento de uma metodologia do IGovG traz a

possibilidade de maior discussão sobre o tema e sobre necessidades de maior aplicabilidade dessa teoria.

Ademais, outra contribuição possível de ser apontada é a observação sobre as direções dos países do G20 em relação a governança global. Conclui-se que a maioria dos países não estão alinhados com as esperadas preocupações na área ambiental, econômica, social e solução pacífica de conflitos. Nota-se que nesses quatro pilares há uma divisão entre países desenvolvidos e ou denominados em “desenvolvimento”, pois os países Europeus, conjuntamente com Estados Unidos, Canadá e Austrália encontram-se entre os países com Índice de Governança Global alto ou mediano. Por outro lado, simetricamente os outros países como China, Brasil, Argentina, Rússia, Coreia do Sul apresentam IGovG baixo. Não obstante a África do Sul e a Turquia fogem desse padrão demonstrando boas pontuações e encontram-se com médio desempenho no IGovG.

Ainda, foi possível perceber que países com alto IGovG, tais como Alemanha, Japão e Austrália possuem seus piores indicadores no pilar social, mais especificamente no indicador migração. No entanto a Austrália tem a maior nota no indicador Estado de Direito e no Controle de Corrupção o que demonstra que não só esse país se destaca por ser confiável no que se refere à execução de seus contratos, o respeito ao direito de propriedade ainda possui mecanismos de combate a corrupção. Além disso, em relação ao Índice Basel AML nota-se um contrassenso pois a Argentina foi o país com maior transparência fiscal e financeira, e, contudo, ela obteve notas baixas em relação ao Estado de Direito e Controle de Corrupção. Nesse exemplo verifica-se que nem sempre a transparência necessariamente é o único elemento relevante para o Combate a Corrupção e confiabilidade jurídica.

Merece destaque o fato de que os países com médio desempenho na governança global demonstram mais dificuldade no indicador transparência fiscal e financeira. Ressalta-se que os Estados Unidos fogem um pouco do padrão por estarem desalinhados com o pilar promoção da paz. Nesse contexto é importante ressaltar que o México é o país que mais se destacou nesse pilar, o que se explica pelo indicador agregado selecionado voltar-se à promoção da paz internacional, externa do Estado, e, portanto, mesmo o país tendo sido considerado violento internamente, externamente ele é o mais pacífico dentro os país do G20.

E por fim, os Estados-Nação com baixa performance no IGovG geralmente encontram-se com dificuldade nas áreas ambiental e social. Destaca-se que a

Rússia é o país que mais se afasta da promoção da paz, isso porque tem uma relação considerada ruim com os vizinhos e considerável exportação de armas. Ainda, em se tratando do pilar ambiental verifica-se que o Brasil está entre as nações com as piores colocações no que se refere à diminuição da cobertura florestal.

Portanto, conclui-se que a governança global é uma oportunidade para os Estados fazerem parte dessa “nova” sociedade internacional mais plural e difusa que promove, de forma pacífica, o desenvolvimento econômico, social e ambiental. No entanto, nenhum país atingiu, dentre os estudados, o score máximo, o que significa que, mesmo aqueles países com alto grau de desenvolvimento econômico, têm problemas migracionais ou relacionados à promoção da paz. Já os países em desenvolvimento mostram maior dificuldade em áreas sociais e ambientais.

Dessa forma, nota-se que mesmo vivendo em um mundo globalizado em que há uma mudança do conceito tradicional de soberania, os Estados ainda não estão preparados para realizarem cooperações e resolver seus problemas comuns. Exemplifica-se com a questão da migração e da promoção da paz, pois enquanto não são resolvidos os problemas migratório e a solução das guerras, é difícil imaginar colaborações entre países. Da mesma forma, se o país não combater a corrupção, não possuir um sistema jurídico transparente, não promover direito humanos, torna-se inimaginável pensar em um sistema mais internacionalizado de governos onde a pessoa é considerada primeiramente um ser humano e em um segundo lugar uma nacionalidade.

Assim, espera-se que o presente trabalho tenha contribuído para indicar dificuldades dos países quanto à governança global; e também para preencher uma lacuna na literatura da área. Assim, fica a expectativa de que esta contribuição tenha provocado a discussão sobre o assunto, instigando novos estudos e desenvolvimentos de aplicações práticas. Logo deixa-se como sugestão para trabalhos futuros a aplicação do Índice em outros Estados Nações do mundo, analisando-se comparativamente os resultados nos grupos em nível de blocos econômicos e distribuições geográficas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paula. W.; BARRETO, Rafael Z. **Direito das Organizações Internacionais**: casos e problemas. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

ARNDT, Christiane; OMAN, Charles. **Development Centre Studies Uses and Abuses of Governance Indicators**. Paris: OECD Publishing, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BANCO MUNDIAL. **Country Policy and Institutional Assessment**. Abrangência 2004-2015. 2014. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/data-catalog/CPIA>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

BASEL INSTITUTE ON GOVERNANCE. **Basel AML Index 2014 Report**. Disponível em: <https://index2015.baselgovernance.org/sites/default/files/aml-index/Basel_AML_Index_Report_2015.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.

BEDIN, Gilmar. **Direitos Humanos e Desenvolvimento**: algumas reflexões sobre a constituição do direito ao desenvolvimento, 2003. Disponível em: <<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/70>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

BHAGWATI, Jagdish. **In defense of globalization**: With a new afterword: Oxford University Press, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma teoria geral da política. 10. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1986.

BÖRZEL, Tanja A.; RISSE, Thomas. Governance without a state: Can it work?. **Regulation and Governance**, v. 4, n. 2, p. 113-134, jun. 2010. doi:10.1111/j.1748-5991.2010.01076.x.

BRASIL. **Indicadores de programas**: guia metodológico. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2010.

BRADFORD, Colin I. Anticipating the future: a political agenda for global economic governance. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, p. 118-134, 2003.

Disponível em: <http://www.brookings.edu/gs/bradford_anticipating.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Economia política da desgovernança global. **Estudos Econômicos**, v. 37, n. 3, p. 463-486, jul/set. 2007. doi:10.1590/S0101-41612007000300001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612007000300001&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 03 jan. 2015.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CASTELLS, Manuel. Global Governance and Global Politics. **Political Science and Politics**, v. 38, n. 1, p. 9-16, jan. 2005. doi:10.1017.S1049096505055678. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=285500&fileId=S1049096505055678>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

CLARK, William; MITCHELL Ronald B.; CASH, David W. **Evaluating the Influence of Global Environmental Assessments**. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=4EUPpN3hMwMC&oi=fnd&pg=PA307&dq=MITCHELL%3B+CASH%3B+CLARK+2006&ots=bVkp8RzZJz&sig=xoeAMmJxfqyWcROBq_gm_8bC-2o.>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

CHÂTELET, François; KOUCHNER, Évelyne P. **As concepções políticas do século XX**: história do pensamento político. Zahar: Rio de Janeiro, 1983.

CHEAH, Pheng. **Inhuman conditions**: on cosmopolitanism and human rights. New York: Harvard University Press, 2006.

CHINKIN, Christine. The role of non-governmental organizations in standard setting, monitoring and implementation of human rights. In: NORTON, Joseph J.; ANDENAS, Made; FOOTER, Mary. (Eds.). **The changing world of International Law in the twenty-first century**: a tribute to the late Kenneth R. Simmonds. The Hague: Kluwer Law International, 1998. p. 45-66.

COMISSÃO PARA GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa Comunidade Global**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DAILLIER, Patrick; DINH, Nguyen Q.; PELLET, Allain. **Direito internacional público**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

DAVIS, Kevin E.; FISHER, Angeline; KINGSBURY, Benedict; MERRY, Sally E. **Global Governance by Indicators: Global Power through Quantification and Rankings**. London: Oxford University Press, 2012. Disponível em: <<http://www.iilj.org/documents/GovernancebyIndicators.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

DEACON, Bob. **Global social policy: International organizations and the future of welfare**: Sage, 1997.

DINIZ, Eli. Globalização, reforma do estado e teoria democrática contemporânea. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 13-22, out/dez. 2001. doi: 10.1590/S0102-88392001000400003. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago. 2015.

DINGWERTH, Klaus; PATTERBERG, Philipp. Global governance as a perspective on world politics. **Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations**, v. 12, n. 2, p. 185-203, abr. 2006. Disponível em: <<http://journals.riener.com/doi/abs/10.5555/ggov.2006.12.2.185>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

DUNNING, John H. **Governments, Globalization and International Business**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

EBRARY. **Company**. Disponível em: <<http://www.ebrary.com/corp/company.jsp>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FMI. **Good Governance: The IMF's Role**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/exrp/govern/govindex.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

FRANÇOIS, Renaud. **WGI: World Governance Index (Report 2009) - Why Should World Governance Be Evaluated and for what purpose**. October 2008. Disponível

em: <<http://www.world-governance.org/article469.html?lang=en>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

FRIEDMAN, E.; HOCHSTETLER, K.; CLARK, A. M. **Sovereignty, democracy, and global civil society**: State-society relations at UN world conferences. Nova York: State University of New York, 2005.

FRIEDEN, Jeffry. **Global economic governance after the crisis**. 2012. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2516.2012.00391.x/abstract;jsessionid=F50AF55953474FC668C919EA2F2A767B.f04t01?userIsAuthenticated=false&deniedAccessCustomisedMessage=>>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

GONÇALVES, Alcindo; COSTA, José Augusto F. **Governança Global e regimes internacionais**. São Paulo: Almedina, 2011.

GOUREVITCH, Peter A.; SHINN, James. **Political Power and Corporate Control**: The New Global Politics of Corporate Governance. Princeton: Princeton University Press, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

HOLZBACH, Rafael. **Critérios para avaliação de aspectos de sustentabilidade em projetos de inovação tecnológica**: uma proposta para agências de fomento. Disponível em: <http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/dissertacoes/2012/ppgte_dissertacao_358_2012.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.

HALL, Anthony; MIDGLEY, James. **Social policy for development**. 2004. Disponível em: <<http://www.ardaykaab.com/wp-content/uploads/2014/07/Social-Policy-for-Development.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

HELD, David; MCGREW, Anthony; GOLDBLATT, David, PERRATON; Jonathan. **Global transformations**: politics, economics and culture. Stanford: Stanford University Press, 1999.

HOLZSCHEITER, Anna. Discourse as Capability: Non-State Actor's Capital in Global Governance. **Millennium - Journal of International Studies**, v. 33, n. 3, p. 723-746, jun. 2005. doi:10.1177/03058298050330030301. Disponível em: <<http://mil.sagepub.com/content/33/3/723.short>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

INSTITUTE FOR ECONOMIC E PEACE. **2015 Global Peace Index**. Disponível em: <http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2015/06/Global-Peace-Index-Report-2015_0.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.

JACKSON, John H. Sovereignty-Modern: A new approach to an Outdated Concept. **The American Journal of International Law**, v. 97, n. 4, p. 782-802, out. 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3133680?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 22 jun. 2015.

JÖRGENS, Helge. **Governance by Diffusion- Implementing Global Norms through Cross-National Imitation and Learning**. 2003. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=652942>. Acesso em: 22 jun. 2015.

JOSSELIN, Daphné; WALLACE, William. **Non-state actors in world politics**. London: Palgrave Publishers Ltd., 2003.

KASPERSON, Jeanne; KASPERSON, Roger. **Global environmental risk**. Tokyo: Routledge, 2013.

KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart. **Governance indicators: Where are we, where should we be going?**. November 2007. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/KraayKaufmannGovernanceIndicatorsSurveyNov12.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart. **The worldwide governance indicators (WGI) project**. Disponível em: <<https://info.worldbank.org/governance/wgi/index.asp>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

KEOHANE, Robert O. **Global Governance and Democratic Accountability**. 2002. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/apcity/unpan034133.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

KERN, Alexander; DHUMALE, Rahul; EATWELL, John. **Global governance of financial systems: the international regulation of systemic risk**. Oxford University Press, 2006.

KETTLE, Donald F. **The Transformation of Governance**: Public Administration for Twenty First Century. Baltimore: Johns Hopkins University, 2002.

KJEAR, Anne M. **Governance**: key concepts. Cambridge: Wiley Press, 2004.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 3, p. 479-499, mai/jun. 2006. doi:10.1590/S0034-76122006000300008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago. 2015.

KRISCH, Nico; KINGSBURY, Benedict. Introduction: Global Governance and Global Administrative Law in the International Legal Order. **European Journal of International Law**, 17, n. 1, p. 1-13, fev. 2006. doi:10.1093/ejil/chi170. Disponível em: <<http://ejil.oxfordjournals.org/content/17/1/1.short>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

LOESCHER, Gil. **Beyond charity**: International cooperation and the global refugee crisis: Oxford University Press, 1993.

MACEY, Jonathan R. **Corporate Governance**: Promises Kept, Promises Broken. Princeton: Princeton University Press, 2008.

MALACRIDA, Mara Jane C.; YAMAMOTO, Marina M. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 17, n. esp., p. 65-79, ago. 2006. doi: 10.1590/S1519-70772006000400006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v17nspe/v17nspea06.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

MARCHETTI, Raffaele. **The Role of Civil Society in Global Governance**. Disponível em: <http://www.iss.europa.eu/uploads/media/Civil-Society_Report.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2015.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2011.

MATIAS-PEREIRA, José. **Governança no setor público**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MAYNTZ, Renate. Embedded theorizing: perspectives on globalization and global governance. In: BRÖCHLER, Stephan; LAUTH, Hans-Joachim. (Eds.). **Politikwissenschaftliche Perspektiven**. Deutschland: VS Verlag für Sozialwissenschaftenpp, 2008. p. 93-116. Disponível em: <http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-531-91179-3_6>. Acesso em: 03 jan. 2015.

MENEZES, Wagner. **Tribunais internacionais: jurisdição e competência**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MELLO, Celso Duvivier de A. **Curso de Direito Internacional Público**. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MILWARD, H. Brinton; PROVAN, Keith G. **Governing the Hollow State**. 2000. Disponível em: <<http://jpart.oxfordjournals.org/content/10/2/359.full.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

MIMICOPOULOS, Michael G.; KYJ, Lada; SORMANI, Nicolas; BERTUCCI, Guido; QIAN, Haiyan. **Public governance indicators: A literature review**, 2007. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan027075.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

MOLDAN, Bedřich; JANOUŠKOVÁ, Svatava; HÁK, Tomáš. How to understand and measure environmental sustainability: Indicators and targets. **Ecological Indicators**, v. 17, p. 4-13, jun. 2012. doi:10.1016/j.ecolind.2011.04.033. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1470160X11001282>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

MORALES, Daniel. **Transnational social policies: The new development challenges of globalization**: IDRC, 1999.

MORCK, Randall K. **A History of Corporate Governance around the World: Family Business Groups to Professional Managers**. Chicago: University of Chicago, 2006.

NEWMAN, Janet E. **Modernizing Governance: New Labour, Policy and Society**. London: Sage Publications, 2011.

NORMAND, Roger; ZAIDI, Sarah. **Human rights at the UN: The political history of universal justice**: Indiana University Press, 2008.

NOWROT, Karsten. Legal consequences of globalization: The status of non-governmental organizations under international law. **Indiana Journal of Global Legal Studies**, v. 6, n. 2, p. 579-645, 1999. Disponível em: <<http://www.repository.law.indiana.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1163&context=ijgls>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

OLIVEIRA, Antonio G.; PISA, Beatriz J. IGovP: Índice de avaliação da governança pública: instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 5, p. 1263-1290, set/ out. 2015. doi:10.1590/0034-7612136179. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122015000501263&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 15 mar. 2016.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. **Better Policies for Development: Recommendations for Policy Coherence**. 2011. Disponível em: <http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/development/better-policies-for-development_9789264115958-en#page3>. Acesso em: 07 jun. 2015.

O'BRIEN, Robert; WILLIAMS, Marc; GOETZ, Anne M.; SCHOLTE, Jan A. **Contesting Global Governance: Multilateral Economic Institutions and Global Social Movements**. London: Cambridge University Press, 2000.

PNUD. **Declaração do Milênio**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2015.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2014**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais>. Acesso em: 03 jan. 2015.

PISA, Beatriz. **Uma Proposta para o Desenvolvimento do Índice de Avaliação da Governança Pública (IGovP): Instrumento de Planejamento e Desenvolvimento do Estado**. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/818/1/CT_PPGPGP_M_Pisa,%20Beatriz%20Jackiu_2014.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2015.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: Curso Elementar**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RISSE, Thomas. Global Governance and Communicative Action. **Government and Opposition**, v. 39, n. 2, p. 288-313, 2004. doi:10.1111/j.1477-7053.2004.00124.x.

RHODES, Roderick Arthur W. The New Governance: Governing without Government. **Political Studies**, v. 44, n. 4, p. 652-667, set. 1996. doi:10.1111/j.1467-9248.1996.tb01747.x. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9248.1996.tb01747.x/abstract>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

RHODES, Roderick Arthur W. Understanding Governance: Ten Years On. **Organization Studies**, v. 28, n. 8, p. 1243-1264, ago. 2007. doi:10.1177/0170840607076586. Disponível em: <<http://oss.sagepub.com/content/28/8/1243.abstract>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto. **Governance without Government: Order and Change in World Politics**. London: Cambridge University Press, 1992.

SCHOLTE, Jan A. Civil Society and Democratically Accountable Global Governance. **Government and Opposition**, v. 39, n. 2, p. 211-233, mar. 2004. doi:10.1111/j.1477-7053.2004.00121.x. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1477-7053.2004.00121.x/abstract>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

SCIELO. **Scientific Electronic Library Online**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/?lng=pt>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

SECCHI, Leonardo. Modelos Organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 2, p. 347-369, mar/abr. 2009. doi:10.1590/S0034-76122009000200004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n2/v43n2a04.pdf>> Acesso em: 07 jun. 2015.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SICHE, Raúl; AGOSTINHO, Feni; ORTEGA, Enrique; ROMEIRO, Ademar. Índices versus indicadores: Precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambiente e Sociedade**, v. 10, n. 2, p. 137-148, jul/dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a09v10n2.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

SHIELDS, David J.; ŠOLAR, Slavko V.; MARTIN, William E. The role of values and objectives in communicating indicators of sustainability. **Ecological Indicators**, v. 2,

n. 1-2, p. 149-160, nov. 2002. doi:10.1016/S1470-160X(02)00042-0. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1470160X02000420>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

SILVA, Roberto L. **Direito Internacional Público**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

SOARES, Mário Lúcio Q. **Teoria do Estado**: Novos Paradigmas em face da Globalização. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SPETH, James G.; HAAS, Peter. **Global Environmental Governance**: Foundations of Contemporary Environmental Studies. Washington, DC: Island Press, 2006.

STATE SECRETARIAT FOR ECONOMIC AFFAIRS - SECO. **Economic Governance**. Disponível em: <<http://www.seco-cooperation.admin.ch/themen/00911/00912/?lang=en>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

STOKER, Gerry. Governance as theory: five propositions. **International Social Science Journal**, v. 50, n. 155, p. 17-28, 1998. doi:10.1111/1468-2451.00106. Disponível em <<http://catedras.fsoc.uba.ar/rusailh/Unidad%201/Stoker%202002,%20Governance%20as%20theory,%20five%20propositions.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

STIGLITZ, Joseph E.; SEN, Amartya; FITOUSSI, Jean-Paul. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**. 2009. Disponível em: <http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/dossiers_web/stiglitz/doc-commission/RAPPORT_anglais.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2015.

SOARES, Guido Fernando S. **Curso de direito internacional público**. São Paulo: Atlas, 2002.

SUDDERS, Matthew; NAHEM, Joachim. **Governance Indicators**: A User's Guide. 2007. Disponível em <<http://www.eldis.org/go/home&id=57630&type=Document#.Vf8WqdJViko>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

TABB, William K. **Economic Governance in the Age of Globalization**. Nova York: Columbia University Press, 2004.

THAKUR, Ramesh; LANGENHOVE, Luk V. Enhancing global governance through regional integration. **Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations**, v. 12, n. 3, p. 233-240, jul/set. 2006. Disponível em: <<http://journals.rienner.com/doi/abs/10.5555/ggov.2006.12.3.233?journalCode=ggov>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

THOMAS, Melissa. What do the worldwide governance indicators measure&quest. **The European Journal of Development Research**, v. 22, n. 1, p. 31-54, 2010.

UNICEF. **Migration Profiles Common Set of Indicators**. 2014. Disponível em: <<http://esa.un.org/MigGMGProfiles/indicators/indicators.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

UNITED NATIONS. **Human Development Report 2014**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

UNHCR. **UNHCR Statistical Yearbook 2014**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/pages/4a02afce6.html>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

UNDP. **Governance Indicators: A user Guide**. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/EXTWBIGOVANTCOR/Resources/UNDPoslocenter.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

VAN BELLEN, Hans M. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

VAN DEN BERGHE, Lutgart. **Corporate Governance in a Globalising World: Convergence or Divergence? A European Perspective**. Hingham: Academic Publishers, 2002.

VELASCO, Manuel Diez de. **Las organizaciones internacionales**. Madrid: Tecnos, 1997.

YALE CENTER FOR ENVIRONMENTAL LAW & POLICY. **2014 Environmental Performance Index**. Disponível em: <<http://epi.yale.edu/downloads>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

WILKINSON, Rorden. **The global governance reader**. Madison: Taylor & Francis Group, 2005.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report 2014**. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/GGGR14/GGGR_CompleteReport_2014.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2015.

APÊNDICE A - TABELA DE FORMAÇÃO DO IGovG

Pilares	ECONÔMICO					SOCIAL							AMBIENTAL							SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS																				
	Estado de Direito		Corrupção		Base AML	IDH	Gender G. Gap		Migração total líquida		Refugiado Líquidos	Qualidade do Ar EPI	Recursos Hídricos EPI	Desmatamento Florestal EPI	Biodiversidade e Habitat EPI	Clima e Energia EPI	F. P. ONU	Nucleares	Exportação Armas	Paises Vizinhos	Conflito Externo	Nr. Mortes em Conflito	Despesas Militares	Forças Armadas																
África do Sul	64,00	0,64	54	0,54	4,95	0,50	0,67	0,67	0,75	0,75	-100,00	0,00	111.768	1,00	94,40	1,00	27,86	0,30	100,00	1,00	63,94	0,70	49,87	0,50	1,10	0,75	1,30	0,75	1,00	1,00	2,00	0,75	1,00	1,00	1,00	1,00	1,40	0,75		
Alemanha	93,00	0,93	95	0,95	5,49	0,55	0,92	0,92	0,78	0,78	550,00	0,20	216.797	1,00	78,50	0,80	95,18	1,00	31,35	0,40	100,00	1,00	62,77	0,70	1,00	1,00	1,60	0,75	3,00	0,50	1,00	1,00	2,00	0,75	1,00	1,00	1,40	0,75	1,00	1,00
Arábia Saudita	65,00	0,65	60	0,60	5,66	0,57	0,84	0,84	0,61	0,61	300,00	0,20	-96	0,00	84,45	0,90	28,54	0,30			93,70	1,00	46,63	0,50	2,30	0,50	2,10	0,50	1,00	1,00	3,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00	3,40	0,25	1,50	0,75
Argentina	18,00	0,18	33	0,33	6,71	0,67	0,84	0,84	0,73	0,73	-100	0,00	3.180	0,40	99,64	1,00	11,75	0,20	0,00	0,00	44,88	0,50	16,79	0,20	1,70	0,75	1,40	0,75	1,00	1,00	2,00	0,75	1,00	1,00	1,00	1,30	0,75	1,00	1,00	
Austrália	96,00	0,96	95	0,95	5,00	0,50	0,94	0,94	0,74	0,74	750,00	0,20	35.557	0,60	98,33	1,00	92,33	1,00	100,00	1,00	83,03	0,90	47,67	0,50	1,00	1,00	1,50	0,75	1,00	1,00	1,00	1,00	3,50	0,25	1,00	1,00	1,50	0,75	1,00	1,00
Brasil	55,00	0,55	44	0,44	5,85	0,59	0,76	0,76	0,69	0,69	-190	0,00	6.513	0,40	97,64	1,00	10,87	0,10	10,81	0,10	66,74	0,70	53,82	0,60	1,40	0,75	1,90	0,75	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,50	0,75	1,00	1,00		
Canadá	95,00	0,95	94	0,94	5,29	0,53	0,91	0,91	0,75	0,75	1100	0,40	149.068	1,00	97,85	1,00	80,42	0,80	16,64	0,20	58,40	0,60	59,85	0,60	1,00	1,00	1,40	0,75	1,50	0,75	1,00	1,00	2,20	0,50	1,00	1,00	1,30	0,75	1,00	1,00
China	43,00	0,43	47	0,47	6,06	0,61	0,73	0,73	0,68	0,68	-1500	0,00	90.250	0,80	18,81	0,20	18,18	0,20	25,34	0,30	66,63	0,70	65,16	0,70	1,10	0,75	5,00	0,00	1,00	1,00	3,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,40	0,75	1,00	1,00	
Coreia do Sul	81,00	0,81	70	0,70	5,21	0,52	0,90	0,90	0,64	0,64	300	0,20	692	0,20	62,24	0,70	83,68	0,90	33,76	0,40	50,40	0,50	41,55	0,50	1,30	0,75	3,30	0,25	1,00	1,00	4,00	0,25	2,60	0,50	1,00	1,00	1,80	0,75	1,50	0,75
Estados Unidos	90,00	0,90	89	0,89	5,20	0,52	0,92	0,92	0,75	0,75	5000,0	0,40	262.235	1,00	96,41	1,00	63,66	0,70	14,35	0,20	63,35	0,70	56,45	0,60	1,00	1,00	5,00	0,00	3,00	0,50	2,00	0,75	4,10	0,00	2,00	0,75	2,10	0,50	1,00	1,00
França	88,00	0,88	88	0,88	4,78	0,48	0,89	0,89	0,76	0,76	650,00	0,20	252.171	1,00	89,44	0,90	83,80	0,90	37,94	0,40	54,45	0,60	49,83	0,50	1,10	0,75	5,00	0,00	3,00	0,50	1,00	1,00	2,30	0,50	1,00	1,00	1,60	0,75	1,00	1,00
Índia	54,00	0,54	39	0,39	5,64	0,56	0,61	0,61	0,65	0,65	-2294,00	0,00	189.501	1,00	23,24	0,30	10,49	0,10	35,07	0,40	39,18	0,40	35,24	0,40	1,30	0,75	5,00	0,00	1,00	1,00	3,00	0,50	1,00	1,00	2,00	0,75	1,60	0,75	1,00	1,00
Indonésia	42,00	0,42	34	0,34	6,25	0,63	0,68	0,68	0,67	0,67	-700,00	0,00	-5.292	0,00	75,31	0,80	0,02	0,10	77,50	0,80	0,78	0,10	45,25	0,50	1,90	0,75	1,70	0,75	1,00	1,00	2,00	0,75	1,00	1,00	1,00	1,30	0,75	1,00	1,00	
Itália	67,00	0,67	55	0,55	5,37	0,54	0,87	0,87	0,70	0,70	900,0	0,20	93.648	0,80	80,85	0,80	91,44	1,00	55,41	0,60	79,77	0,80	63,41	0,70	1,20	0,75	2,10	0,50	1,40	0,75	1,00	1,00	2,00	0,75	1,00	1,00	1,40	0,75	1,00	1,00
Japão	89,00	0,89	93	0,93	5,92	0,59	0,89	0,89	0,66	0,66	350,00	0,20	255.738	1,00	84,79	0,90	71,26	0,80	55,41	0,60	73,53	0,80	43,54	0,50	1,20	0,75	2,60	0,50	1,00	1,00	3,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,30	0,75	1,00	1,00	
México	38,00	0,38	26	0,26	5,35	0,54	0,76	0,76	0,69	0,69	-1200,00	0,00	-8.829	0,00	87,09	0,90	37,45	0,40	19,87	0,20	62,32	0,70	51,35	0,60	1,50	0,75	1,20	0,75	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,10	0,75	1,00	1,00	
Reino Unido	94,00	0,94	93	0,93	4,72	0,47	0,91	0,91	0,74	0,74	900,00	0,20	117.093	1,00	95,82	1,00	97,93	1,00	43,06	0,50	70,11	0,70	54,24	0,60	1,20	0,75	5,00	0,00	2,00	0,75	1,00	1,00	3,50	0,25	2,00	0,75	1,70	0,75	1,00	1,00
Rússia	26,00	0,26	20	0,20	6,29	0,63	0,80	0,80	0,69	0,69	1100,0	0,40	165.188	1,00	94,36	1,00	21,50	0,30	35,07	0,40	53,39	0,60	61,02	0,70	1,20	0,75	5,00	0,00	5,00	0,00	5,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	2,00	0,75	1,00	1,00
Turquia	60,00	0,60	54	0,54	6,11	0,61	0,76	0,76	0,62	0,62	350,0	0,20	1.523.482	1,00	84,07	0,90	48,93	0,50	52,35	0,60	32,62	0,40	46,52	0,50	1,00	1,00	3,50	0,25	1,00	1,00	3,00	0,50	2,00	0,75	1,00	1,00	1,40	0,75	1,50	0,75

Fonte: Autoria própria.

ANEXO A - VALOR NOMINAL DO PILAR AMBIENTAL

Tabela 30 - Valor nominal do pilar ambiental

Rank	Country	EPI Score	EH - Air Quality	EV - Water Resources	EV - Forests	EV - Biodiversity and Habitat	EV - Climate and Energy
3	Australia	82,4	98,33	92,33	100	83,08	47,67
6	Germany	80,47	78,5	95,18	31,35	100	62,77
12	United Kingdom	77,35	95,82	97,93	43,06	70,11	54,24
22	Italy	74,36	80,85	91,44	55,41	79,77	63,41
24	Canada	73,14	97,85	80,42	16,64	58,4	59,85
26	Japan	72,35	84,79	71,26	55,41	73,53	43,54
27	France	71,05	89,44	83,8	37,94	54,45	49,83
33	United States of America	67,52	96,41	63,66	14,35	63,35	56,45
35	Saudi Arabia	66,66	84,45	28,54	NA	93,7	46,63
43	South Korea	63,79	62,24	83,68	33,76	50,4	41,55
65	Mexico	55,03	87,09	37,45	19,87	62,32	51,35
66	Turkey	54,91	84,07	48,93	52,35	32,62	46,52
72	South Africa	53,51	94,4	27,86	100	63,96	49,87
73	Russia	53,45	94,36	21,5	35,07	53,39	61,02
77	Brazil	52,97	97,64	10,87	10,81	66,74	53,82
112	Indonesia	44,36	75,31	0,02	7,75	78,08	45,25
118	China	43	18,81	18,18	25,34	66,63	65,16
155	India	31,23	23,24	10,49	35,07	39,18	35,24

Fonte: Yale Center for Environmental Law and Policy (2014).

ANEXO B - DESCRIÇÃO DOS INDICADORES QUE COMPÕEM O ÍNDICE DE PERFORMANCE AMBIENTAL

Tabela 31 - Descrição dos indicadores que compõem índice performance ambiental

EPI	Objective	Issue Category	Indicator	Indicator - Long name			
Environmental Performance Index (EPI)		Air Quality	Household Air Quality	Percentage of the population using solid fuels as primary cooking fuel.			
			Air Pollution - Average Exposure to PM2.5	Population weighted exposure to PM2.5 (three- year average)			
			Air Pollution - PM2.5 Exceedance	Proportion of the population whose exposure is above WHO thresholds (10, 15, 25, 35 micrograms/m3)			
		Water Resources	Wastewater Treatment	Wastewater treatment level weighted by connection to wastewater treatment rate.			
			Forests	Change in Forest Cover	Forest loss - Forest gain in > 50% tree cover, as compared to 2000 levels.		
	Ecosystem Vitality		Biodiversity and Habitat	Fish Stocks	Percentage of fishing stocks overexploited and collapsed from EEZ		
				Terrestrial Protected Areas (National Biome Weights)	Percentage of terrestrial biome area that is protected, weighted by domestic biome area		
			Terrestrial Protected Areas (Global Biome Weights)	Percentage of terrestrial biome area that is protected, weighted by global biome area.			
			Marine Protected Areas	Marine protected areas as a percent of EEZ			
			Critical Habitat Protection	Percent of critical habitat sites as designed by the Alliance for Zero Extinction protected			
			Climate and Energy		Climate and Energy	Trend in Carbon Intensity	Change in CO2 emissions per unit GDP from 1990 to 2010
						Change of Trend in Carbon Intensity	Change in Trend of CO2 emissions per unit GDP from 1990 to 2000; 2000 to 2010
	Trend in CO2 Emissions per KWH	Change in CO2 emissions from electricity and heat production					

Fonte: Yale Center for Environmental Law and Policy (2014).

ANEXO C - VALOR NOMINAL INDICADOR CONTROLE DE CORRUPÇÃO E ESTADO DE DIREITO

Tabela 32 - Indicadores Controle da corrupção e estado de direito

Country Name	Series Name	[YR2014]
Australia	Rule of Law: Percentile Rank	96,15385
Australia	Control of Corruption: Percentile Rank	95,19231
Argentina	Rule of Law: Percentile Rank	18,26923
Argentina	Control of Corruption: Percentile Rank	33,17308
Brazil	Rule of Law: Percentile Rank	55,28846
Brazil	Control of Corruption: Percentile Rank	44,23077
France	Rule of Law: Percentile Rank	88,46154
France	Control of Corruption: Percentile Rank	87,98077
Germany	Rule of Law: Percentile Rank	93,26923
Germany	Control of Corruption: Percentile Rank	94,71154
India	Rule of Law: Percentile Rank	54,32692
India	Control of Corruption: Percentile Rank	38,94231
Indonesia	Rule of Law: Percentile Rank	41,82692
Indonesia	Control of Corruption: Percentile Rank	34,13462
Italy	Rule of Law: Percentile Rank	66,82692
Italy	Control of Corruption: Percentile Rank	55,28846
Japan	Rule of Law: Percentile Rank	89,42308
Japan	Control of Corruption: Percentile Rank	93,26923
Russian Federation	Rule of Law: Percentile Rank	26,44231
Russian Federation	Control of Corruption: Percentile Rank	19,71154
Saudi Arabia	Rule of Law: Percentile Rank	65,38461
Saudi Arabia	Control of Corruption: Percentile Rank	59,61538
South Africa	Rule of Law: Percentile Rank	63,94231
South Africa	Control of Corruption: Percentile Rank	54,32692
Turkey	Rule of Law: Percentile Rank	59,61538
Turkey	Control of Corruption: Percentile Rank	53,84615
United Kingdom	Rule of Law: Percentile Rank	94,23077
United Kingdom	Control of Corruption: Percentile Rank	92,78846
United States	Rule of Law: Percentile Rank	89,90385
United States	Control of Corruption: Percentile Rank	89,42308
Canada	Rule of Law: Percentile Rank	94,71154
Canada	Control of Corruption: Percentile Rank	93,75
China	Rule of Law: Percentile Rank	42,78846
China	Control of Corruption: Percentile Rank	47,11538
Mexico	Rule of Law: Percentile Rank	37,98077
Mexico	Control of Corruption: Percentile Rank	26,44231
Korea, Rep.	Rule of Law: Percentile Rank	80,76923
Korea, Rep.	Control of Corruption: Percentile Rank	69,71154

Fonte: Kaufmann e Kraay (2014).